



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

**AMANDA MIRANDA MELO DA MATA QUINTAS**

**PROFESSORES DE ESCOLAS MUNICIPAIS DO RECIFE E SUAS CONDIÇÕES DE  
TRABALHO NO PERÍODO DE PANDEMIA DO CORONAVÍRUS SOB A ÓTICA  
DOS DIREITOS HUMANOS**

RECIFE

2023

**AMANDA MIRANDA MELO DA MATA QUINTAS**

**PROFESSORES DE ESCOLAS MUNICIPAIS DO RECIFE E SUAS CONDIÇÕES DE  
TRABALHO NO PERÍODO DE PANDEMIA DO CORONAVÍRUS SOB A ÓTICA  
DOS DIREITOS HUMANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos. Área de concentração: Direitos Humanos e Sociedade.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Sandra Montenegro Silva

RECIFE

2023

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

Q7p

Quintas, Amanda Miranda Melo da Mata

Professores de Escolas Municipais do Recife e suas condições de trabalho no período de Pandemia do Coronavírus sob a ótica dos Direitos Humanos / Amanda Miranda Melo da Mata Quintas. – Recife, 2023.  
116f.: il.

Sob orientação de Maria Sandra Montenegro Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, 2023.

Inclui referências e apêndices.

1. Trabalho. 2. Professores. 3. Pandemia. 4. Direitos Humanos.  
I. Silva, Maria Sandra Montenegro (Orientação). II. Título.

341.48 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2023-44)

**AMANDA MIRANDA MELO DA MATA QUINTAS**

**PROFESSORES DE ESCOLAS MUNICIPAIS DO RECIFE E SUAS CONDIÇÕES DE  
TRABALHO NO PERÍODO DE PANDEMIA DO CORONAVÍRUS SOB A ÓTICA  
DOS DIREITOS HUMANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos. Área de concentração: Direitos Humanos e Sociedade.

Aprovada em: 15/02/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Sandra Montenegro Silva (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aida Maria Monteiro Silva (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof. Dr. Edson Francisco de Andrade (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Dedico essa pesquisa às minhas filhas, Luiza e Isabela, e meu marido, Guilherme, por toda compreensão e apoio para que essa conquista acadêmica se tornasse possível.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma primordial a Deus por estar sempre ao meu lado me mostrando que tudo na vida tem um propósito.

Agradeço aos meus pais, Maria do Carmo e Ubirajara, por serem os maiores incentivadores nos meus estudos, pois sempre me mostraram que o caminho da mudança e do progresso se inicia através do conhecimento.

Ao meu marido, Guilherme, por todo o amor que me preenche, pelo apoio em todas as minhas decisões e também por me estimular no caminho acadêmico, através de sua linda e admirável jornada profissional.

Às minhas filhas, Luiza e Isabela, por me fazerem sempre querer evoluir em todos os sentidos, na busca de um mundo melhor, como garantia de semear um futuro melhor para elas.

Aos meus irmãos, Milena e Jerônimo, que sempre estão dispostos a me ajudar em tudo que preciso.

Aos meus sogros, Sérgio e Vitória, por dedicarem tanto amor às minhas filhas e estarem sempre tão disponíveis para me auxiliar com os afazeres delas. Isso contribuiu imensamente na evolução dos meus estudos.

Às minhas amigas pelo carinho e escuta que sempre tiveram comigo. Sou grata por tê-las em minha vida.

Aos mestres que me acompanharam durante toda trajetória nesse Mestrado. Particularmente à minha orientadora, professora Sandra, pela dedicação, compartilhamento de todo seu saber, suporte e empatia. Professora, minha admiração e gratidão por você serão eternos.

Aos colegas de turma e funcionários por toda atenção e presteza.

Agradeço, de modo especial, à Kátia e Natália, que estiveram sempre dispostas a me ajudar em toda trajetória no PPGDH, desde a seleção até o final. Vocês foram presentes da vida para mim.

“Precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas resultado de sua conscientização.” (FREIRE, 2019b, p. 74).

## RESUMO

A presente pesquisa consistiu em analisar a importância para o trabalho docente no intuito de fazer com que os professores reflitam sobre os limites e avanços das condições do exercício de sua profissão, de modo a perceberem-se, na condição de professores das escolas públicas do Recife, como sujeitos de direito, e, em especial, como se sentiram em termos de valorização profissional no cenário da Pandemia do COVID-19. Esta pesquisa buscou inicialmente discutir sobre trabalho docente na perspectiva dos Direitos Humanos; identificar as ações do governo municipal do Recife para os professores de escolas públicas na pandemia do COVID-19; conhecer os aspectos sociais e econômicos que impactam o trabalho docente no Município do Recife- PE durante a pandemia do COVID-19, bem como refletir sobre as possibilidades e dificuldades do trabalho dos professores durante a crise pandêmica. O estudo se encaminhou metodologicamente por uma abordagem qualitativa, com natureza de pesquisa de campo, tendo como sujeitos de pesquisa docentes sindicalizados em escolas de Recife-PE, através de entrevista e observação como técnica de coleta de dados. A análise dos dados foi feita pelo método de interpretação de sentidos. Por meio dessa pesquisa apresentamos a importância da valorização do trabalho dos professores e de suas consciências como sujeitos de direito, visando a organização e implementação de políticas públicas que ofereçam melhores condições de trabalho da profissão docente, como um direito humano. A partir das análises realizadas das falas dos entrevistados, percebe-se que o direito às boas condições de trabalho ainda não está perto de se concretizar. A falta de assistência, suportes técnicos e condições sociais e econômicas precárias para os professores e alunos contribuem para uma desvalorização dos educadores. Apesar de existirem aparatos legais, na prática, a economia e o cenário político vivenciado mostram-se de um total descaso com a educação.

**Palavras-chave:** trabalho; professores; pandemia; Direitos Humanos.

## **ABSTRACT**

This research consisted of analyzing the importance for teaching work in order to make teachers reflect on the limits and advances of the conditions of the exercise of their profession, in order to perceive themselves, as teachers of public schools in Recife, as subjects of law, and, in particular, how they felt in terms of professional valorization in the scenario of the COVID-19 Pandemic. This research initially sought to discuss about teaching work from the perspective of Human Rights; identify the actions of the municipal government of Recife for public school teachers in the COVID-19 pandemic; to know the social and economic aspects that impact the teaching work in the municipality of Recife- PE during the COVID-19 pandemic, as well as to reflect on the possibilities and difficulties of teachers' work during the pandemic crisis. The study was methodologically directed by a qualitative approach, with a field research nature, having as research subjects teachers unionized in schools in Recife-PE, through interview and observation as a technique of data collection. Data analysis was performed by the method of interpretation of meanings. Through this research we present the importance of valuing the work of teachers and their consciences as subjects of law, aiming at the organization and implementation of public policies that offer better working conditions of the teaching profession, as a human right. From the analyses of the interviewees' statements, it is perceived that the right to good working conditions is not yet close to being realized. The lack of assistance, technical support and precarious social and economic conditions for teachers and students contribute to a devaluation of educators. Although there are legal provisions, in practice, the economy and the political scenario experienced are a total inescapable of education.

**Keywords:** work; teachers; pandemic; Human Rights.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Dissertações.....	99
<b>Quadro 2</b> – Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's).....	104
<b>Quadro 3</b> – Artigos.....	107
<b>Quadro 4</b> – Principais achados do Estado da Arte .....	115
<b>Quadro 5</b> – Escolas do Município de Recife com professores sindicalizados .....	116

## LISTA DE SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
BDDT	Banco Digital de Dissertações e Teses
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EaD	Educação a Distância
EC	Emenda Constitucional
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IPM	Instituto Paulo Montenegro
LDB	Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
PIDCP	Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PPGDH	Programa de Pós-Graduação em Direitos
SIMPERE	Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife
SNE	Sistema Nacional de Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe

UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UTE	Unidade de Tecnologia

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>ESTADO DO CONHECIMENTO.....</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>DIALOGANDO COM OS DIREITOS HUMANOS E TRABALHO NO CONTEXTO DE PANDEMIA .....</b>	<b>25</b>
3.1	MAS AFINAL DE CONTAS... O QUE SÃO OS DIREITOS HUMANOS? .....	28
<b>3.1.1</b>	<b>Aproximando as duas categorias de análise: Direitos Humanos e Trabalho.....</b>	<b>32</b>
3.2	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: TRABALHO DO PROFESSOR.....	40
<b>3.2.1</b>	<b>Os desafios dos Direitos Humanos e do trabalho de professores na pandemia ....</b>	<b>40</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Formação de professores no atual cenário de discussão .....</b>	<b>45</b>
<b>3.2.3</b>	<b>O professor como sujeito de direito .....</b>	<b>47</b>
<b>4</b>	<b>PERCURSOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>51</b>
4.1	NATUREZA DA PESQUISA .....	51
4.2	CAMPO DE PESQUISA.....	51
4.3	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS .....	52
4.4	TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS.....	53
<b>5</b>	<b>O CONTEXTO DE DIÁLOGO COM OS PROFESSORES .....</b>	<b>55</b>
5.1	OS PRIMEIROS CONTATOS COM AS ESCOLAS E OS PROFESSORES.....	55
5.2	ESCOLA VILA SANTA LUZIA .....	58
5.3	ESCOLA GENERAL EMÍDIO DANTAS BARRETO .....	67
5.4	ESCOLA SOCIÓLOGO GILBERTO FREYRE.....	75
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>85</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>90</b>
	<b>APÊNDICE A – QUADRO 1 – DISSERTAÇÕES.....</b>	<b>99</b>
	<b>APÊNDICE B – QUADRO 2 – TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC’S).....</b>	<b>104</b>

<b>APÊNDICE C – QUADRO 3 – ARTIGOS .....</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICE D – QUADRO 4 – PRINCIPAIS ACHADOS DO ESTADO DA ARTE .....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE E – QUADRO 5 – ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE RECIFE COM PROFESSORES SINDICALIZADOS.....</b>	<b>116</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente, no que tange à proteção dos professores no Brasil, tem-se que a Carta Magna de 1988, que valorizou explicitamente os educadores ao estabelecer diversos direitos e garantias. Um dos avanços nesse documento é a valorização dos profissionais da educação escolar como sendo um dos princípios do ensino, em seu art. 206, inc. V (BRASIL, 1988).

Além disso, a CF/88, em seu art. 40, fixou tempo de idade e de contribuição reduzidos em cinco anos para a aposentadoria dos professores. A Carta Magna de 1988 é um documento importante que abre caminhos para vários outros documentos que tocam à educação, especificamente os professores: a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996); Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2001); e Sistema Nacional de Educação – SNE (BRASIL, 2009).

Nos anos 90, tanto as políticas públicas quanto as educacionais foram marcadas por reformas do Estado. Essas mudanças geraram alterações na forma de gestão que influenciaram a oferta do ensino superior e, conseqüentemente, dos cursos de formação de professores (NÓVOA, 2007).

Dentre essas mudanças, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional, Lei nº 9.34/96, em seu art. 3º, inc. VII e art. 67 (BRASIL, 1996), instituiu a valorização dos profissionais de ensino, protegendo-os legalmente através de planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

No entanto, apesar da vigência das normativas citadas acima, na prática, o reconhecimento dos profissionais da educação não se garante apenas com direcionamentos jurídicos. As garantias reconhecidas ao trabalho, especificamente dos professores, precisam de mais atenção jurídica e acadêmica. É nesse sentido que a pesquisa em questão se engaja, em razão dessa profissão não ser devidamente valorizada pela sociedade, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro (IPM, 2010).

Um elemento histórico na desvalorização do trabalho do professor é a questão da habilitação acadêmica para exercício da profissão. A docência, segundo Tardif (2013), percebida como profissão devidamente reconhecida é relativamente “nova” em termos históricos, logo, a profissão tem uma narrativa de “dom” no qual a formação técnica fica em segundo plano.

Além disso, as diversas mudanças ocorridas na política educacional do Brasil, decorrentes da globalização, acabam sendo um fator que auxilia na precarização das condições

de trabalho, ante o olhar da educação como mercadoria. Se fizermos um recorte temporal dos últimos 10 anos (2012 – 2022) percebemos que no decorrer histórico da educação brasileira, existem alguns avanços, contudo, seguidos de retrocessos, e essa oscilação não auxilia no progresso da valorização dos profissionais da educação (TARDIF, 2013; GATTI et al., 2019)

Desde o governo de Michel Temer (Presidente do Brasil no período de 2016-2018) e com o governo do ex-presidente Bolsonaro (2018-2022), a educação passa a ser vista pelo Estado como um gasto (FREITAS, 2018) e não como uma área que merece investimentos necessário ao crescimento do país. Assim, um dos desafios dos professores diz respeito à realidade social da desregulamentação econômica e práticas neoliberais. Segundo Imbernón (2011, p. 38): “é necessário estabelecer um debate sobre a análise das relações de poder e sobre as alternativas de participação (autonomia, colegialidade...) na profissão docente.” Observa-se ser imperiosa uma mudança política de investimento em formação e valorização do professor para oferecer-lhe maior autonomia, sem ingerências e subordinações do governo, de modo que os professores avancem no ensino libertador, sem amarras e com mais estímulo à criatividade humana.

Como exemplo de ingerência na escola e no trabalho dos professores, trazemos o movimento Escola sem Partido. Segundo a obra organizada por Frigotto (2017), trata-se de um movimento que tem como objetivo limitar a atuação dos professores, obrigando-os a reduzir seus ensinamentos ao que está escrito em apostilas, unicamente com fins lucrativos, sem, assim, desenvolver o aprendizado de forma crítica da realidade, unido ao entendimento do mundo atual baseado nos aspectos históricos de sua formação.

É imprescindível, diante desse cenário, o estabelecimento de diálogos sobre essas relações de poder que acabam por interferir na autonomia do exercício da função do professor. Ante a indevida desvalorização profissional e ausência de incentivo governamental, atreladas às condições precárias de trabalho que se revelam no atual cenário brasileiro, com as elevadas cargas horárias, ausência de reconhecimento do trabalho, salários defasados, dentre outros.... A presente pesquisa se dedica em trazer o trabalho docente como objeto de estudo.

Nesse referida década da educação, há de se pontuar a Pandemia do Coronavírus (COVID-19). Onde, as condições de trabalho no exercício do magistério agravaram ainda mais, a partir da metade de março de 2020. As aulas assumiram o formato remoto emergencial<sup>1</sup> e milhões de professores na rede básica brasileira tiveram suas rotinas alteradas

---

<sup>1</sup> O ensino remoto é uma modalidade de ensino que é oferecida através de tecnologias, de modo não presencial. Esse ensino mostrou-se como uma alternativa para que as atividades acadêmicas fossem mantidas, em razão da

devido às medidas de combate ao coronavírus. Repentinamente, alunos e professores tiveram que adaptar-se às diversas inovações tecnológicas, além da ausência de contato social humano.

Diante da possibilidade de oferecer aulas nesse novo contexto tecnológico, muitas vezes sem o devido suporte de formação para tais, as demandas e expectativas que recaem sobre os professores aumentaram, e, como consequência, levaram aos professores sentimentos como medo, ansiedade e insegurança. Os professores empregam os saberes do mundo vivido (TARDIF, 2013) e por conta dessas relações com o mundo, os saberes dos professores ganham novas perspectivas, como a do saber tecnológico.

Os professores se viram diante de diferentes desafios. Por exemplo, precisam lidar com a pressão de adaptar-se a ferramentas virtuais, preparar atividades que mantenham os alunos estimulados e, ao mesmo tempo, estar disponíveis para esclarecer dúvidas, abrir sua vida privada, sua casa, expondo-se, aos diversos tipos de interferências em seu trabalho.

Além disso, é possível constatar que os trabalhos intelectuais como formulação de provas, preparação de aulas e outras atividades pedagógicas que nem sempre eram levados para casa, agora, com o ensino remoto, invadiram as casas dos professores, de modo que o desgaste emocional desse trabalhador, pela grande demanda de tarefas, resta sobremaneira abalado.

Especificamente nas escolas públicas da cidade do Recife, durante o período de isolamento social, foram disponibilizadas aulas à distância por meio de atividades, apostilas entregues nas casas dos alunos e utilização de tecnologia de aprendizado (aulas por meio de plataforma de ensino on-line, atividades enviadas pelo celular, via aplicativo *WhatsApp*<sup>2</sup>, bem como videoaulas).

Entretanto, ao que se percebe pelas explicações de Boaventura de Souza Santos, no livro “a cruel pedagogia do vírus” (2020), durante a pandemia do Coronavírus foram reforçadas as injustiças e exclusões sociais, ante a carência de políticas públicas que visem a melhoria dos serviços públicos, típica ausência de justiça social do modelo capitalista, motivo pelo qual é necessária a mudança das bases que estruturam o capitalismo, colonialismo e patriarcado.

A mudança necessária se mostra clara quando em meio à pandemia do COVID-19 o então presidente Bolsonaro vetou o acesso à internet de banda larga até 2024 para os alunos mais pobres, agravando ainda mais o cenário da educação brasileira, (CNTE, 2022, *online*). O Brasil é o país com maior número de crianças sem acesso a orientação educacional desde o

---

exigência do distanciamento social, necessária no cenário pandêmico. Para aprofundar a questão, ver: Senhoras e Elói Martins (2021).

<sup>2</sup> Trata-se de um aplicativo de rede social onde é possível enviar e receber mensagens instantâneas.

início da pandemia, segundo relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), emitido em fevereiro de 2021.

Além disso, desde a EC 95/2016 (Emenda do teto dos gastos públicos), a situação da educação tem piorado, inclusive com o Decreto nº 11.216/22, que impõe cortes de verbas destinados a essa área de tanta importância para o desenvolvimento de um país. Por outro lado, em que pese o governo federal ter editado o Decreto nº 11.079/22 que cria uma Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica, as medidas previstas nesse Decreto já são mencionadas na CF/88, na LDB e PNE. Ademais, o mencionado Decreto trata apenas da evasão e do abandono escolar, quando na verdade o problema maior para a aprendizagem é a falta de apoio e incentivo financeiro no aspecto social/educacional para que os alunos não abandonem os estudos.

Diante do cenário apresentado, mostra-se preocupante o desempenho do atual governo na área da educação, pelo seu total descaso. Tomando o objeto de estudo da presente pesquisa, o trabalho docente no cenário pandêmico, coloca-se dois pontos que merecem destaque: a importância da formação continuada e o papel da gestão escolar para o exercício do trabalho docente.

A formação continuada dos professores, é a possibilidade do docente se manter ativo em sua constante formação. Formação essa que deve incluir tanto o ensino de objetivos e competências, como também abarcar paradigmas culturais, históricos e políticos, de modo que o educador aprenda acima de tudo a ser crítico e lute contra as iniquidades que perseguem essa profissão (NÓVOA, 2000).

A Formação Continuada que se entende como eficaz é aquela voltada para um olhar acerca das necessidades sociais, profissionais e pessoais dos professores (ESTEVE, 1995). Uma formação que amplie os olhares da educação e suas repercussões, visando a melhoria do processo educativo e os avanços tecnológicos, pois à medida que surgem novos avanços na sociedade, a formação dos professores precisa andar ao lado a estas mudanças.

Para isso, observa-se a escola como um espaço de mudança, em que a Formação Continuada se mostra como essencial para garantir o conhecimento e a utilização de novas tecnologias por parte dos processos (NÓVOA, 1997). No contexto de Formação Continuada, situamos a tecnologia. As tecnologias estão sendo gradativamente inseridas nos espaços educacionais, no entanto, percebe-se que as formações para o seu uso, quando existente, ocorre de forma predominantemente técnica.

No tocante à área da educação, mesmo antes da pandemia do COVID-19 a incorporação de tecnologias digitais já era frágil. Com o advento do ensino remoto, utilizado no cenário

pandêmico, restou clara a necessidade de utilização das tecnologias digitais no dia a dia dos professores, mostrando-se necessário um novo olhar para essas mudanças. Nóvoa (2020) argumenta que a pandemia não trouxe nada inovador, fazendo-se imperioso que a escola efetive uma série de mudanças, no intuito de impedir que se retorne à uma mesma situação quando passar, sem a absorção do aprendizado efetivo sobre as novas tecnologias.

Importa consignar, também, acerca do papel da gestão escolar, na crise pandêmica. No presente texto dedica-se as reflexões acerca do cenário da educação pública, assim, os gestores têm como função, segundo Libâneo (2004), de estabelecer diálogos entre as famílias dos estudantes e os professores, no intuito de estreitar relações e criar vínculos, auxiliando os professores no processo educativo.

A gestão escolar tem sua atribuição prevista na CF 88, art. 206, inc. VI, que visa a gestão democrática do ensino público como constituinte de um caminho real de melhoria da qualidade do ensino, desde que ela seja idealizada profundamente como um mecanismo adequado a alteração de práticas pedagógicas e, sobretudo, com o fortalecimento da formação permanente dos professores. A função dos gestores escolares exige uma imensa variedade de tarefas e enfrenta múltiplos desafios dentro e fora das instituições de ensino (LIBÂNEO, 2004).

E, a partir do cenário da pandemia do COVID-19, a principal dificuldade não foi lidar só com a reorganização das atividades e do calendário escolar. Mas, além disso, lidar com situações de alunos, pais, funcionários e até mesmo seus próprios familiares que ficaram doentes, desempregados, desamparados ou na pior situação, que faleceram. As incertezas da pandemia, a falta de consenso nas próprias informações governamentais e as diversas normas legais de paralisação das aulas presenciais, bem como orientações de isolamento social, geraram ainda mais desgastes no trabalho de organização desenvolvido na escola.

Os trabalhos dos gestores ficaram limitados ao que lhes foram fornecidos pelo governo, uma vez que foram ofertados pouquíssimos recursos e tecnologias tanto para os professores como para os alunos. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado pelo ex-presidente Bolsonaro ao Congresso Nacional, em 31 de agosto de 2022, demonstra a situação orçamentária à qual a educação está sujeita. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) aponta como a partir do PLOA vem os maiores cortes como sendo na Educação Infantil no ano de 2023 (CNTE, 2022, *online*).

O ministério da Educação não disponibilizou os recursos previstos para a educação no PNE vigente, que foi aprovado sem vetos pela presidente Dilma Roussef (2011 – 2016), como visto na Campanha Nacional pelo Direito à Educação (s.d). Esse PNE foi tornado letra morta com a Emenda Constitucional (EC) n. 95 (BRASIL, 2016), que congelou investimentos

públicos por 20 exercícios financeiros (anos) e fez com que chegássemos na pandemia nesse contexto caótico: cerceamento de políticas públicas sociais e uma grande limitação no atendimento às necessidades da população.

Nesse cenário, o papel dos gestores restou limitado, em razão do contexto social vivenciado no Brasil. O que interfere de maneira direta nas condições do trabalho docente, objeto de estudo da presente pesquisa. No que diz respeito ao trabalho de professor, especificamente, no Município do Recife, observa-se ter esse município resguardado a valorização do educador, inclusive suas condições de trabalho, conforme discorre o art. 132 da Lei Orgânica do Município do Recife: “O ensino, nos estabelecimentos municipais, será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] IV - valorização dos profissionais do ensino público, inclusive através das condições de trabalho e remuneração condigna” (RECIFE, 1990).

No período da pandemia do Coronavírus, o Município de Recife editou o Decreto nº 33.577, de 30 de março de 2020, que em seu art. 1º, § 1º previu a possibilidade de realização de tutoria por trabalho remoto, a critério da Administração (RECIFE, 2020). Apenas em julho fora editada a Instrução Normativa nº 02 de 25/07/2020, que regulamentou a forma de ensino remoto, normatizando mais as demandas a serem exigidas do professor que propriamente sua proteção (RECIFE, 2020a).

Nesse cenário, o presente trabalho visa se nortear pelos seguintes questionamentos: Como os professores das escolas públicas do Recife avaliam os suportes/condições de trabalho que lhes foram ofertados no cenário da pandemia do coronavírus? A partir das concepções de sujeito de direitos, como os professores se reconhecem em sua dignidade? De que maneira a proposta pedagógica municipal do Recife, contribuiu para a inclusão dos professores não familiarizados pelas plataformas remotas de ensino? Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos professores no desenvolvimento de suas aulas remotas? O que foi proposto objetivamente, como política educacional, pelo governo municipal? Qual a percepção dos professores do ponto de vista das políticas educacionais propostas, no momento da pandemia?

## 2 ESTADO DO CONHECIMENTO

Para o encaminhamento da presente pesquisa fez-se necessário, num primeiro momento, mapear as produções de conhecimento das pesquisas realizadas com professores na pandemia do COVID-19, direcionando o olhar para o trabalho de educadores em escolas no cenário da pandemia. Tal caminho se mostra importante para compreender os processos envolvendo os trabalhos dos professores no Brasil.

A escolha por pesquisas envolvendo entrevistas, questionários e narrativas deu-se por traduzir as percepções dos professores acerca de suas condições de trabalho enfrentadas no cenário pandêmico, evidenciando os educadores como sujeitos ativos no cenário da educação. As buscas foram realizadas através dos sites: do BDDT (Banco Digital de Dissertações e Teses); dos repositórios das Universidades Federais do Nordeste e do Google Acadêmico. Tais plataformas foram escolhidas por serem mecanismos de buscas comprometidos com a divulgação de Teses e Dissertações de todo o Brasil. Bem como nos sites dos repositórios das Universidades Federais dos estados do Nordeste, por ser a região que o município estudado na atual pesquisa se encontra. E no site do Google Acadêmico para complementar as informações, em razão de inexistir uma grande quantidade de estudos acerca do tema até o momento, por se tratar de um fenômeno relativamente recente.

Todos os sites acima mencionados foram escolhidos por terem publicações referendadas como estudos sérios e relevantes. As palavras-chave para busca foram: “pandemia”, “professor” e “direitos humanos”. Além disso, refinou-se a pesquisa para as que foram publicadas no período de 2020-2021, por acreditar ser o tempo que abrange os resultados de pesquisas mais relacionados ao tema do presente estudo.

Assim, acredita-se, que para perceber de modo mais abrangente como se encontra o trabalho do professor no contexto da pandemia do COVID-19, devem ser ponderados, também, os estudos já realizados acerca desse tema. A análise dessas pesquisas mostra-se de grande importância por proporcionar um melhor entendimento acerca dos estudos atuais sobre as condições de trabalho de professores na pandemia, ao serem coletadas um maior número de informações possíveis para auxiliar na organização e análise do trabalho, bem como identificar a evolução sobre o tema e eventuais lacunas nessas pesquisas.

Para as palavras “professor” e “pandemia” no site da BDDT foram encontrados 74 resultados, deles apenas 2 convergiram com o tema do presente estudo. No repositório da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) foram encontrados 964 resultados, deles apenas 3 convergiram com o tema do presente estudo. No repositório da UFAL (Universidade Federal

de Alagoas) foram encontrados 14 resultados e nenhum convergiu com o tema do presente estudo. No repositório da UFS (Universidade Federal de Sergipe) foram encontrados 160 resultados, deles apenas 1 convergiu com o tema do presente estudo. No repositório da UFBA (Universidade Federal da Bahia) foram encontrados 18004 resultados, e após o refinamento da busca a partir dos critérios expostos, nenhum convergiu com o tema do presente estudo.

No repositório da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) foram encontrados 249 resultados, mas nenhum convergiu com o tema do presente estudo. No repositório da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) foram encontrados 216 resultados, deles apenas 1 convergiu com o tema do presente estudo. No repositório da UFC (Universidade Federal do Ceará) foram encontrados 151 resultados, deles apenas 1 convergiu com o tema do presente estudo. No repositório da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) foram encontrados 74 resultados, deles apenas 2 convergiram com o tema do presente estudo. No repositório da UFPI (Universidade Federal do Piauí) não foi possível desenvolver a pesquisa pois o site estava em manutenção, ou com alguma falha no acesso (foram várias tentativas ao longo de 5 semanas).

No Google Acadêmico foram encontrados 55.000 resultados, deles 12 convergiram com o tema do presente estudo. No mapeamento das pesquisas analisou-se materiais a nível de Dissertações, Trabalho de Conclusão de Curso e Artigos que estudaram e pesquisaram professores, investigando os seus trabalhos na pandemia do COVID-19. No entanto, percebeu-se que inexistente pesquisa acerca do trabalho professores da rede municipal de Recife, no contexto da pandemia do COVID-19, em uma ótica dos direitos humanos.

Assim, as pesquisas realizadas mostraram, em sua maioria, que os professores vivenciavam e ainda vivenciam a condição precária de trabalho e sua valorização profissional mostra-se sobremaneira importante para visualizarmos um futuro melhor para essa profissão tão importante para uma Nação.

Nesse cenário, o presente estudo sobre as condições de trabalho dos professores do município do Recife-PE, no contexto da pandemia do COVID-19 sob a ótica dos direitos humanos, mostra-se relevante para análise dos aspectos positivos e negativos no exercício dessa profissão no cenário pandêmico, em uma perspectiva de reverberar e dar voz e vez aos professores, em busca de melhores condições laborativas para os educadores.

A partir das pesquisas realizadas, nos termos acima, foram selecionadas as que mais se alinharam ao presente estudo e a partir daí, registrou-se em quadros com os seguintes tópicos: título/ano, fonte, objetivos, metodologia, campo de pesquisa e principais resultados.

A ordem dos quadros assim dispõe: no Quadro 1 – Dissertações; no Quadro 2 – Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) e no Quadro 3 – Artigos. Todos os quadros se encontram nesse respectiva ordem nos apêndices ao final do texto.

O Quadro 1 (Apêndice A) aborda as Dissertações selecionadas no mapeamento realizado. Contempla pesquisas sobre professores e pandemia oriundas do site da BDTD, bem como do repositório institucional da UFRN, da UFS, da UFMA e da UFC. Essas últimas Dissertações constantes do site dos repositórios contemplam a realidade do presente estudo em cidades do nordeste brasileiro.

As pesquisas mostraram-se de suma importância por revelarem os conflitos vivenciados pelos professores que até então, antes do cenário pandêmico, não tinha sido vivenciado. Ademais, dá ênfase ao processo de formação do professor como suporte para o investimento profissional e como forma de garantir com maior facilidade a superação dos desafios do ensino.

Como forma de demonstração da carência na formação dos professores foi mencionado, também, o pouco conhecimento sobre as tecnologias digitais para o ensino o exercício do ensino remoto. Por outro lado, identificou-se que os professores recriaram uma nova forma de ensinar como meio de superação dos diversos desafios enfrentados. As Dissertações encontradas apontam a imensa precariedade no labor exercido pelo educador, que foi mais intensificado no cotidiano das vivências ocorridas no período pandêmico, ocasionando doenças e dificuldades laborais para esses profissionais.

Desse modo, esses estudos convergem para a necessidade de realização de estudo acerca das condições de trabalho dos professores no município do Recife, no contexto da pandemia, sob a ótica dos Direitos Humanos, como forma de analisar como se encontram esses profissionais no município do Recife para dar voz para essa classe.

No Quadro 2 (Apêndice B) há os Trabalhos de Conclusões de Curso (TCC) que tiveram como estudo o trabalho dos professores exercido na pandemia do COVID-19. Contempla os trabalhos oriundos da pesquisa do site do repositório institucional da UFMA e UFPE, selecionados a partir do mapeamento realizado. Contém pesquisas sobre professores e pandemia oriundas de site dos repositórios institucionais da UFRN, da UFS, da UFMA e da UFC.

Os estudos aqui encontrados discorrem sobre os desafios e dificuldades enfrentadas pelos educadores na modalidade de ensino proposta pela pandemia do COVID-19 e em um deles (TCC 2), mostra a importância das ações de resistência dos professores frente a esses desafios. Aborda também a importância da valorização do papel do professor no mundo atual, colaborando com a valorização da educação e da escola.

Importa consignar a importância do estudo que abordou a superação dos medos e desafios frente à necessidade de adaptação às tecnologias digitais, por professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, em uma escola localizada no bairro São Francisco, no município de Caruaru Pernambuco (TCC 4).

Dentre os 4 Trabalhos de Conclusão de Curso escolhidos como de maior convergência com o tema da presente pesquisa, 3 encontra-se no site do repositório da UFPE e isso tem uma importância maior por se tratar de área próxima ao do presente estudo, que somados aumentam o entendimento de como se encontram as condições de trabalho de professores na pandemia nessa região.

Ademais, vale ressaltar que um dos pontos mais específicos do presente estudo é a perspectiva da condição de trabalho do professor, no tempo da pandemia, e ainda sob a ótica dos Direitos Humanos, o que amplia o olhar e especifica ainda mais o tema. O Quadro 3 (Apêndice C) apresenta os Artigos extraídos do site do Google Acadêmico que mais tiveram similaridade com o tema do atual estudo. Refere-se à pesquisas realizada com o assunto “professor” e “pandemia”, no período de 2020 a 2021.

Diversos desses Artigos se referem ao desafio de professores com a mudança repentina do modo de ensino e o despreparo para lidar com tecnologia e o esforço para dar continuidade ao percurso educacional. Além de retratar a maior dificuldade no ensino da rede pública pela grande quantidade de aluno sem acesso à internet, ratificando a vulnerabilidade social existente e revelando a discrepância entre a ricos e pobres no país.

Evidenciou, também, a problemática do trabalho do professor, intensificada no cenário do distanciamento social, sinalizando as invisibilidades e vulnerabilidades que o educador está submetido. Por outro lado, teve estudo (ARTIGO 5) que apontou a percepção dos professores nas diversas maneiras de ensinar e o ensino remoto vivenciado na pandemia ter sido um fator importante para estimular os professores a utilizarem ferramentas digitais.

Os Artigos acima mostram-se de grande importância para se avaliar as condições de trabalho de diversos professores e a forma como estes se sentem nesse cenário pandêmico que acentuou ainda mais os problemas anteriores existentes. Agregam à presente pesquisa por auxiliar no desenvolvimento de novos parâmetros, ao se investigar a abordagem do tema com a análise dos resultados mostrados e convergir com a presente pesquisa para ampliar o estudo no contexto educacional do município do Recife-PE, sob a ótica dos Direitos Humanos, com a percepção do direito à condição digna de trabalho como um direito amparado pelos direitos humanos.

A realidade escancarada pela pandemia traz aspectos significantes a serem debatidos à luz dos Direitos Humanos nas questões envolvidas no trabalho docente, como dignidade humana, direitos sociais, educação, saúde, e os pontos de cunho políticos que estão embricadas na profissão.

Para uma melhor organização e visualização dos achados no Estado da Arte, montamos o Quadro 4 (Apêndice D) com os principais elementos encontrados nessa etapa e as identificações com as respectivas pesquisas. As reflexões mais detalhadas sobre cada elemento encontrado nas pesquisas são abordadas no capítulo 5 da presente Dissertação. Os estudos realizados permitem observar que é imprescindível o diálogo com as comunidades escolares, envolvendo os estudantes e suas famílias, os profissionais da educação e suas representações sindicais, como meio de o poder público encontrar caminhos para o maior compromisso com a educação de qualidade a todos.

Após a análise do mapeamento realizado, por meio de averiguação de estudos anteriores que convergem com o tema do presente estudo, passa-se ao capítulo do marco teórico que abordará: os Direitos Humanos (iniciando pelas concepções sobre os Direitos Humanos, seguido do estudo sobre os Direitos Humanos e Trabalho e os desafios dos Direitos Humanos na pandemia) e a educação em/para os Direitos Humanos: trabalho do professor.

### **3 DIALOGANDO COM OS DIREITOS HUMANOS E TRABALHO NO CONTEXTO DE PANDEMIA**

A valorização do trabalho do professor está atrelada, fundamentalmente, à implementação de políticas educacionais voltadas à garantia da educação de qualidade, com a elaboração de planos de cargos, carreira e salários para os educadores, a constituição de cursos de formação continuada e a garantia de adequadas condições de trabalho.

O educador para ser valorizado, precisa de experiência e de motivações pessoais para motivar também os estudantes (ARROYO, 2000; TARDIF, 2011, 2012; FREIRE, 2019a, 2019b). A partir dessa premissa, observa-se que a análise acerca da valorização do professor está diretamente ligada à sociedade em que vivemos, em especial, com a organização da sociedade em torno do trabalho, bem como o seu alcance dentro do capitalismo mundial globalizado.

A natureza do trabalho do professor tem como função primordial a formação humana, no entanto as práticas capitalistas de realização de valor econômico acabam por determinar os valores culturais presentes na atual sociedade, assumindo outras finalidades e, por muitas vezes, deteriorando o caráter humanizador.

A valorização do professor gera o aumento de motivação e engajamento com o trabalho oferecido e traduz numa melhor relação entre educador e educando, o que encerra em uma melhora na qualidade do ensino. Nesse marco, o relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): “Educação: um tesouro a descobrir:” traz algumas sugestões, acerca da valorização do educador, conforme segue:

É preciso mais empenho em manter a motivação dos professores em situações difíceis e, para conservar no ensino os bons professores, oferecer-lhes condições de trabalho satisfatórias e remuneração comparável à das outras categorias de emprego que exigem um nível de formação equivalente. A concessão de incentivos especiais a professores que trabalham em zonas afastadas ou pouco convidativas é, evidentemente, necessária para os levar a permanecer nessas zonas, de modo que populações desfavorecidas não o fiquem ainda mais devido à falta de professores qualificados. Por mais desejável que seja a mobilidade geográfica, as colocações não deveriam ser decididas arbitrariamente pelas autoridades centrais. A mobilidade entre a profissão docente e outras profissões, durante períodos limitados, poderia ser incrementada com proveito. (UNESCO, 2001, p. 160)

Como forma de envolvimento na busca de melhores condições de trabalho, estão as associações de professores. As associações do tipo sindical se caracterizam como uma das maiores expressões de ação coletiva desse grupo de trabalhadores. Houve um aumento no registro de sindicatos no Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente, os professores da

rede pública de ensino. “A despeito das avaliações catastróficas, o sindicalismo continua ativo pela simples razão de que, até o momento, é a instituição que tem capacidade de representação e organização dos trabalhadores e goza de legitimidade para tal.” (ROSSO, 2013, p. 40).

As condições de trabalho dos professores refletem inteiramente no seu desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, é nessa perspectiva que a atuação do sindicato apresenta importantes contribuições aos educadores. O sindicato se traduz na voz ativa dos trabalhadores da educação, de modo que o diálogo, os anseios coletivos e o prestígio da atividade, revelam os anseios dos sindicatos. Um dos braços de fortalecimento do trabalho docente nesses tipos de organização, os sindicatos, são justamente o movimento em competitividade que ali se desenham.

A concretização destas propostas faz aparecer um ator coletivo, portador de uma memória e de representações comuns, que cria linguagens próprias, rotinas partilhadas de ação, espaços de cooperação e dinâmicas de co-formação participada. É uma mudança decisiva para a profissão docente.” (NÓVOA, 1999, p. 19).

Esse ator coletivo que os sindicatos podem proporcionar, mais ainda, forjar, é um sujeito feito por vários indivíduos, professores, que juntos almejam e traçam propostas para a classe. No atual cenário econômico mundial, a atuação sindical se mostra cada vez mais necessária para a defesa dos trabalhadores, ante as diversas alterações provocadas pelo capitalismo, que afeta na seara do trabalho, uma vez que o uso de tecnologias mais eficientes permite produzir mais mercadorias em menos tempo de trabalho e isso finda em um maior número de desemprego e sub ocupação. Existe uma necessidade de se reinventar as práticas associativas docentes, não no sentido corporativo, mas na perspectiva da “colegialidade”:

Ao olharmos para a história, verificamos que nunca a fragilidade associativa dos professores foi tão grande, o que não deixa de ser preocupante. Ora, sem um reforço das dimensões colectivas e colegiais no seio do professorado, não vale a pena levantar a voz (as ‘vozes’), pois não é por falarmos mais alto que temos mais razão ou que defendemos melhor os nossos interesses. [...] Tradicionalmente, os professores oscilaram entre um extremo ‘individualismo’ na acção pedagógica e modelos sindicais típicos de ‘funcionários do Estado’. São, nos dias de hoje, formas obsoletas de encarar a profissão. O empobrecimento das práticas associativas tem conseqüências muito negativas para a profissão docente. É urgente, por isso, descobrir novos sentidos para a ideia de colectivo profissional. É preciso inscrever rotinas de funcionamento, modos de decisão e práticas pedagógicas que apelem à co-responsabilização e à partilha entre colegas. É fundamental encontrar espaços de debate, de planificação e de análise, que acentuem a troca e a colaboração entre os professores. (NÓVOA, 1999, p. 8)

Em suma, o espaço do sindicato precisa ser adotado como um lugar que visa além da formação, da reivindicação salarial, espaço de lutas, mas também de abordagens históricas que

o conectam a outros movimentos sociais. Uma das formas de manifesto de políticas educacionais no intuito de valorização do trabalho dos professores na educação brasileira se dá através de promulgação de leis e reformas educacionais.

O aumento salarial, a exemplo disso, está previsto na chamada Lei do Piso (Lei 11.738/2008). A Referida Lei, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), estabelece que o piso salarial dos professores do magistério é atualizado, anualmente, no mês de janeiro, conforme se vê:

Artigo 5º: “o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro.

[...]

Parágrafo único. A atualização de que trata o caput deste artigo será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. (BRASIL, 2008)

O investimento por aluno, citado no parágrafo único, está regulamentado no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb, criado em 2007, também na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, o atual presidente, numa forma de estratégia política eleitoral anunciou nesse ano de 2022, o referido aumento como sendo definido por ele e não pela Lei que prevê sua forma de cálculo (KONCHINSKI, 2022, *online*).

Além disso, é um reajuste que demanda de maior impacto financeiro para os estados e municípios, pois são esses entes federativos que contratam a maior parte dos professores do ensino básico público. Paira, então, a dúvida: a estratégia é alvo de política eleitoral, por se tratar de ano eleitoral?

Apesar de existir agenda sobre o piso salarial no PNE, os professores, na maior parte das vezes, obtêm êxito em suas demandas quando a agenda é pleiteada por movimento dos seus sindicatos. A exemplo disso, a greve dos professores do município do Recife, iniciada em 07/03/2022 e com fim em 18/03/2022, aconteceu em razão da reivindicação dos professores, através de negociação com o Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial de Recife (SIMPERE) por reajuste de 33,23% do piso salarial do magistério com repercussão em toda carreira e não somente para quem está no primeiro nível salarial (SIMPERE, 2022, *online*).

No entanto, o acordo foi feito da seguinte forma: a prefeitura irá pagar o reajuste de 33,24% mais abono de 1,73% por nove meses para apenas 900 profissionais que recebem abaixo do piso. Esse aumento será retroativo ao mês de janeiro e para aqueles que ganham

acima do piso (a maioria), a gestão municipal ofereceu 23% de reajuste, a partir de abril, e um abono de 12% durante nove meses (de abril e dezembro), mas pago numa única parcela, já no mês de abril de 2022.

### 3.1 MAS AFINAL DE CONTAS... O QUE SÃO OS DIREITOS HUMANOS?

Os Direitos Humanos têm como função assegurar e proteger os direitos básicos e a dignidade das pessoas. A necessidade de traduzir esses direitos em um documento adveio antes da existência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Os Direitos Humanos possuem como destaque três marcos históricos: o iluminismo, a Revolução Francesa e o término da Segunda Guerra Mundial (HUNT, 2009).

Embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) tenha sido promulgada há mais de 60 anos, logo após a Segunda Grande Guerra Mundial, em 1948, a missão de pesquisar, escrever e reescrever sobre estes direitos e defendê-los é incessante. Ainda continua sendo difícil e complexo se certificar de que o peso e eficiência das leis registradas e promulgadas em papéis tais como nossas Declarações, Constituições e Leis, garantam os Direitos Humanos das pessoas. Vivemos em um país onde as legislações são complexas, mas sua repercussão social é mínima.

A promulgação da DUDH não se configura como a garantia de efetivação dos Direitos Humanos. Apesar de constar expressamente no preâmbulo da Declaração Universal de Direitos Humanos que os governos se comprometem junto com seus povos, a tomarem medidas contínuas para garantir o reconhecimento e cumprimento dos Direitos Humanos (ONU, 1948), e de a referida Declaração existir há mais de 70 anos, ainda permanece incessante o apelo à pesquisa, escrita e estudo sobre esses direitos e a necessidade de defendê-los.

Os Direitos Humanos são o único baluarte que partilhamos comumente contra esses males. Ainda devemos aperfeiçoar continuamente a versão dos direitos humanos do século XVII, para se assegurar que o “Humanos” na Declaração Universal dos Direitos Humanos elimine todas as ambiguidades do “homem” nos “direitos do homem. (HUNT, 2009, p. 214-215)

A DUDH pôs em simetria a relevância dos direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais, tornando-os interdependentes (PIOVESAN, 2000). Desse modo, intrínseco aos direitos econômicos, sociais e culturais, os Direitos Humanos buscam também a preservação da função social do trabalho, de modo a assegurar a todo trabalhador sua integridade e bem-estar como condição humana.

Em relação à condição de trabalho (abarcada pelos direitos econômicos, sociais e culturais), a Declaração de Direitos Humanos prevê no art. 23, 1, que todo ser humano tem direito a condições justas e favoráveis de trabalho, nos seguintes termos: “todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.” (ONU, 1948).

A DUDH prevê o direito ao trabalho como um direito social, e a sua imersão como garantia fundamental e de reconhecimento internacional revela a importância que o trabalho tem para a questão dos Direitos Humanos. Esses são direitos que protegem o ser humano em sua forma mais abrangente e íntima de existência, em razão de garantir a dignidade como constituintes do ser, e desse modo, fornece amparo à humanidade.

No que diz respeito à efetividade dos Direitos Humanos, percebe-se que a maior contribuição se dá quando todo ser humano pensa e age de forma coletiva, como um ser integrante de uma sociedade e, ao fazer parte dela, atua como um ser empático. “A empatia depende do reconhecimento de que outros sentem e pensam como fazemos, de que nossos sentimentos interiores são semelhantes às de um modo o essencial.” (HUNT, 2009, p.27).

O sentimento de empatia, sentimento que facilita a compreensão emocional acerca de algo ou alguém, pode ser percebido através das leituras dos romances de identificação psicológica do século XVIII, que auxiliou as pessoas a entenderem a real dimensão do sofrimento humano quando ele é desrespeitado em seu anseio básico. Segundo HUNT (2009, p. 32):

Meu argumento depende da noção de que ler relatos de tortura ou romances epistolares teve efeitos físicos que se traduziram em mudanças cerebrais e tornaram a sair do cérebro como novos conceitos sobre a organização da vida social e política. Os novos tipos de leitura (e de visão e audição) criaram novas experiências individuais (empatia), que por sua vez tornaram possíveis novos conceitos sociais e políticos (os direitos humanos).

A partir da noção de entendimento do outro como ser que possui iguais necessidades e sentimentos que o “eu”, surge então o reconhecimento de toda a humanidade, ainda que essa relação seja entre pessoas diferentes entre si, até porque todos somos indivíduos autônomos e com histórias e experiências de vida particulares. Nessa ordem de ideias, Hunt (2009), esclarece, por exemplo, como a tortura, a partir do olhar empático, passou a ser repudiada, uma vez que as pessoas faziam uma identificação imaginativa com os atos cruéis praticados.

Desse modo, a empatia revelou-se um sentimento bastante poderoso para extinguir ou diminuir os preconceitos e as formas cruéis de tratamento entre os seres humanos, em geral

entre os que pensavam de formas diferentes e, assim, mostra-se como importante instrumento para atingir a justiça e a paz social.

Para responder às carências de uma justiça social mais ampla, abarcando também o direito humano no aspecto do trabalho humano e suas condições justas e favoráveis ao trabalhador, existe a forma de proteção da dignidade do trabalhador. Importa frisar, no que diz respeito ao trabalho, segundo a teoria marxista, que foi através do labor que o homem se humanizou, haja vista ter sido o elemento emancipador de seu estado primitivo, garantindo ao indivíduo o exercício de uma vida digna, por proporcionar o acesso a bens e consumo produzidos pelo próprio homem. Contudo, na sociedade contemporânea, a forma como o trabalho é pensado e organizado sobrepõe-se ao trabalhador (MARX, 1998).

Há uma preocupação da comunidade internacional em proteger os Direitos Humanos, resguardando, inclusive, o trabalho humano que por vezes enfrenta carência de condições materiais inerentes à subsistência do trabalhador e seus dependentes. Em princípio, encontra-se contemplado nos documentos de proteção internacional dos direitos laborais como mínimo indispensável à salvaguarda da dignidade do trabalhador.

O presente estudo se propõe a investigar o trabalho na forma de trabalho decente, em oposição ao exercido em condições análogas ao trabalho escravo (trabalho exercido sob condições degradantes, com altas jornadas, agressões psicológicas, entre outros). Assim, a proteção aos direitos dos trabalhadores deve ser tratada de modo unânime em todos o mundo, no ponto de vista do respeito ao ser humano, à liberdade e a dignidade, independente dos valores e situações econômicas particulares de cada lugar.

A presente pesquisa, comunga com a ideia da dignidade do trabalho como forma de superação das divergências, a partir de uma construção aprofundada dos Direitos Humanos atrelada a uma “racionalidade de resistência e a uma prática intercultural” (HERRERA, 2009, p. 150), sem haver reducionismos da vivência de cada ser humano:

Os direitos humanos no mundo contemporâneo necessitam dessa visão complexa, dessa racionalidade de resistência e dessas práticas interculturais, nômades e híbridas para superar os obstáculos universalistas e particularistas que impedem sua análise comprometida há décadas. Os direitos humanos não são unicamente declarações textuais. Também não são produtos unívocos de uma cultura determinada. Os direitos humanos são os meios discursivos, expressivos e normativos que pugnam por reinserir os seres humanos no circuito de reprodução e manutenção da vida, nos permitindo abrir espaços de luta e de reivindicação. São processos dinâmicos que permitem a abertura e a conseguinte consolidação e garantia de espaços de luta pela dignidade humana. (HERRERA, 2009, p. 163)

Para abordar a dignidade numa perspectiva do trabalho decente, busca-se que essa conquista se dê através da colaboração das diversas formas culturais existentes até mesmo em uma mesma sociedade, compreendendo o trabalho decente como o exercido em condições que componham a dignidade dos trabalhadores. O contexto histórico a partir do qual os Direitos Humanos surgiram, cenário pós-guerra, a humanidade observou a capacidade que os seres humanos têm de praticar atrocidades com outros seres humanos. Com essa percepção, a própria sociedade observou a necessidade de limites até onde essa barbaridade poderia prosseguir. Com a ideia de construção de um documento internacional que impusesse limites de proteção da dignidade de toda e qualquer pessoa, emerge a construção da DUDH, e por conseguinte, dos Direitos Humanos.

Ainda que esse direito não abarcasse todos os conflitos e dilemas sociais dos seres humanos, naquele momento foi o passo inicial para a luta e proteção de toda e qualquer pessoa. A proteção dos Direitos Humanos deve ser traduzida como uma busca incessante e constante, partindo do princípio que os Direitos Humanos: “permanecem sujeitos a discussão porque nossa percepção de quem tem direitos e do que são esses direitos muda constantemente. A revolução dos direitos humanos é, por definição, contínua.” (HUNT, 2009, p. 27).

O cenário de pandemia nos pegou de surpresa e tem sido uma época permeada de desafios. Ao nos debruçarmos nos docentes, temos a preocupação e o interesse de pesquisa de compreender como está esse professor. Em tempos de pandemia, aos professores ficou a missão de continuar suas aulas como se nada estivesse acontecendo, como se eles não tivessem medo, como se eles não pudessem ficar doentes. De uma hora para outra, os professores precisaram, no silêncio de suas aulas remotas, animar, orientar e ensinar os alunos.

Assim, a presente pesquisa se aproxima da discussão dos Direitos Humanos e do trabalho dos docentes a fim de contribuir na qualificação efetiva e empática desses sujeitos. Com intuito também de conscientizá-los a abranger a dimensão do seu trabalho, buscando avanços no desenvolvimento dos seus ofícios, em razão das novas tecnologias estarem adentrando no espaço escolar (como a internet, as redes sociais e outras inovações tecnológicas), e estarem sendo utilizadas de forma instantânea no contexto da Pandemia do coronavírus, interferindo diretamente no exercício do trabalho dos educadores.

Segundo Freire (2019b, p. 74): “precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas resultado de sua conscientização.” Por isso, o professor precisa se entender como sujeito de direitos ao lutar por dignidade pessoal e profissional.

Ao promover a escuta, damos a oportunidade ao professor de refletir sobre a importância do seu papel. Por meio dessa pesquisa almejamos levantar reflexões sobre os professores como sujeitos de direito, sujeitos esses que necessitam de suportes para o exercício do seu trabalho com dignidade, já que as cobranças institucionais por vezes não reconhecem as particularidades dos agentes de educação.

Apesar de ter se propagado muito, nos últimos tempos, acerca do sentimento da empatia, ainda se mostra presente o desrespeito entre as pessoas, principalmente no que diz respeito aos Direitos Humanos das minorias, dos grupos vulneráveis, das vítimas de injustiças históricas, entre outros. Segundo Hunt (2009), historicamente se observa que os direitos humanos são mais resguardados quando são reivindicados através de seus sentimentos e atitudes de vários indivíduos, ao ordenarem reparações quando se sentem atingidos em seu senso íntimo.

As considerações acima convergem com o conceito de Direitos Humanos utilizado no presente estudo, que é o conceito que enfatiza o sentimento de empatia como alicerce psicológico para a luta pela concretização dos Direitos Humanos e esforço das pessoas para a convivência harmônica em sociedade, com o respeito dos interesses de cada indivíduo. Juntamente com as reflexões feitas sobre o trabalho dos professores no tópico anterior ao presente, na seção seguinte aborda-se sobre os pontos de encontros e desencontros entre Direitos Humanos e o trabalho, especificamente o trabalho dos professores.

### **3.1.1 Aproximando as duas categorias de análise: Direitos Humanos e Trabalho**

A DUDH ampliou o conceito de dignidade humana ao estabelecer os direitos Econômicos, Sociais e Culturais ao lado dos já estabelecidos direitos Cívicos e Políticos. Ademais, declarou os Direitos Humanos como direitos caracterizados pela universalidade (estendem-se a toda e qualquer pessoa) e pela indivisibilidade, em razão de os Direitos Humanos fazerem parte de uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada (PIOVESAN, 2000). Foi a partir da DUDH que se iniciou um consenso internacional sobre a importância de declarar “oficialmente” a dignidade humana, contemplando os mais diversos Direitos Humanos:

A Declaração Universal não reafirmava simplesmente as noções de direitos individuais do século xviii, tais como a igualdade perante a lei, a liberdade de expressão, a liberdade de religião, o direito de participar do governo, a proteção da propriedade privada e a rejeição da tortura e da punição cruel. Ela também proibia expressamente a escravidão e providenciava o sufrágio universal e igual por votação secreta. Além disso, requeria a liberdade de ir e vir, o direito a uma nacionalidade, o

direito de casar e, com mais controvérsia, o direito à segurança social; o direito de trabalhar, com pagamento igual para trabalho igual, tendo por base um salário de subsistência; o direito ao descanso e ao lazer; e o direito à educação, que devia ser grátis nos níveis elementares (HUNT, 2009, p. 206).

Em 19 de dezembro de 1966, através da XXI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, outro documento que emerge após a Declaração Universal dos Direitos Humanos e que comunga com a discussão dos direitos das pessoas, é o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), que no Brasil, a sua promulgação ocorreu através do Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992.

O PIDESC tem como objetivo incluir os direitos dos homens na sociedade quando vistos sob a ótica de uma ameaça de lesão pelo modelo econômico neoliberal e globalizado, que tem como objetivo principal a acumulação de capital e a condição suprema de mercados globalizados. Como pode se observar, o Pacto Internacional de Direitos Econômico e Sociais e Culturais almeja responder às carências de uma justiça social mais ampla, abarcando também o trabalho humano e suas condições justas e favoráveis ao trabalhador, conforme previsto em seu Art. 7º: “os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis.” (ONU, 1966).

Ao lado do PIDESC, também foi aprovado o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP). Ambos entraram em vigor quase ao mesmo tempo. O PIDCP foi aprovado em 16 de dezembro de 1966 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e colocado para adesão pelos Estados. Contudo, entrou em vigor na ordem jurídica internacional em 23 de março de 1976, estabelecendo a busca pelo desenvolvimento dos direitos civis, políticos e econômicos, a fim de elevar o progresso das Nações e o bem comum da sociedade.

Resta assente, então, a existência de uma preocupação da comunidade internacional em proteger os Direitos Humanos, resguardando, inclusive, o trabalho humano que por vezes enfrenta carência de condições materiais inerentes à subsistência do trabalhador e seus dependentes. Em princípio, encontra-se contemplado nos documentos de proteção internacional dos direitos laborais como mínimo indispensável à salvaguarda da dignidade do trabalhador.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), por sua vez, foi fundada em 1919, após a Primeira Guerra Mundial, e fez parte do Tratado de Versalhes, com o intuito de promover o acesso ao trabalho decente, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade tendo como meta a redução das desigualdades e a superação da pobreza (OIT, online). A OIT é uma agência das Nações Unidas com estrutura tripartite. Ou seja, os representantes dos governos estão em situação de igualdade com relação às organizações de trabalhadores e empregadores.

Os quatro objetivos estratégicos da Agenda de Trabalho Decente da OIT são, segundo a própria organização, OIT (online):<sup>3</sup>

Definir e promover normas e princípios e direitos fundamentais no trabalho; Criar maiores oportunidades de emprego e renda decentes para mulheres e homens; Melhorar a cobertura e a eficácia da proteção social para todos; Fortalecer o tripartismo e o diálogo social.

Essa agência visa estabelecer normas de trabalho que garantam a condição digna do trabalho humano, de modo a não permitir que qualquer trabalho análogo ao trabalho escravo seja admitido. Como se vê, no preâmbulo da Constituição da OIT há menção à diversas formas de proteções de trabalhadores, no intuito de garantir condições dignas de trabalho, conforme abaixo:

Considerando que só se pode fundar uma paz universal e duradoura com base na justiça social; [...]

Considerando que existem condições de trabalho que implicam, para grande parte das pessoas, a injustiça, a miséria e as privações, o que gera um descontentamento tal que a paz e a harmonia universais são postas em risco, e considerando que é urgente melhorar essas condições: por exemplo, relativamente à regulamentação das horas de trabalho, à fixação de uma duração máxima do dia e da semana de trabalho, ao recrutamento da mão-de-obra, à luta contra o desemprego, à garantia de um salário que assegure condições de subsistência adequadas, à proteção dos trabalhadores contra doenças gerais ou profissionais e contra acidentes de trabalho, à proteção das crianças, dos jovens e das mulheres, às pensões de velhice e de invalidez, à defesa dos interesses dos trabalhadores no estrangeiro, à afirmação do princípio “a trabalho igual, salário igual”, à afirmação do princípio da liberdade sindical, à organização do ensino profissional e técnico e outras medidas análogas; [...]

Considerando que a não adoção, por parte de qualquer nação, de um regime de trabalho realmente humano se torna um obstáculo aos esforços de outras nações empenhadas em melhorar o futuro dos trabalhadores nos seus próprios países;

As Altas Partes Contratantes, movidas por sentimentos de justiça e de humanidade, assim como pelo desejo de assegurar uma paz mundial duradoura, e tendo em vista alcançar os objetivos enunciados neste preâmbulo, aprovam a presente Constituição da Organização Internacional do Trabalho. (ONU, 1944)

A perspectiva prevista pela OIT é a do diálogo entre governos, empregados e empregadores, para a partir desse ponto serem estabelecidas políticas públicas que garantam a justiça social. Uma das principais funções da OIT é a criação de Normas Internacionais do Trabalho. No formato de convenções, recomendações, protocolos, resoluções e declarações, que são instrumentos elaborados pela Conferência Internacional do Trabalho, órgão superior da OIT. Essas normas internacionais almejam a proteção dos trabalhadores em todas as Nações, consagrando a universalidade dos direitos humanos ao trabalho decente.

---

<sup>3</sup> Para mais informações, consultar a OIT. Disponível em:

<https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 05 jan de 2022.

No Brasil, a OIT possui representação desde 1950 e tem a principal característica na persecução para a promoção do trabalho decente, de modo a combater o trabalho forçado, o trabalho infantil e o tráfico de pessoas. Assim como promover o trabalho decente para jovens e migrantes com igualdade de oportunidades e tratamento, entre outros (OIT, online). No ano de 2006 fora criada a Agenda Nacional de Trabalho Decente que tem como função auxiliar na geração de mais e melhores condições de empregos, bem como a erradicação de trabalho escavo e infantil. Nessa Agenda é dada a real importância do trabalho decente como forma de superação e pobreza e diminuição das disparidades sociais de um país. Ademais, como uma das linhas de ação, se apresenta a proteção às condições de trabalho, nos seguintes termos:

A implementação de uma Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador, em consonância com as normas internacionais do trabalho sobre a matéria e a identificação de mecanismos e desenvolvimento de ações voltadas à garantia de um ambiente de trabalho seguro e saudável. (OIT, 2006, online)

A partir dessa Agenda foi criado no Brasil o Programa Nacional de Trabalho Decente, publicado em 2015, com o objetivo de constituir os resultados esperados e estratégias com metas no que diz respeito ao trabalho com dignidade. Esse Programa é incluído no PPA (Plano Plurianual) e é avaliado periodicamente. A UNESCO, agência especializada das Nações Unidas, foi criada em 1946, com sede em Paris e que tem por objetivo a garantia da paz por meio da cooperação entre as Nações. No Brasil, a representação da UNESCO foi criada em 1964, e possui sede em Brasília.

Como Organização especializada em Educação e Cultura, a UNESCO defende e zela por uma condição de trabalho digna para os professores, como forma de melhorar a educação e assim reduzir as desigualdades sociais. Em 1966 a OIT/UNESCO emitiram uma recomendação relativa ao Estatuto dos Professores e estabeleceram como princípios gerais:

8. Ao pessoal docente deveriam fixar-se condições de trabalho que lhe permitam, tanto quanto possível, um ensino eficaz e uma dedicação total às suas funções profissionais. [...]

82. As remunerações e condições de trabalho dos professores deveriam ser estabelecidas através de negociações entre as organizações de professores e as entidades patronais. [...]

145. As autoridades deveriam reconhecer que o melhoramento da situação económica e social dos professores, das suas condições de vida e de trabalho, dos termos do seu contrato de trabalho e das suas perspectivas de carreira, são o melhor meio para de obstar à escassez de professores competentes e experientes e atrair e reter no ensino, um número importante de pessoas plenamente qualificadas. (OIT/UNESCO, 1966)

No entanto, apesar da existência da recomendação acima, a pesquisa “Professores do Brasil: Impasses e desafios”, patrocinada pela UNESCO, mostra que cerca de 3 mil professores no país têm baixos salários e formação deficiente (GATTI; BARRETO, 2009).

Diante da realidade no nosso país, resta evidente a situação vulnerável que atravessam os professores, principalmente de escolas públicas, em que as estruturas das escolas e os salários dos professores são mais defasados. Os investimentos para a educação, e por conseguinte, às condições de trabalho dos professores, não avançaram no Brasil com o decorrer das décadas. O desprestígio do professor ao longo dos anos não seguiu em paralelo à democratização do acesso à educação básica. Hoje, encontra-se um total descaso com a situação profissional dos educadores. Nóvoa (1999, p. 29) concluiu que:

É evidente que há uma perda de prestígio, associada à alteração do papel tradicional dos professores no meio local: os professores do ensino primário já não são, ao lado dos párocos, os únicos agentes culturais nas aldeias e vilas das províncias; os professores do ensino secundário já não pertencem à elite social das cidades, cujo recrutamento não passa apenas por critérios escolares.

Além disso, as diversas exigências da sociedade, que atribui aos educadores inúmeras responsabilidades, como pela redução da violência, por exemplo, e o acúmulo de atribuições na escola, dividindo tarefas de ensino e administrativas, estão atreladas à ausência de um projeto de Governo eficiente que vise a valorização do ensino e dos professores e juntos contribuem com a desvalorização dessa profissão.

O presente estudo acredita no conceito de trabalho com viés de trabalho decente. O trabalho como um exercício que valoriza as condições humanas e não um viés de exploração, em que, de um lado, os professores encontram-se exaustos pelas imensas cargas horárias e com demandas que necessitam de um reforço psicológico. E de outro lado, salários baixos, que muitas vezes mal conseguem ofertar a sua família o mínimo necessário para uma vida digna, além de estruturas precárias para oferecerem aulas nas escolas públicas.

Ante as diversas funções e responsabilidades, os educadores acabam tendo que realizar atividades em casa, em horários extras, nos momentos que deveriam ser de descanso e lazer. E, apesar de todo o esforço, quando se compara com outros profissionais, ainda têm o seu salário defasado. Nóvoa (1999) e Esteve (1999) denominam de "mal-estar docente" o fenômeno decorrente dessa mudança na política educacional, o qual se relaciona ao ambiente profissional do professor, estando presentes deficiências nas condições de trabalho, falta de recursos humanos e materiais, violência nas salas de aulas e esgotamento físico.

Esse sistema corrobora para uma condição sem dignidade do trabalhador e estimula o adoecimento desses profissionais. Nessa ordem de ideias, visa-se, com esse estudo, contribuir com a condição digna de trabalho do professor. Em específico, com atenção a seus salários, suas formações, boas condições e segurança no local de trabalho. Além de conscientizá-los de seus direitos como profissionais da educação, para que sejam colocados em prática todos os regramentos que existem em seu favor, ante a existência de diversas normas protetivas do trabalhador, inclusive de âmbito internacional.

As ações capitalistas vêm se utilizando da pandemia para avançar com a ideia central do capital, em relação ao trabalho. Mas é importante lembrar que não foi a pandemia quem trouxe o trabalho informal, quem criou a terceirização, quem trouxe a precarização estrutural do trabalho. Antes mesmo do advento da pandemia do Coronavírus já existia o processo de desenvolvimento no mundo produtivo do capital controlado pelas corporações, ao lado de um processo de destruição da legislação social de proteção do trabalho.

A sobrevivência do capitalismo, como esclarece Antunes, é alicerçada sobre um: “sistema de metabolismo antissocial do capital cuja normalidade é a destrutividade.” (ANTUNES, 2020, p. 12). Assim, bem antes à pandemia do COVID-19, no final do séc. XVIII e início do séc. XIX, com o grande avanço tecnológico, houve uma grande repercussão no mundo do trabalho que resultou em novos modos de produção industrial, que dentre os principais estão o Taylorismo, Fordismo e o Toyotismo.

O Fordismo se mostrou como um modelo de produção industrial, cujo objetivo era o de reduzir tempo de produção e custo. Esse modelo foi criado em 1914, por Henry Ford e foi o modelo utilizado pela Segunda Revolução industrial até a década de 80. O modelo Fordista já foi um aperfeiçoamento do modelo Taylorista, desenvolvido por Frederik Winslow Taylor, e que tinha como meta o aumento de produtividade, com a racionalização do trabalho. No entanto, Taylor não se preocupou com as questões de tecnologia, matérias-primas e a chegada do produto ao mercado; preocupações estas visadas por Ford.

Ao lado do ingresso dos japoneses no mercado automobilístico houve a introdução do modelo de produção do Toyotismo, com um grande destaque na robótica e eletrônica. O toyotismo, criado por Taiichi Ohno, é baseado no modo de produção da fábrica da Toyota e tem como característica a flexibilização do aparato produtivo e, conseqüentemente, dos trabalhadores, como demonstrado por Antunes (1995, p. 28): “outro ponto essencial do toyotismo é que, para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores.”

Percebe-se, que historicamente há um avanço no campo da ciência e da tecnologia sempre determinado pela lógica de acumulação do capital e não das necessidades humanas, que nas palavras de Antunes (1995, p. 12): “trabalho vivo, em conjunção com ciência e tecnologia, constitui um complexa e contraditória unidade, sob as condições de desenvolvimento capitalista.”

Assim, em relação ao mundo do trabalho em geral e, especificamente o trabalho do professor, já vivíamos uma situação crítica de trabalho e com o cenário pandêmico só piorou a situação de precarização do trabalho. “Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais.” (ANTUNES, 2002, p. 231).

Hoje em dia existem diversos profissionais que disponibilizam seus trabalhos em plataformas digitais, caminhando para uma sociedade desprovida de qualquer direito, em relação a todas as profissões, e cada vez mais nota-se que o avanço na tecnologia recai em uma brutal exploração do trabalho, com ausência de proteção social:

Quando a prática tem sido a sistemática destruição da legislação social protetora do trabalho, por imposição de um capitalismo de predação e seu estado-gendarme em sua variante mais primitiva, o resultado que se colhe é a expansão exponencial de uma enorme massa trabalhadora desempregada, subempregada, na informalidade, na intermitência, precarizada e que só encontra ‘emprego’ nos trabalhos uberizados, aqueles que burlam completamente a legislação trabalhista. (ANTUNES, 2020, *online*)

Ademais, a “contrarreforma” trabalhista aprovada por Michel Temer (2016-2018), em 2017, criou o trabalho intermitente e essa situação mostrou a devastação da classe trabalhadora. Por outro lado, no trabalho remoto, que se mostra de certa forma como um trabalho intermitente, os trabalhadores não possuem limite de jornada e nem diferenciam o que é dia e noite, nem o que é vida privada e trabalho. Essa forma de trabalho, na situação pandêmica, foi a necessidade, mas a excepcionalidade desse mecanismo é necessária!

A individualização, fragmentação e divisão dos trabalhadores que estão em trabalho remoto, fortalece o capital, e tira o espaço coletivo da sociabilidade, quebrando assim a comunicação e organização sindical, além de levar o lado nefasto do trabalho para dentro de casa. Mas, na sociedade do desemprego, é comum se pensar que qualquer trabalho é melhor que o desemprego e o medo do desemprego gera uma forte debilidade no sindicalismo, nos termos de Antunes (1996, p. 133): “com o aumento do fosso entre operários estáveis e precários,

parciais, reduz-se fortemente o poder dos sindicatos, historicamente vinculados aos primeiros e incapazes, até o presente, de incorporar os segmentos não estáveis da força de trabalho.” Surge, então um novo desafio para os sindicatos:

Procurará elaborar um programa de emergência para simplesmente gerir a crise do capital e tentará avançar na elaboração de um programa econômico alternativo, formulado sob a ótica dos trabalhadores, capaz de responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho mas tendo como horizonte uma organização societária fundada nos valores socialistas e efetivamente emancipadores? Pode-se responder que para tanto é preciso muito mais que a ação sindical. É verdade. Mas pode-se responder que a ação sindical no Brasil dos nossos dias seguramente, numa e noutra direção, o que lhe confere uma enorme responsabilidade. (ANTUNES, 1996, p. 136)

O ensino digital, coisifica o ensino, além de controlar a forma e o ensino do professor, pela total interferência de familiares nas aulas. No entanto, é sempre bom frisar que ensino é ato de interação entre sujeitos, recíproco de aprendizados, ato eminentemente presencial. Não se pretende, no entanto, no presente trabalho desconsiderar-se os avanços tecnológicos na educação. Por meio das presentes discussões almeja-se levantar-se questionamentos acerca do entrelaços (ditos inevitáveis) entre educação e tecnologia.

Desse modo, espera-se que a exceção do ensino remoto da pandemia não seja tida como medida regular, pois essa medida não traz avanços e ao contrário traz retrocessos ao trabalhador, no que diz respeito a sua proteção social. O Avanço técnico desde que o capitalismo veio a impulsioná-lo, a partir dos anos 70 do século passado, trouxe a destruição que comanda o mundo, com regressão social, privatização, mercado da res privada, hegemonia do capital financeiro, sem nenhuma lógica humana. A tecnologia, embora nasça com humanidade, hoje em dia ela está associada a suicídio e escravidão, pois ela é plasmada por relações sociais de produção que são capitalistas.

Se o sistema do capital comanda o nosso mundo, nós vamos caminhar para uma precarização estrutural do trabalho, pois é uma máquina de destruição. O capital só aceita progresso técnico e não social e humano - porque só avança sob a exploração social e humana. “As mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho”. (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 423).

A reinvenção do novo modo de vida é o imperativo para nosso mundo, com o resgate de recriação do trabalho e reinvenção do socialismo, pois o socialismo não pôde atingir o coração do capitalismo.

## 3.2 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: TRABALHO DO PROFESSOR

### 3.2.1 Os desafios dos Direitos Humanos e do trabalho de professores na pandemia

No período da pandemia do COVID-19 ficaram expostas as vulnerabilidades existentes há muitos anos na população mundial, de modo que deixou exposta a fragilidade dos governos no tocante à garantia à população dos Direitos Humanos. Santos (2020), no livro “A cruel pedagogia do vírus”, menciona que a pandemia do COVID-19 aumentou as incertezas marcadas pelas diversas sociedades no contexto mundial, uma vez que revelou as desigualdades sociais, aclarando, ainda mais, para a vulnerabilidade social a que grupos e até mesmo populações inteiras estão sujeitas cotidianamente.

A desigualdade social, as injustiças praticadas, dentre outros elementos contrários aos Direitos Humanos emergiram sobremaneira no cenário da crise sanitária vivenciada a partir de 2020, o que provocou um abalo mundial: “uma pandemia desta dimensão provoca justificadamente comoção mundial. Apesar de se justificar a dramatização, é bom ter sempre presente as sombras que a visibilidade vai criando.” (SANTOS, 2020, p. 08).

Além do aspecto econômico e de desigualdade social, outro fator que teve relevância e se mostrou bastante evidente foi o de conflitos de direitos, ao se pôr em jogo o direito à vida de um lado e, de outro lado, o direito de liberdade individual. Dilema esse bem traduzido nos escritos de Santos: “Como resolverão o conflito entre o dever de alimentar a família e o dever de proteger as suas vidas e a vida desta? Morrer de vírus ou morrer de fome, eis a opção.” (SANTOS, 2020, p. 32).

A crise vivenciada é reflexo da ampliação do neoliberalismo<sup>4</sup> ao longo dos anos, uma vez que houve uma crescente dominância do capitalismo em todo mundo de uma forma geral, o que desencadeou no eterno estado de crise da população. O modelo neoliberal mostra-se como um modelo socioeconômico que defende o Estado como “Estado mínimo” e garante, em teoria, a liberdade empreendedora individual com os livres mercados e comércios. Entretanto, o que se observa nesse modelo é a desregulação, privatização e retirada do Estado no que diz respeito ao bem-estar social. Desse modo, a crise pandêmica apenas escancarou os efeitos dilacerantes do capitalismo, com a marcante desigualdade entre a população, fenômeno que converge com o sistema econômico neoliberal. Nos termos de Santos, (2020, p. 28):

---

<sup>4</sup> Para aprofundar os estudos sobre Neoliberalismo, ver em: HILGERS (2012); Goldstein (2012); Collier (2012)

As pandemias mostram de maneira cruel como o capitalismo neoliberal incapacitou o Estado para responder às emergências. As respostas que os Estados estão a dar à crise variam de Estado para Estado, mas nenhum pode disfarçar a sua incapacidade, a sua falta de previsibilidade em relação a emergências que têm vindo a ser anunciadas como de ocorrência próxima e muito provável.

O modelo capitalista direciona muitas das decisões sobre o bem-estar comum da população, tendo em vista que é o modelo vigente. Contudo, esse modelo capitalista, que parte de uma falsa premissa que todos os seres são iguais, na efetividade dos fatos o que se observa é que essa igualdade é permeada por grandes diferenças; diferenças essas atreladas ao direito e ao bem-estar das pessoas. Segundo Santos (2020 p. 24): “O capitalismo poderá subsistir como um dos modelos económicos de produção, distribuição e consumo entre outros, mas não como único e muito menos como o que dita a lógica da ação do Estado e da sociedade.” Os grupos sociais mais frágeis evidenciaram suas condições de discriminados e excluídos existentes há muitos anos e que já tinham intrínseco em sua essência a naturalização do sofrimento.

Por exemplo, os Médicos Sem Fronteiras estão a alertar para a extrema vulnerabilidade ao vírus por parte dos muitos milhares de refugiados e imigrantes detidos nos campos de internamento na Grécia. Num desses campos (campo de Moria), há uma torneira de água para 1300 pessoas e falta sabão. Os internados não podem viver senão colados uns aos outros. Famílias de cinco ou seis pessoas dormem num espaço com menos de três metros quadrados. Isto também é Europa – a Europa invisível. Como estas condições prevalecem igualmente na fronteira sul dos EUA, também aí está a América invisível. E as zonas de invisibilidade poderão multiplicar-se em muitas outras regiões do mundo, e talvez mesmo aqui, bem perto de cada um de nós. Talvez baste abrir a janela. (SANTOS, 2020, p. 08-09)

Assim, a ausência de atenção pelos governantes em áreas de extrema importância, como é a da educação e da saúde, espelharam bem o trágico cenário no combate ao vírus SARS-CoV-2. Diante do cenário de desigualdade social e injustiças sociais, mostra-se relevante, no tocante ao trabalho de professores, discutir sobre os desafios enfrentados para a execução das aulas remotas, principalmente àquelas oferecidas para alunos integrantes da população de baixa renda.

A desigualdade social revela-se sobremaneira um fator relevante para a dificuldade do exercício do magistério. No contexto da Pandemia, com utilização do ensino remoto, é que ficou mais evidente essa realidade vivenciada no Brasil, onde os professores e alunos de escolas públicas usufruíram de experiências drasticamente distintas das dos professores e alunos de escolas particulares.

Segundo Santos (2020), a pandemia contribuiu com a desigualdade social, em razão de o vírus não se mostrar democrático entre a população, uma vez que ele atinge mais quem possui menos condições socioeconômicas. O trabalho remoto, assim como o exercido em “home office” são propulsores de danos para os trabalhadores em geral, especialmente para os professores, uma vez que os profissionais com altas demandas e carga horária de trabalho findam por aumentar ainda mais a sobrecarga laboral, por se tratar de formato de aulas que são oferecidas no ambiente doméstico.

Essa ampliação de demandas ocasiona doenças pela exaustão e cansaços extremos, uma vez que aumenta as solicitações dos gestores das escolas, pais e alunos, em razão do tempo ser “infinito” quando se trata de ambiente de trabalho “on-line”. Esse processo impulsiona a perda da subjetividade do ser, ao unir o ser trabalhador e o indivíduo social (MARX,1998). Não basta apenas discutir questões legislativas sobre trabalho e trabalho de professor. Hoje, depois de um cenário pandêmico, a partir de tantas doenças emocionais, é preciso discutir um bem-estar no trabalho e um trabalho de qualidade, bem como a flexibilização nos horários.

A flexibilização de horários é um problema inserido na precarização do trabalho dos professores e tem como característica o aumento de demandas a serem realizadas pelos educadores. A flexibilização de horários deve estar atrelada a valorização monetária do professor, porque o professor não aguenta mais trabalhar três turnos incessantes para poder auferir renda que sustente ele e sua família. Isso é uma afronta a sua dignidade!

Nessa ordem de ideias, segundo Herrera Flores (2009, p. 34-35), podemos entender dignidade como acesso aos bens imateriais também:

Por isso, nós não começamos pelos “direitos”, mas sim pelos “bens” exigíveis para se viver com dignidade: expressão, convicção religiosa, educação, moradia, trabalho, meio ambiente, cidadania, alimentação sadia, tempo para o lazer e formação, patrimônio histórico-artístico, etc. Prestemos muita atenção, estamos diante de bens que satisfazem necessidades, e não de um modo “a priori” perante direitos. Os direitos virão depois das lutas pelo acesso aos bens. Algumas vezes essas lutas poderão se apoiar em sistemas de garantias já formalizados (e aí a luta jurídica se une à luta social de um modo importante), mas, outras vezes, as lutas não poderão se apoiar em uma norma e se situar em planos de “alegalidade” (veja-se o caso das práticas sociais para acolher, proteger e promover as migrações no contexto europeu). As normas jurídicas resultantes nos servirão para garantir – como dissemos de um modo não neutro – um determinado acesso a tais bens. Daí sua importância. Porém, daí também seu caráter instrumental e seu apego aos interesses e às expectativas de quem ostenta a hegemonia na sociedade de que se trate.

O trabalho que garante aos professores o bem-estar social e o trabalho de qualidade, é um trabalho atento aos seus pensamentos, emoções e ações, no intuito de preocupar-se com o bem-estar físico e mental do educador. Esteve (1995) pondera que o mal-estar docente resulta

das sequelas negativas que influenciam na individualidade do professor, a partir das exigências demasiadas presentes no seu cotidiano de trabalho, então esse profissional manifesta sintomas de esferas comportamentais, emocionais e cognitivas. E entre esses sintomas, evidenciam-se: desmotivação, senso de sobrecarga de trabalho, stress, irritabilidade e diminuição da autoestima.

Dito isso, é evidente que o exercício do magistério exige transformações políticas e, também, sociais que assegurem a dignidade dos professores com estratégias de atenção voltadas à saúde e bem-estar desses profissionais, principalmente no período pandêmico, em que a fragilidade e as tensões aumentaram, de uma forma geral, sobremaneira. Por outro lado, amparado na leitura de Santos (2021) entende-se que o período pós pandemia é trilhado em uma direção mais humanizante em que as ações precisam estar em harmonia com a natureza e com uma nova ética de convivência com a percepção de o individualismo não ser o caminho certo. A condição da vida dos seres humanos deve ser meta prioritária em relação à dominação da exploração do lucro, onde as pessoas vislumbrem o bem geral, e a individualidade, autonomia, respeito e valores humanos se sobressaia ao capitalismo:

A nova articulação pressupõe uma viragem epistemológica, cultural e ideológica que sustente as soluções políticas, econômicas e sociais que garantam a continuidade da vida humana digna no planeta. Essa viragem tem múltiplas implicações. A primeira consiste em criar um novo senso comum, a ideia simples e evidente de que sobretudo nos últimos quarenta anos vivemos em quarentena, na quarentena política, cultural e ideológica de um capitalismo fechado sobre si próprio e a das discriminações raciais e sexuais sem as quais ele não pode subsistir. (SANTOS, 2020, p. 31-32)

Nesse cenário, não é viável que após a pandemia tudo volte a ser como era antes. É preciso um redirecionamento no que diz respeito ao trabalho dos professores, como por exemplo: carga exacerbada de horas de trabalho, remuneração, qualidade no ambiente de trabalho; elementos que se acentuaram na pandemia, que já existiam e que no cenário pós-pandemia não devem ser esquecidos ou superados. Um cenário caótico nos foi apresentado e é preciso reagir!

Importante frisar que um maior desafio foi enfrentado pelas professoras, uma vez que, segundo pesquisa do Inep (BRASIL, 2021), as mulheres docentes, até nos dias de hoje, formam o maior número na categoria do professor e isso se explica como o cuidar ainda está atrelado ao espaço feminino, conforme bem explicitado por Zimmernann, Vicente e Machado (2021, p. 04):

Gradualmente, a mulher (burguesa) deixou de ser instruída tão somente para cuidar do lar, ganhando seu espaço no mercado de trabalho, entretanto, esse mercado ainda se configurava um espaço feminino, pois ser professora é, antes de mais nada, cuidar de crianças, ao menos é assim que prega o senso comum na sociedade patriarcal.

Em período pandêmico, as condições de trabalho das professoras foram ainda mais agravadas, em razão de ser a mulher e docente mais vulnerável ante a divisão sexual do trabalho que foi incorporada socialmente, atribuindo à mulher as tarefas de cuidados e assistência.

Os desafios se intensificaram, em especial, para as mulheres professoras, no contexto do atual problema de saúde, que, por conta do sexismo e da divisão gênero desigual do trabalho, acaba recaindo sobre elas a execução das atribuições, como: cuidar da casa e dos filhos, ter que se atualizar com as inovações da sua profissão e dar conta de extensos horários no escritório.

Por exemplo, nos casos em que a docente tem arranjo familiar monoparental, sendo mãe solo, a dificuldade é ainda maior, em razão de ter que conciliar o emprego com os cuidados do lar e dos filhos, sem uma rede de apoio, a depender das próprias condições socioeconômicas e culturais.

Essas sobrecargas se evidenciam pela representação da mulher docente, que, segundo Louro (1997), é criada a partir de relações sociais de poder, explicitando a construção da desigualdade entre os gêneros, uma vez que foi construída e difundida por homens: religiosos, legisladores, pais e médicos. Historicamente, são considerados como importantes os fatos narrados por homens, brancos e burgueses, o que faz a tradição da desigualdade sexual se perpetuar (HARDING, 1993). Desse modo, a mulher docente sofre pressão duplamente da sociedade por, além de ser mulher e ter socialmente a atribuição da responsabilidade de cuidado do lar, do marido e dos filhos, tem a mesma sobrecarga no trabalho, por ser um local onde exerce também a função de cuidadora.

Isso se agravou no contexto da pandemia do COVID-19, quando a docente perdeu a ajuda de redes de apoio, como creches ou familiares que cuidavam das crianças, que eram suporte para muitas mulheres, enquanto trabalhava ou buscava emprego, diante dos problemas socioeconômicos vivenciados por toda sociedade, além das consequências do isolamento social. Continuamente, será analisada a formação de professores, a partir da capacitação desses profissionais com a idealização de mudanças necessárias em si e dentro das circunstâncias que desempenham seus papéis, na busca pelo seu bem-estar.

### 3.2.2 Formação de professores no atual cenário de discussão

A formação de professores consiste na construção permanente de aperfeiçoamento dos professores, não apenas como forma de utilização nos instrumentos de suas aulas, mas também, na busca contínua pela sua autonomia, competência, pertencimento e valorização. Essa formação é um campo de estudo e investigação que se direciona para a formação de professores e pode ser a nível de graduação e pós-graduação e formação continuada. Assim, ao analisar a condição de trabalho de professor deve-se atentar aos investimentos em sua formação e nos espaços e instrumentos para o exercício de seu trabalho.

Por ser de constante evolução a formação do professor, é de fundamental importância o seu estudo e investimento a fim de atender as necessidades das novas gerações (NÓVOA, 1999). E é a partir da ideia de formação de professores que se deve tratar o autoconhecimento e a autorreflexão como fundamentais aos professores, de modo que suas histórias pessoais de vida auxiliem na formatação da sua identidade profissional.

A formação prática e experiência com habilidades de lidar com os problemas escolares cotidianos é a principal chave para evitar o acúmulo de estresses na vida profissional do educador. “No sentido de evitar o mal-estar docente, o processo de formação permanente tem menos importância do que uma ação preventiva no âmbito da formação inicial.” (NÓVOA, 1999, p. 119).

Ante os desafios e desgastes enfrentados pelos professores com as mudanças sociais e a sua capacidade de criatividade, acredita-se dever ser oferecido aos educadores além de um apoio tecnológico, um apoio emocional e psicológico, ao levar em consideração que os professores se encontram com alto nível de estresse. Principalmente nos tempos atuais com a Pandemia do Coronavírus, que além do problema da saúde mundial, ainda tem abalado gravemente as suas formas de trabalho, com a implantação repentina do ensino remoto.

Um pouco por todo o lado procuram-se soluções que permitam recriar e redimensionar a escola. Entre nós, inovação, mudança, criatividade, autonomia, tornaram-se termos que brilham no discurso oficial de sedução, mas que não escondem a realidade da rotina estritamente regulamentada e a mediocridade de condições de trabalho que limitam, em larga medida, a vivência nos espaços escolares. (NÓVOA, 1999, p.158)

É interessante constatar que o profissional de educação carece de incentivos e cursos de formadores para adaptarem-se às novas tecnologias. De outra banda é imprescindível associar à essas inovações os suportes psicológicos, pois com a existência de tantos problemas para o desenvolvimento dessa profissão, resta assente o direito de exercê-la dignamente, com amparo

dos Direitos Humanos, pois, os Direitos Humanos, como um conjunto de garantias universais centradas na dignidade humana, estendem-se também ao mundo do trabalho.

Ao analisar as tarefas dos professores e seus desafios, Tardif (2011) destaca que o saber docente é múltiplo e pluriorientado, e envolve saberes curriculares, disciplinas, exercício profissional e experiência pessoal. Os saberes curriculares estão relacionados com os objetivos, e organização dos conteúdos dos planejamentos das rotinas escolares. Por outro lado, os saberes oriundos da experiência pessoal, resultam do trabalho diário, da vivência das diversas situações pedagógicas, que constituem o saber e o saber-fazer.

Outro fator importante na formação dos professores é superação do caráter exclusivamente afetivo da profissão. Existe uma relevante relação entre o trabalho que se realiza e a experiência individual de cada um, que segundo Freire (1999, p. 71): “o contexto teórico, o de formação permanente da educadora, é indispensável a reflexão crítica sobre os condicionamentos que o contexto cultural tem sobre nós, sobre a nossa maneira de agir, sobre nossos valores.”

Pensar em formação de professores é superar o caráter exclusivamente afetivo da profissão, uma vez que esse pensamento nos leva ao esquecimento dos aspectos formais que incide nesse ofício, como por exemplo os direitos trabalhistas. “Finalmente a tese de Professora, sim; tia, não, é que, enquanto tios e/ou tias e/ou professores, todos nós temos o direito ou dever de lutar pelo direito de ser nós mesmos, de optar, de decidir, de desocultar verdades”. (FREIRE, 1999, p. 18)

Para isso, é preciso preparar os professores de maneira qualificada, capacitando-os com a utilização de instrumentos que podem otimizar sua prática e para pôr em prática toda a autonomia, o professor necessita ter vez e voz, exercer sua cidadania de forma ativa, expondo seus pensamentos e convicções, que nos termos de Freire (1999, p. 42):

Por isso, não vejo outra saída senão a da unidade na diversidade de interesses não antagônicos dos educadores e elas educadoras na defesa de seus direitos. Direito à sua liberdade docente, direito à sua fala, direito a melhores condições de trabalho pedagógico, direito a tempo livre e remunerado para dedicar à sua formação permanente, direito ele ser coerente, direito de criticar autoridades sem medo de punição a que corresponde o dever de responsabilizar-se pela veracidade de sua crítica, direito de ter o dever de ser sérios, coerentes, de não mentir para sobreviver.

A formação dos professores mostra-se como um dos instrumentos para a reflexão crítica do cotidiano dos professores e na observação dos alunos e das circunstâncias em que realizam suas práticas profissionais.

A formação permanente das educadoras, que implica a re-reflexão crítica sobre a prática, se funda exatamente nessa dialeticidade entre prática e teoria. Os grupos de formação, em que essa prática de mergulhar na prática para, nela, iluminar o que nela se dá o processo em que se dá o que se dá, são, se bem realizados, a melhor maneira de viver a formação permanente. (FREIRE, 1999, p. 74-75)

Nesse aspecto, a questão afetiva da profissão de professor deve perpassar elementos como o respeito e a alteridade, pensando no outro como um ser que o completa. E para isso, a formação dos educadores se mostra de grande valia pela contribuição na forma de pensar sua atividade baseando-se em sua própria experiência e criando sua história e identidade.

### **3.2.3 O professor como sujeito de direito**

A atual Constituição conhecida como Constituição Cidadã, de 1988, estabeleceu como fundamento de um Estado democrático de direito a dignidade da pessoa humana. Além de incluir os direitos sociais dentre os direitos fundamentais, protegendo todo trabalhador. Dessa maneira, a Constituição de 1988 assegurou os direitos sociais no rol das cláusulas pétreas, como forma de banir qualquer retrocesso que atinjam esses direitos, uma vez que a dignidade humana deve ser compreendida como uma conquista social.

A educação, nessa Constituição, é garantida a todo cidadão, como reflexo do Estado Democrático de Direito, englobando o ensino como um direito fundamental, inseparável ao conceito de dignidade humana (BRASIL, 1988). Assim, a informação e o conhecimento são vistos como condições *sine qua non* para o desenvolvimento do cidadão e da sociedade, bem como para a correção de desigualdades sociais existentes.

A LDB instituiu a Década da Educação, estimulando programas de capacitação para os professores, com o uso, inclusive, de recursos de educação a distância, em contrapartida resta evidente que o governo se preocupa com a permanência do modelo de políticas de formação abreviada, o que torna essa formação contestável. Contudo, apesar da preocupação com a melhoria da qualidade do ensino da educação básica, foram estabelecidas diretrizes para formação inicial do educador que fincou em uma formação rápida e flexível, por conta do baixo perfil da educação vivenciado no Brasil.

Assim, a qualidade de ensino aliada à formação do professor com base na teoria do capital humano, em que a função da escola está em preparar recursos humanos para o mercado e a educação no posto da sociedade no processo de produção, acabam enfraquecendo a formação do professor e a educação de uma forma geral. Em seguida, a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, foi responsável por aprovar o PNE, que fixou a valorização dos professores como prioridade na área da educação, garantindo ao professor condições adequadas de trabalho,

entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério.

Como meta do PNE (Lei nº 13.005/14), a União, Estados e Municípios e Distrito Federal são obrigados a garantir planos de carreira e remuneração para os profissionais da educação escolar básica pública. Desse modo, para que seja posto em prática o regramento do PNE é necessário que haja verdadeiros diálogos sobre o tema entre gestores públicos e os educadores em comento. A Portaria MEC nº 618 criou um fórum permanente de acompanhamento sobre a progressão do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Esse é um bom exemplo de caminho a ser trilhado para a melhoria das condições de trabalho dos professores.

No município de Recife, após a crise pandêmica foi publicada a Instrução Normativa- IN SEE n. 02 de 25/07/2020 – no intuito de deliberar sobre os procedimentos para realização das atividades pedagógicas não presenciais nas instituições educacionais públicas de educação infantil e ensino fundamental. No entanto, percebe-se que referida instrução delega mais atribuições que proteções ao professor, como se mostra abaixo:

“Art. 21. Para atendimento das demandas decorrentes do período emergencial, a Secretaria de Educação do Recife, por meio das Diretorias Executivas, desempenhará as seguintes competências:

[...]

III - professores(as) da Educação Infantil:

- a) elaborar Plano de Aula, considerando o contexto atual, que priorize os campos de experiências e os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento essenciais aos(às) estudantes e contemple proposições pedagógicas com foco na ludicidade e interação mediada pela família;
- b) construir seu plano de aula com base nas propostas previstas no art. 7º;
- c) prestar orientações e acompanhamento pedagógico aos(às) estudantes e as famílias, a partir de canais de interação, considerando o seu horário de expediente;
- d) preencher o Instrumento de Acompanhamento das Atividades Pedagógicas realizadas pelos(as) estudantes, mencionado no art. 11, da presente Instrução Normativa;
- e) apresentar, semanalmente, o Instrumento de Acompanhamento das Atividades Pedagógicas à coordenação ou à gestão escolar (em Unidades Educacionais sem coordenação pedagógica);
- f) fazer anotações referentes às atividades não presenciais para posteriormente retomar os conteúdos nas aulas presenciais, conforme necessidade;
- g) fazer o diagnóstico da turma para repensar o planejamento das rotinas e interação entre os estudantes, bem como poderá dar continuidade às ações pedagógicas voltadas ao desenvolvimento integral da criança, quando do retorno às atividades presenciais.”

Foi determinado à Secretaria de Educação o fornecimento de suportes tecnológicos e organizacionais para os professores planejarem ações pedagógicas a serem desenvolvidas nas aulas remotas. Com isso, observa-se que na prática não foi disponibilizado todo o aparato para a consecução de tal fim, uma vez que muitos professores tiveram que usar celulares, chips e internets próprias, por não ter recebido da Administração Pública os insumos necessários ou ter recebido de forma precária.

Ante as diversidades vivenciadas pelos professores, mostra-se de suma importância a sua visão como ser sujeito de direito e a consciência do seu papel e direito no mundo, no processo de desenvolvimento de toda sociedade. No âmbito da educação esse processo está diretamente relacionado à consciência do professor no papel da educação e na sua percepção como se relaciona com ele mesmo e com o mundo.

O agir sobre o mundo, torna o professor um ser ativo, identificando-se culturalmente em seu contexto:

Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão do outro. É a “outredade” do “não eu”, ou tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu. (FREIRE, 2019a, p. 42).

Ser um professor conscientemente ativo em suas atividades, significa exercer a sua profissão com cidadania, intervindo nos espaços no qual faz parte, de modo a transformá-lo e tendo a verdadeira dimensão de ser inacabado, nos termos de Freire (2019a, p. 53):

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam.

No caminho para a valorização do professor, é importante que o mesmo se veja, se perceba como sujeito de direitos ao lutar por dignidade pessoal e profissional. Segundo Freire (2019b, p. 74): “precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas resultado de sua conscientização.”

Ao promover a escuta, damos a oportunidade ao professor de refletir sobre a importância do seu papel. Por meio dessa pesquisa almejamos proporcionar aos professores a compreensão de que são sujeitos de direitos, sujeitos esses que necessitam de suportes para

o exercício do seu trabalho com dignidade, já que as cobranças institucionais por vezes não reconhecem as particularidades dos agentes de educação.

A condição básica para a operacionalização das ações de reconhecimento do magistério perpassa para além das leis. É preciso oferecer uma escuta afetiva e uma reflexão do ponto de vista prático das comunidades escolares, para que cada uma delas tente, dentro de sua realidade, ofertar o que há de melhor para o professorado exercer seu ofício. Nessa toada, a percepção do professor de si e de seus alunos como sujeitos de direitos é de fundamental importância para o desenvolvimento do exercício do magistério em condições dignas. A propósito segue abaixo entendimento da professora Silva AM (2005, p. 177) sobre o tema:

A formação desses sujeitos deve possibilitar, além da apropriação dos conhecimentos básicos, dentro de um contexto histórico e político dos direitos humanos e da cidadania, a mudança de valores, atitudes e posturas. Essa formação compreende a apreensão de uma nova cultura em que o educador se perceba, bem como perceba o aluno e os demais integrantes do trabalho escolar, como sujeitos de direitos e deveres, e veja a escola como espaço de exercício permanente de construção coletiva da cidadania.

Verifica-se que a condição digna do exercício do magistério só é plenamente alcançada ao reconhecê-lo como sujeito de direito. Considerando-os positivamente na sociedade como detentores de direitos e deveres, marcados pela diversidade, que se interagem no espaço de formação humana e por isso, de cidadania (SILVA AM, 2013).

Diante desse contexto, entende-se que quando os professores são ouvidos, opinando sobre seus pontos de vistas e criticando sobre suas condições de trabalho, dá-se o primeiro passo rumo à construção do sentimento de satisfação laborativa, do reconhecimento da capacidade de ação e transformação de si mesmo. A seguir, serão apresentados os caminhos metodológicos a serem percorridos no presente estudo.

## 4 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem como objeto de estudo o trabalho dos professores sob a discussão dos Direitos Humanos. Para isso, o objeto geral é: Compreender como os professores que atuam nas escolas públicas do Município de Recife-PE se percebem como sujeitos de direitos, no exercício de sua profissão no contexto da pandemia do coronavírus. Como objetivos específicos, têm-se: (a) Discutir o trabalho de professores na perspectiva dos Direitos Humanos; (b) Identificar as ações do governo municipal do Recife voltadas ao trabalho dos professores; (c) Conhecer os aspectos sociais e econômicos que impactam o trabalho do educador no Município do Recife- PE durante a pandemia do COVID-19; e (d) Refletir sobre as possibilidades e dificuldades do trabalho dos professores durante a pandemia do COVID-19.

### 4.1 NATUREZA DA PESQUISA

A presente pesquisa tem como abordagem qualitativa porque os dados colhidos serão trabalhados de forma interpretativa, de modo que serão extraídos elementos reflexivos sobre esses dados. (MINAYO, 1994). É bibliográfica porque serão utilizados dados constantes de livros que embasaram o marco teórico e artigos, TCC's e dissertações que fundamentaram o estado da arte, constante no tópico 2. (GIL, 2002).

É exploratória porque os dados colhidos a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, serão conectados entre si, com a intenção de explorar o campo de pesquisa, no intuito de avançar na discussão sobre o tema. (GIL, 2002). O estudo será uma pesquisa de campo, com um “levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 186), ou seja, nas escolas a serem investigadas.

### 4.2 CAMPO DE PESQUISA

Farão parte do estudo escolas públicas municipais de Recife, uma vez que o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) ao qual esta pesquisa está vinculada está inserido nessa cidade, fazendo-se interessante a pesquisa nesse “locus”. Como a intenção é analisar as condições de trabalho dos professores durante a pandemia do Coronavírus, escolheu-se pesquisar os professores que são sindicalizados, haja vista fazer parte da pesquisa a perspectiva dos professores como sujeitos de direito.

Entramos em contato, via *WhatsApp*, com o SIMPERE, que me forneceu a lista de escolas com maiores números de professores do Município de Recife sindicalizados, conforme

o Quadro 5 (Apêndice E). A partir daí, encaminhamos por e-mail a Carta de Apresentação do meu projeto -contendo meus dados pessoais, dados da pesquisa e projeto em anexo-, formulada pela orientadora Professora Sandra Montenegro, à Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica do Município do Recife, que nos foi respondido, 5 dias após, a Carta de Anuência nº 02/2022, autorizando minha pesquisa nas escolas.

Ressalte-se que no desenvolvimento da presente pesquisa aconteceu uma greve dos professores, iniciada em 07/03/2022 e com fim em 18/03/2022, o que já se configura como um dado da nossa pesquisa a ser analisado com maior propriedade no tópico 5 (Análise e Interpretação dos dados).

Essa greve aconteceu em razão da reivindicação dos professores por reajuste de 33,24% do piso salarial do magistério com repercussão em toda carreira e não somente para quem está no primeiro nível salarial. No entanto, o acordo foi feito da seguinte forma: a prefeitura irá pagar o reajuste de 33,24% mais abono de 1,73% por nove meses para apenas 900 profissionais que recebem abaixo do piso. Esse aumento será retroativo ao mês de janeiro e para aqueles que ganham acima do piso (a maioria), a gestão municipal ofereceu 23% de reajuste, a partir de abril, e um abono de 12% durante nove meses (de abril e dezembro), mas pago numa única parcela, já no mês de abril de 2022.

Em seguida, após o final da Greve acima mencionada, fui à Escola Vila Santa Luzia (RPA 04) e falei com a diretora, que me autorizou a reunir-me com os professores e apresentar meu projeto. Após a fala, 5 (cinco) professores se disponibilizaram a participar da pesquisa e forneceram e-mails e telefones para contatos e futuras marcações de encontro.

Nas escolas Sede de Sabedoria e Sociólogo Gilberto Freyre (RPA 01 e RPA 03, respectivamente) as visitas ficaram marcadas para o final de abril. Na primeira escola visitada, uma das professoras que aceitou participar da pesquisa me convidou para ir à Escola Sociólogo Gilberto Freyre (RPA 03), pois ela ensina lá também, para colher depoimentos de professores dessa outra escola também. Após as visitas, com a colheita dos e-mails e telefones dos professores participantes, formulei as entrevistas e, em seguida, agendei data de realização com cada professor participante.

#### 4.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Serão analisados documentos como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH); Agenda de Trabalho Decente da OIT; Recomendações da OIT/UNESCO; PIDESC; PIDCP; CF/88; Lei de Diretrizes e bases da Educação; Plano Nacional da Educação, EC 95,

Década da Educação em Direitos Humanos; Decreto nº 33.577/2020 e IN SEE nº 02 de 25/07/2020

A escolha por pesquisas envolvendo entrevistas e narrativas deu-se por ser o método que traduz as percepções dos professores entrevistados acerca de suas condições de trabalho enfrentadas no cenário pandêmico, evidenciando-os como sujeitos ativos no cenário da educação. Como a intenção da pesquisa é saber dos professores como eles se sentem como sujeitos de direitos e como se sentem em relação ao seu trabalho exercido durante a pandemia, numa perspectiva dos Direitos Humanos, é imprescindível ouvi-los e como técnica de coleta de dados para essa finalidade, as entrevistas, que segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 94): “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto.” A entrevista é o instrumento que traduzirá mais fielmente o resultado da pesquisa.

#### 4.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Ao elaborarmos sobre as possibilidades metodológicas de interpretação dos dados, a própria pesquisa nos direcionou para o método de interpretação de sentidos de Minayo (1994, 2002). Por ser uma abordagem qualitativa, a presente pesquisa condiz com um método de análise e tratamento dos dados que tragam reflexões aos mesmos. A interpretação de sentidos nos dá a possibilidade metodológica de interagir os resultados encontrados com o aporte teórico construído.

Para isso, passamos por 3 etapas, segundo Minayo (1994). Na primeira etapa nos relacionamos com os dados colhidos através de uma leitura compreensiva. Ler de maneira compreensiva os dados significa que os observamos levando em consideração o contexto que emergiu, principalmente atentando-se com as suas repercussões sociais. Após essa leitura, percebemos os temas que emergiam das falas dos professores e expressavam-se suas percepções sobre o nosso objeto de estudo: o professor como sujeito de direito através do seu trabalho.

A segunda etapa, com base nessas estruturas temáticas, selecionamos trechos das falas dos professores a fim de perceber os elementos ali implícitos e explícitos (MINAYO, 1994). Com essas ideias em mente rememoramos as principais questões norteadas da presente pesquisa e começamos a elaborar as inferências para chegarmos às interpretações de sentidos da presente pesquisa. Assim, por entender que o estudo a partir da fala e questões mais complexas que dizem respeito aos comportamentos e pensamentos dos seres humanos, acreditamos que a análise de interpretações de sentidos reflete uma de visão interpretativa de mundo da pesquisa,

a partir do momento que mostra como as construções ideológicas estão inseridas em um contexto social.

A terceira e última etapa ampliamos as perspectivas para sentidos mais amplos, sobretudo articulando com o aporte teórico e o estado da arte apresentados nas seções anteriores. Nessa relação de elementos percebemos os sentidos que estão presentes nas relações que envolvem os professores da pesquisa, e dessa forma, esse sentido se mostra além da utilização de palavras, uma vez que as regras de formação dos conceitos não se encontram na consciência dos sujeitos, mas sim nos seus próprios discursos.

A presente técnica se mostra útil no momento em que o método de interpretação de sentidos é feito a partir dos discursos dos professores, sujeitos que fazem parte da minha pesquisa, que ocupam os mesmos locais de trabalho, facilitando o reconhecimento dos seus discursos, na formação discursiva em relação com as elaborações teóricas e contextuais que desenvolvemos na pesquisa.

Essa técnica de análise se mostra como eficaz para os nossos interesses de pesquisa, uma vez que o modo de investigar não se restringe aos textos e palavras, ao contrário, descreve um discurso específico e seu sentido a partir do momento que acolhe cada etapa do discurso e o interpreta dentro da relação que ele está inserido. Assim, é possível captar um conjunto de enunciados, em sua particular ocorrência.

O aparecimento de um determinado sentido está atrelado ao momento em que está inserido, bem como as instituições as quais os sujeitos fazem parte, os processos sociais e econômicos, que estão acontecendo.

E nas investigações dos sentidos, acabamos por nos deparar com nossa história e nosso passado, de modo a refletir outras possibilidades que o agora nos dá. Assim, podemos nos libertar do presente e nos vislumbramos num futuro, em uma perspectiva de transformação de nós mesmos.

## 5 O CONTEXTO DE DIÁLOGO COM OS PROFESSORES

### 5.1 OS PRIMEIROS CONTATOS COM AS ESCOLAS E OS PROFESSORES

Após contato telefônico junto ao SIMPERE, que forneceu a lista de escolas com maiores números de professores do Município de Recife sindicalizados, acessamos de forma telefônica e presencial as escolas seguintes escolas: escola General Emídio Dantas Barreto, escola Sociólogo Gilberto Freyre e escola Vila Santa Luzia. A quantidade que conseguimos acesso julgamos suficiente para uma pesquisa com nosso objeto a nível de Mestrado

A primeira escola que entrei em contato foi a Escola Vila Santa Luzia, que faz parte da RPA 04. Nesse contato telefônico foi agendada uma data para que fosse apresentado o presente estudo à gestora da escola. Na data agendada, após referida apresentação, a gestora aproveitou um momento de reunião com os professores para que eu apresentasse uma breve explanação sobre minha pesquisa, bem como coletasse os nomes e telefones dos professores que se disponibilizaram para participar dela.

Essa forma de apresentação de meu trabalho, sugerida pela gestora, interferiu para que eu pudesse explicar da forma mais esclarecedora possível minha pesquisa e, assim, mais professores entendessem e quisessem participar dela. A importância do papel dessa gestora foi fundamental e demonstrou sua preocupação com o aspecto pedagógico, com uma gestão escolar mais democrática e, em especial, sua dedicação às causas pedagógicas.

Esse tipo de gestão não se resume à tomada de decisões, ela é, na verdade, sustentada no diálogo e na alteridade, com a participação ativa de todos que fazem parte da escola, o que contribui para a ampliação do domínio das informações a todas as pessoas que estão inseridas no universo escolar.

Em seguida, foram agendados dia e hora para entrevistas particulares, com 4 (quatro) professores. A gestora da escola Vila Santa Luzia sempre foi muito solícita para recebimento da pesquisa com os professores, no entanto, sempre preocupada com a questão do tempo de aula, para não atrapalhar os professores e as aulas. Dessa forma, tive que realizar várias entrevistas em horários de intervalo, recreio e de final da jornada.

Os professores dessa escola, mostraram-se bem aflitos em relação ao tempo das entrevistas, uma vez que alegaram não ter muita disponibilidade de horário, em razão de trabalharem dois turnos em escolas distintas e no terceiro turno do dia também trabalharem em casa. No entanto, foram agendadas as entrevistas na escola e os professores de lá, apesar de se mostrarem bem sobrecarregados, foram muito solícitos e sempre cumpriram o que combinaram comigo.

Essa falta de disponibilidade de horário é o resultado de uma desatenção com a profissão docente e deixa assente a precariedade com que ela é exercida. Os professores, sem garantias mínimas de segurança e proteções trabalhistas, findam por se submeter a altas demandas para conseguirem obter recursos financeiros que mantenham suas vidas e de suas famílias.

Na escola Sociólogo Gilberto Freyre, RPA 03, já foi mais fácil a chegada, porque uma professora da escola Vila Santa Luzia ensina lá também e, por ter se mostrado bem interessada na minha pesquisa, fez o intermédio da apresentação entre mim e alguns professores da escola Sociólogo Gilberto Freire.

Mostrou-se, nesse fato, a facilitação de minha entrada nessa escola através de processos políticos que carregam cunho pessoal, uma vez que a partir do momento que minha pesquisa deu voz e ouvidos à professora tão necessitada disso, ela demonstrou interesse no desenvolvimento de meu estudo. Minha relação estabelecida socialmente com ela foi de partilha e solidariedade e essa relação interpessoal mostrou-se de suma importância na educação e na pesquisa, pois se desenvolve em decorrência do processo de interação e é uma maneira de nos conhecermos mais, aprendermos com situações diversas no grupo social, vivenciando e trocando informações.

Ao chegar nessa escola, no horário de recreio, aproveitei para conversar com os professores que lá estavam e dentre eles, 3 (três) me forneceram o contato pessoal do celular para uma marcação de dia e horário para entrevista particular.

Na escola Sociólogo Gilberto Freyre, como fui apresentada aos professores pela professora que já tinha entrevistado na escola Vila Santa Luzia, então meu contato foi diretamente com eles.

Na escola Sociólogo Gilberto Freyre, os professores me receberam bem e se mostraram bem confortáveis em realizar as entrevistas. Na escola General Emídio Dantas Barreto, da RPA 01, fui diretamente à secretaria, onde fui recebida pela gestora e professores. Nesse primeiro contato, percebi um interesse pela pesquisa, pois já houve disponibilização para as entrevistas, no turno da tarde, ocorrida no mesmo dia com 2 (dois) professores.

O interesse imediato se deu, aparentemente, pelo maior engajamento e preocupação com os professores, mas, por outro lado, mostrou-se também como uma forma de me ajudar com a liberação dos professores de forma mais prática, diante de tantas atividades que tinha para dar conta e não deixar mais atribuições para depois.

Fiquei em contato com essa gestora por vários dias pelo *WhatsApp*, pois ela me ofereceu ajuda em relação à parte normativa que vigorou sobre o trabalho dos professores na pandemia. No entanto, quando eu falava com ela por mensagens ela só respondia à noite e pedia para

lembrá-la no dia seguinte. Isso aconteceu por 3 (três) vezes, até que ela respondeu com o envio das normativas.

Como nas demais escolas, pensei que lá iria conversar primeiro com a gestora e professores para depois marcar outro encontro. No entanto, ela me pediu que fizesse a entrevista logo no mesmo dia e isso me sugeriu que a gestora se trata de uma pessoa com várias demandas, sobrecarregada e ao mesmo tempo com responsabilidade, compromisso e preocupação com os professores.

Nessa escola, a gestora me recebeu muito solícita, além de ter demonstrado imensa vontade em me ajudar na pesquisa. Assim que conversei com ela, ela já foi falar com dois professores que ela vislumbrou que se interessariam em minha pesquisa e, de pronto, solicitou um a um vir falar comigo para eu já realizar a entrevista. Ela colocou professores auxiliares na sala e retirou os professores para virem conversar comigo sem fixar nenhum tempo, disponibilizou-os pelo tempo que fosse necessário para realização de uma boa entrevista.

Antes de sair de lá, a gestora me informou que teria os números da IN e dos Decretos - IN SEE nº 02 de 25/07/2020 e os Decreto nº 33646/2020 e nº 33.577/2020 – que trataram sobre o exercício do trabalho remoto dos professores na pandemia do coronavírus e, também, forneceu seu contato telefônico para me passar detalhadamente as normativas, uma vez que por estar ocupada, não poderia pesquisar no momento.

Na escola em comento, as entrevistas foram realizadas no mesmo dia em que fui me apresentar na escola. Os professores entrevistados se mostraram bem interessados no estudo e participaram de forma bem profunda na conversa, sem preocupações com tempo. As próximas sessões estão divididas por escolas a partir das entrevistas com os professores no contexto de seu ambiente de trabalho. As análises foram feitas levando-se em consideração as respostas dos professores entrevistados, juntamente com os estudos realizados em pesquisas anteriores (estado da arte), e o marco teórico abordado na presente pesquisa.

A escolha por essa forma de divisão das sessões se deu por entender que os educadores de cada escola provavelmente tiveram a mesma experiência profissional, tendo em vista que são do mesmo contexto escolar experimentado durante a pandemia do COVID-19, além de fazer parte de um ambiente com a mesma gestão administrativa, ainda que existam as particularidades de vida de cada professor.

## 5.2 ESCOLA VILA SANTA LUZIA

A escola Vila Santa Luzia está situada no bairro do Cordeiro, na cidade do Recife-PE. Os professores entrevistados nessa escola lecionam no ensino fundamental I e relataram que no início da pandemia do coronavírus as aulas foram oferecidas através de vídeos e fichas que eram transmitidas via *WhatsApp*, pelo celular.

No entanto, a dificuldade de transmitir as aulas foi imensa, por se tratar de alunos que são crianças, e assim, não possuem fácil acesso às tecnologias. Outro demarcador de dificuldade foi a falta de apoio dos pais para os ensinamentos em casa. Também se vislumbra a necessidade de uma nova relação escola-família, uma vez que no ensino remoto a família se faz mais presente, assumindo papel de apoio pedagógico, porém termina por intervir no processo de trabalho do professor, de modo que os pais podem acessar, julgar e controlar remotamente as ações pedagógicas do professor, sem que novas regras tenham sido estabelecidas para proteger a autonomia docente.

Em diálogo com a pesquisa de Macêdo e Moreira (2020), assume um caráter importante o papel da família no ensino remoto, principalmente na colaboração com o trabalho dos educadores, motivando os alunos no aprendizado e criando uma rotina de estudo em casa, além do apoio psicológico e emocional. Por outro lado, na prática, observa-se que muitos pais cobraram muito, pois apesar de os professores estarem trabalhando com disponibilidade e acesso aos pais em toda hora do dia, os pais ainda achavam que o que os professores estavam fazendo era pouco.

Nesse contexto vivido por esses educadores, percebe-se que a formação continuada tem demasiada importância para o desenvolvimento de habilidades, não só de ensino em si como também para uma melhoria nas diversas entraves experimentadas no contexto pandêmico. Bayer (2021) evidencia a necessidade de formação para a docência, que historicamente é negligenciada aos docentes da educação profissional. Na presente reflexão colocamos que ao lado da formação, a valorização profissional também é um dos pilares que asseguram um ensino de qualidade, haja vista que contribui para a motivação profissional do educador.

Em entrevista com a professora “flor” foi perguntada: “você se sentiu valorizada como professora durante a pandemia?” E a resposta foi enfática:

**Não, não, eu, particularmente não, muito pelo contrário, todo trabalho que a gente desenvolvia parecia ainda ser pouco tanto para os pais dos alunos quanto para a Prefeitura, porque além de não dar os recursos para a gente ainda exigiam muito mais do que a gente poderia dar.** (ENTREVISTADA FLOR, 2022, grifo nosso).

[...]

**Os pais também...exigiam sempre mais e não davam o retorno para a gente,** porque ficava muito difícil de você trabalhar, principalmente num processo de alfabetização, como é a nossa turma, de maneira digital e os meninos também não têm essa preparação, então fica muito difícil de fazer isso porque os meninos eram muito imaturos e não tinham, eles não têm, na verdade, nem no dia a dia deles, o hábito de fazer atividades de casa até hoje não tem, porque é algo que é comum dos pais não sentarem com os meninos para fazerem atividade de casa, pra estudar, não tem esse momento, a maioria deles não tem. Então pra fazer uso do recurso eles tem menos ainda, ne? Eles não tinham o hábito [...] **“muitas vezes eu estou em casa fazendo minha filha, minha filha bebê dormir e ela já foi acordada várias vezes com o telefone tocando no meio do processo que eu tava fazendo ela dormir.** (ENTREVISTADA FLOR, 2022, grifo nosso).

A partir dessas falas, percebe-se a ambiguidade social vivenciada pelos professores. Pois, de um lado a profissão docente apresenta-se como atividade essencial – ante o caráter de formação humana e profissional –, e de outro, é tratada como uma profissão de desprestígio, em que o profissional trabalha por uma imensa carga horária, levando-o à exaustão. Junta-se à essa ambiguidade aqui discutida, as diversas dificuldades encontradas nas condições de exercício do trabalho, como por exemplo, aspectos salariais, e ainda assim é cobrado pela sociedade.

Esse cenário ambíguo é um elemento que não traz dignidade ao trabalho docente. Na presente discussão, um dos elementos que percebemos como importante para a dignidade do trabalho é o reconhecimento. A falta de reconhecimento social está intimamente ligada às queixas dos docentes, seja no âmbito social ou profissional, e, de alguma forma, relaciona-se com a saúde mental desses profissionais – achados também encontrados na pesquisa de Mestrado de Nüssle (2021). Em nossa pesquisa esse elemento se aproxima com o sentido que a professora “flor” demonstrou em relação a sua insatisfação com o sistema, numa visão crítica da educação e do trabalho, sobretudo com a ausência de reconhecimento e prestígio do seu labor.

Nos termos de Nóvoa, 1999 (p. 3):

O excesso de discurso esconde a pobreza das práticas políticas. Neste fim de século, não se vêem surgir propostas coerentes sobre a profissão docente. Bem pelo contrário. As ambiguidades são permanentes [...] Por um lado, os professores são olhados com desconfiança, acusados de serem profissionais medíocres e de terem uma formação deficiente; por outro lado, são bombardeados com uma retórica cada vez mais abundante que os considera elementos essenciais para a melhoria da qualidade de ensino e para o progresso social e cultural.

Apesar de todo o esforço, muitas vezes os professores não são reconhecidos, de modo que necessitam de uma nova visão política e social que reestruture a visão social dessa

profissão. Numa sociedade onde a educação passa constantemente por processos delicados e desafios quanto ao acesso e qualidade, a profissão docente também está inserida nesses desafios sociais.

Todo cidadão tem direito a trabalhar com respeito às condições vitais humanas. Contudo, conforme relato da professora “flor” percebe-se que o trabalho que já era extenuante, na pandemia do Coronavírus tornou-se caótico, uma vez que a Prefeitura do Recife não forneceu celular e os professores tiveram que usar seus telefones pessoais para oferecerem as aulas, e, em alguns casos, também seu chip de internet, porque o oferecido pela Prefeitura foi de má qualidade.

Aqui, vale pontuar a necessária articulação política entre os municípios, seus estados e o ente federativo, no caso específico: Recife, Pernambuco e Brasil, respectivamente. Por parte do MEC (Ministério da Educação). O MEC mostrou um verdadeiro descaso, no que diz respeito ao seu papel de coordenador da política nacional de educação, em relação à sua atuação com os estados e municípios. De acordo com os dados do site Partido dos Trabalhadores (2022), isso é demonstrado com os cortes sistemáticos no orçamento da Educação, que contou com a menor verba no período de 11 anos, com cortes de 34% do orçamento na educação básica. As inúmeras trocas de Ministros da Educação, escolas fechadas, aulas remotas, evasão escolar e cortes de recursos importantes são alguns exemplos da situação caótica que a educação enfrentou nesses últimos anos, o que comprova que uma das áreas mais afetadas pela pandemia coronavírus além da saúde, com certeza, foi a educação.

Dessa maneira, percebe-se que inexistiu um olhar de respeito e valor ao professor. Pelo contrário, demonstra-se a precariedade em que é exercida a profissão. E, como se não bastasse, além de desempenhar seu labor com todo esforço, o professor ainda é tratado com pressões e cobranças pelos pais e pela prefeitura, como se estivessem fazendo pouco.

Acreditamos, na presente Dissertação, que todo e qualquer material teórico precisa estar em diálogo com o atual cenário em que a pesquisa se desenvolve, se posicionamento social e politicamente. Aqui, queremos não só traçar reflexões teóricas sobre os professores e suas situações profissionais – mas, sobretudo, dialogar com esses professores a fim de contribuir com a luta docente. A produção acadêmica encontra sentido quando está em consonância com as demandas sociais.

Os cortes na área da Educação feitos pelo presidente à época, Bolsonaro, no cenário pandêmico, resultaram em grande prejuízo para o desempenho do trabalho dos professores, como bem retrata a professora “flor” na sua experiência vivenciada no contexto do ensino

remoto, ao exercer sua profissão sem o recebimento de ferramentas necessárias ao oferecimento de suas aulas, como celular e chip com internet de qualidade.

Contudo, apesar do descaso do governo atual com esses profissionais da educação, esperamos que a “experiência também pode ter levado a sociedade a uma nova visão sobre o trabalho docente, que esperamos, seja a da revalorização da escola, do ofício docente,” nos termos de Bernardo, Maia e Bridi (2020, p. 35).

Existem alguns elementos que podemos identificar como valorização do trabalho dos professores e que gera consequência para a sua atuação, inclusive. A partir do momento que o professor é valorizado, com fornecimento de materiais adequados para formulações de aulas, como aparelho de celulares, internets de boa qualidade, tempo de uso de celular previamente fixado para obediência dos pais e alunos, formação continuada, dentre outros, observa-se que o sentimento de respeito de valorização pelo professor repercutiria em um maior estímulo e melhora no seu ensino. “É preciso que exista um resgate social da profissão docente e a definição de políticas educativas coerentes. Os professores têm de redescobrir uma identidade colectiva, que lhes permita cumprir o seu papel na formação das crianças e dos jovens.” (NÓVOA, 1999, p. 10).

A segunda reflexão que podemos levantar com a escola Vila Santa Luzia trata-se do contexto socioeducativo do Brasil anterior à pandemia. O contexto social do Brasil já se encontrava em estado precário, então a pandemia do coronavírus só fez escancarar a realidade já vivenciada por muitos. Falta de saneamento, fome, educação precária, são todos problemas sociais vivenciados por “invisíveis”, que se tornaram “mais reais” após/durante o cenário pandêmico. O vírus do COVID-19 não se mostrou de forma democrática, atingiu muito mais pessoas vulneráveis, pobres, sem acesso à saúde e saneamento.

Com o isolamento necessário para resguardar vidas, a situação agravou-se ainda mais. Entre o professor dar a aula e essa aula ser qualitativamente assistida pelos estudantes, o caminho era longo – em contrapartida à ideia de acessibilidade e facilidade que a internet/tecnologia traz para a educação (MACÊDO; MOREIRA, 2020). Situação constatada por “sol” na seguinte resposta: “no período da pandemia muitos perderam empregos, então tiveram que vender os celulares, então eram recursos difíceis, que muitos não tinham, então era difícil de você lidar com os diversos contratempos [...] (ENTREVISTADA SOL, 2022).

Segundo Santos (2020) a Epistemologia Sul nos remete não a uma dimensão geográfica e sim para um espaço social e político. No cenário pandêmico, as discrepâncias sociais se mostrando ainda mais cruéis, despontando-nos o caráter discriminatório da quarentena, que apesar de ser difícil para todos, apresenta-se como mortal para os grupos minoritários. A fim

de trazer concretude para essa reflexão crítica, basta perceber o cenário social da primeira vítima fatal do coronavírus no Brasil. O fato da primeira morte no Brasil ser um porteiro aposentado, em que a sua família relata a total falta de assistência a pessoas com poucos recursos financeiros, nos traz um quadro em tela trágica do Brasil. (SOUZA, 2020)

A terceira reflexão a ser feita a partir da fala dos professores dessa escola é que antes mesmo da pandemia os professores, em sua maioria, não dominavam o uso de tecnologias e não tiveram preparo para isso. Durante a pandemia se viram diante da necessidade emergencial de aprender entre eles mesmos, assistindo vídeos no Youtube<sup>5</sup> para assim desenvolver o ensino remoto.

Nos termos de Santos (2021), um dos principais desafios dos professores foi o pouco conhecimento sobre as tecnologias digitais para a continuidade do ensino. A realidade do ensino já era precária, já não se atentavam para os professores antes da pandemia, então a maior visibilidade dos problemas na educação aconteceu quando todos tiveram que ficar em casa, por conta da pandemia. A professora “luz” nos diz:

O que teve foi esses cursos assim...é online, mas depois de muito tempo, **porque na verdade quem começou a se organizar pra essas atividades remotas foram os professores, os professores de diversas escolas começaram a se organizar, uma escola passou para outra vizinha, aí a outra passava pra outra**, aí quando a secretaria de educação ficou sabendo aí começou a chegar junto, achou que era uma boa ideia, aí viu, né? Que na verdade não era nem uma boa ideia, era a solução para o momento. Aí depois de muito tempo, que no caso a gente foi afastado das aulas presenciais em março, quando foi a partir, acho que foi do mês 07, julho, foi que saiu um ofício pra oficializar essas atividades remotas.

[...]

**A maior dificuldade foi entrar em contato com os alunos**, porque primeiro não era nem a questão de eu não ter muito intimidade com a tecnologia é a questão de entrar e, contato com as crianças porque as mães na maioria das vezes dava desculpa porque não tinha tempo, **só tinha um celular em casa, às vezes tinha celular mas a internet era pouco, quando usava um dia a internet acabava, né?** (ENTREVISTADA LUZ, 2022, grifo nosso).

Ademais, diante da atitude tomada pelo atual governo que vetou o acesso à internet de banda larga até 2024 para a população mais necessitada (CNTE, 2022, *online*), mostrando um verdadeiro descaso com a educação brasileira, houve uma evasão escolar, agravando ainda mais o cenário da educação brasileira, como já pontuado.

---

<sup>5</sup> Trata-se de uma rede social onde vídeos são postados e é possível assisti-los *online* ou baixá-los – a depender do nível de acesso. Ver a página na íntegra em: <https://www.youtube.com/>. Acesso em: 08 nov. de 2022.

Essas medidas tomadas pelo governo de Bolsonaro demonstram o quão antidemocrática é sua gestão, sem viabilizar políticas públicas para os invisíveis. Percebe-se que os alunos, em sua maioria, não tiveram acesso às aulas, ficaram à margem do acesso à educação e esse fato já repercute na situação social e econômica do país. Como retrata a professora “luz”, muitos alunos não compareceram até hoje:

[...] E quando a gente tinha contato, não tinha devolutiva, a gente mandava as atividades, ligava pra as mães, mas vamos dizer: **numa turma de 25 alunos que eu tinha, 5, 6, 7 é que constantemente estava em contato e tirava as dúvidas, a maioria não**, tinha uns que aparecia uma vez na vida e teve uns que até hoje não aparecerem. (ENTREVISTADA LUZ, 2022, grifo nosso).

Conforme relato da professora “luz”, percebe-se que os professores tiveram, de início, que ir em busca de solução para o ensino remoto sozinhos. Os professores que aprendiam iam passando para os demais a nova forma de ensinar, pois, conforme o estudo de Sales (2021, p. 8): “os resultados apontaram que os docentes que estiveram em atividade no ano de 2020 não estavam preparados para o ensino remoto, nem tinham formação específica para atuarem em cursos mediados por tecnologia antes da pandemia”.

Sobre essa situação de aprendizagem por parte dos professores quanto ao uso das tecnologias a professora “sol” coloca:

Não, não. **Tudo nós fomos aprendendo com as colegas, entre nós mesmos, o que um aprendia, mandava informação pra outra e a gente pesquisava na internet.** E assim nós íamos fazendo a nossa forma.

[...]

A gente tem algumas capacitações, mas tecnologicamente não. As capacitações não são voltadas pra aula tecnológica não. (ENTREVISTADA SOL, 2022, grifo nosso)

Segundo Silva AB (2021), os professores enxergam a importância da tecnologia na educação. Em nenhum momento nas falas dos professores com quem conversamos, vimos uma renúncia à tecnologia. Pelo contrário, como vimos na fala de “sol” houve um movimento autônomo e coletivo de aprender a manusear as tecnologias. E aqui, duas observações são importantes. A primeira observação diz respeito a essa autonomia dos professores em aprender a manusear as tecnologias para darem aulas remotas no período pandêmico. Essa autonomia é fruto de um descaso em relação à profissão e à educação. Autonomia, de fato, é quando o sujeito tem condições de tomar as próprias decisões, e aqui, condições nós nomeamos de: formação continuada e acesso à instrumentos fornecidos pelo estado (NÓVOA et al., 2011).

A segunda observação diz respeito à importância das relações interpessoais no exercício da profissão docente, ou seja, um ensaio de espírito coletivo. A relação interpessoal entre os docentes de diferentes áreas se constitui numa tarefa de permanente negociação dos diferentes pressupostos pedagógicos e de trocas de experiências (NÓVOA et al., 2011; TARDIF, 2011). Essa cultura colaborativa se refere aos envolvimento no cotidiano das relações interpessoais entre os professores, pois as trocas de experiências nessas relações aparecem em todos os aspectos da rotina escolar e só acrescentam na vida do educador. Os professores aprendem ou se desenvolvem, prioritariamente, em função das experiências individual e coletiva e das relações sociais entre os pares (NÓVOA, 2007).

Na prática das aulas remotas oferecidas no contexto na pandemia, as desigualdades sociais são tantas que de um lado temos os professores sem habilidades para oferecerem aulas com o uso de tecnologias e de outro, alunos que sequer conseguem ter acesso a plataformas digitais. No entanto, o professor que é apontado como o pivô da situação e acaba sendo responsabilizado pelo fracasso da estrutura educacional. Ante o que preceitua Santos (2018), a escola se apresenta em um contrassenso de desigualdade social que finda em uma desigualdade digital e coloca o educador como responsável por todo o sistema, que se apresenta com inúmeras partes fragilizadas.

A terceira reflexão que trazemos da referida escola diz respeito à questão salarial dos professores. Em decorrência dos baixos salários, os professores exercem a profissão em mais de uma escola, além dessa rotina cansativa, dispõem de tempo em casa para a correção de atividades, elaboração de prova, aulas e demais tarefas. Essa alta demanda acaba gerando uma situação de exaustão física e emocional dos educadores.

Toda a conjuntura do trabalho escolar já fazia com que os professores levassem trabalho para casa, e com o cenário pandêmico, o ensino remoto, é que esse trabalho ocupou todo espaço privado. Assim, a qualidade de vida dos educadores está aquém do esperado e sua alta sobrecarga de trabalho afeta diretamente a qualidade de ensino, uma vez que o profissional esgotado não consegue se superar.

No ensino remoto, há limitações de interação entre professor e aluno, pois muitas vezes as aulas eram dadas para telas sem imagens, e o uso de tecnologias, que antes não era rotina de trabalho, fez com que os professores se sentissem inseguros no oferecimento das suas aulas. Nos termos de Sales (2021) o que produziu uma autopercepção de despreparo e sentimentos como medo, insegurança e angústia – potencializados com as dificuldades enfrentadas pelos docentes em decorrência da falta de interação e de interesse dos alunos no ensino remoto.

Além das inúmeras adversidades, ter que lidar de modo repentino, com uma forma de trabalho não conhecida antes, causou uma sensação de insegurança e medo e se mostrou como um dos maiores desafios para o exercício da profissão.

Bezerra, Veloso e Ribeiro (2021, p. 10) bem demonstraram quando asseverou que: “o despreparo e inabilidade em lidar com tecnologias digitais foi um dos maiores desafios apontados, apenas uma participante indicou possuir experiência anterior com aulas não presenciais.” Trazer a presente discussão em diálogo com os achados do estado da arte no dá um panorama geral tanto em relação à situação dos professores de Recife em relação ao cenário do país, como em relação a um panorama mais geral da situação dos professores no país.

A saúde mental não era uma intenção primária e investigativa da presente pesquisa. Porém, em conversas com os professores, esse elemento se sobrepôs. Durante a pandemia abalos na saúde física e psíquica foram gerados em diversos professores, que além do receio de morte afligido pelo vírus, ainda teve que experimentar a angústia de ter que ensinar de modo inusitado. Dessa forma, os professores denunciaram em suas falas, durante as entrevistas, problemas psicológicos por eles vivenciados. Há de se pensar em pesquisas futuras que se dediquem a esse campo de investigação: a saúde mental dos professores pós cenário pandêmico.

Uma observação importante que queremos aqui apontar é sobre a saúde mental e o trabalho digno, em conexão com os Direitos Humanos. Em nossa experiência de pesquisa, identificamos que um trabalho pode ser considerado digno não apenas no acesso aos direitos trabalhistas – completamente necessários. Mas a discussão contemporânea sobre trabalho digno, envolve, de maneira urgente, como vemos no trabalho de Nüssle (2021), as questões de saúde mental em relação ao ambiente de trabalho.

Em diálogo com essa perspectiva aqui abordada, a professora “tocandira” coloca:

Eu acho que a culpa não é deles, porque foi uma coisa assim que a gente nunca passou, entendeu? Não vou dizer que ...valorizou, sim, que meus salários estavam em dia! Não tive corte salarial, então não vou dizer que me desvalorizou, né? Mas isso é uma coisa pessoal minha... (ENTREVISTADA TOCANDIRA, 2022)

Nessa resposta observa-se a questão do poder implícita na sua fala, uma vez que a professora entende que foi valorizada pela Prefeitura, mesmo diante de inúmeras insatisfações com as condições de trabalho e pressões que lhe foram impostas. No entanto, se esquivava de apontar de "injustiças" para o órgão que a emprega e lhe paga o salário. Assim, resta demonstrada a hierarquia de poder organizada socialmente, na qual os mais dominados

percebem a ordem social como natural, legítima e adequada. Tal naturalização da ordem social arbitrária é vista como resultado de processos de imposição de visões de mundo.

Por outro lado, ficou ressaltado em muitas falas de professoras que "o aluno não estava rendendo", que as crianças "renderiam" mais se tivessem nas aulas presenciais, mas a "culpa" não foi da prefeitura. A partir dessas falas, é possível analisar que a expressão "rendendo" está associada a uma linguagem de lucro, pois render é obter lucro, renda, própria de uma ideologia que vê a escola enquanto uma utilidade para o mercado, bem ao gosto do modelo neoliberal. O neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia.

A ideia central das práticas neoliberais é o mercado e consumo. As políticas neoliberais estabeleceram novas normas ao trabalho dos educadores e as "leis do mercado" que reconfiguram o espaço educacional e privatizam o ensino. As estratégias empresariais e de gestão do professor passam a substituir os mecanismos administrativos ou burocráticos do ensino. A descentralização valida políticas baseadas em controles da atividade do educador, tanto em relação às autoridades locais, como através da prestação de contas aos "clientes" (pais, alunos e gestores), de modo que este é um modelo neoliberal de compreensão da escola.

Algumas professoras relataram problemas pessoais, graves, por conta do acesso aos seus números de celular. Uma das professoras relatou problemas com sua filha mais nova, por atrapalhar suas horas de maternar; a outra teve medo e chegou a se emocionar na entrevista ao relembrar um fato acontecido no exercício da sua profissão durante a pandemia, por ter fornecido seu celular pessoal, contudo ela não relatou o acontecido.

Essa última professora, tocandira, que sofreu um abalo emocional, foi a mesma que respondeu se sentir valorizada pela prefeitura, por não ter sido cortado seu salário. Ou seja, provavelmente ela não percebe o poder da linguagem extraída do modelo de escola neoliberal que está imbuída em seu discurso e sua prática, uma vez que apesar de não ter havido maiores incentivos pela Prefeitura na realização das aulas remotas, ainda assim associou a ausência de culpa de seu "empregador" pelo fato de estar sendo pago o seu salário.

E é nessa escola de modelo neoliberal que se sobressaem as mazelas da educação, com ênfase na educação como relações de poder, estímulo a competitividade, ante às necessidades do mercado e entendimento da educação como "mercadoria", deixando de lado sua atuação social. A consciência crítica torna o sujeito capaz de ver o mundo com inúmeras possibilidades de transformação, faz com que o ser humano deseje lutar contra as injustiças e, via de consequência, leve a esperança e força para se superarem cada dia.

A conscientização é: “o desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização comporta, pois, um ir além da (apreensão) fase espontânea até chegar a uma fase crítica na qual a realidade se torna um objeto cognoscível e se assume uma posição epistemológica procurando conhecer.” (FREIRE, 1980, p. 290). No cenário de crise pandêmica, em que a saúde foi mental foi altamente afetada e, em especial, para os professores, ante o exercício de sua profissão que confundiu o trabalho com a vida privada, mostra-se bastante importante a consciência crítica dos profissionais para a reflexão sobre sua existência no mundo, sua ação com a realidade em sua volta e com os outros.

As transformações sócios-econômicas devem servir de norte para guiar a educação em compasso com as políticas educacionais de transformações sociais, uma vez que a educação tem o poder de ser fator decisivo nos processos de mudança social; no entanto, deve ser conjugada com a mudança das estruturas sociais.

### 5.3 ESCOLA GENERAL EMÍDIO DANTAS BARRETO

A escola General Emídio Dantas Barreto está situada no bairro de Santo Amaro, na cidade do Recife-PE. Os professores entrevistados nessa escola lecionam no ensino fundamental I e relataram que no início da pandemia do coronavírus as aulas foram oferecidas através de vídeos e fichas que eram transmitidas via *WhatsApp*, pelo celular. Em entrevista, a professora “sabedoria” nos informou que as aulas foram dadas por sua internet pessoal quando a internet do modem fornecido pela escola não foi suficiente e ficava caindo.

A maior dificuldade foi o fato dos pais, em sua maioria, serem analfabetos ou terem pouca escolaridade. “Sabedoria” Passava atividades com vídeos explicativos, além disso ligava para saber se o aluno tinha alguma dúvida e mesmo assim só tinha retorno de poucos.

A gente enviava as atividades pelo whatsapp, a gente corrigia, fazia chamada de vídeo, então às vezes **eu ligava só para saber como é que eles estavam: e aí, tem alguma novidade? Tem alguém doente?”**. (ENTREVISTADA SABEDORIA, 2022, grifo nosso)

Em outra entrevista, agora com o professor “luta”, ele nos diz que:

Eu não fazia vídeo, eu fotografava a página do livro, por exemplo eu ia dar aula de matemática, aí eu fotografava a página, as crianças tem o livro em vasa, e aí eu mandava no grupo do whatsapp da turma, onde estavam os pais também, e aí dizia qual era a página pra estudar, as crianças estudavam e num outro momento **eu ligava pra essas crianças, inicialmente individualmente por chamada de vídeo pra dar aula pra cada um**, depois eu tentei usar o google meets, que aí eu consegui, posteriormente, dá aula pelo google meets, mas no início funcionou mais comigo a

aula individual, por chamada de vídeo, pelo wathsapp. (ENTREVISTADO LUTA, 2022, grifo nosso).

Através dessas percepções, foi notória a preocupação dos professores dessa escola com o aluno, em suas situações específicas. Os professores preocuparam-se tanto na condição de saúde e psíquica dos alunos, como também não evitaram esforços em fazer com que o aprendizado chegasse de alguma forma às crianças. Pactuamos aqui com a ideia transmitida por Lyn Hunt (2009) que defende a empatia não como uma ideia apenas, mas como uma forma de atuação cultural, com estímulo para que todos os indivíduos respeitem uns aos outros, pois nossos sentimentos se assemelham.

De acordo com Hunt (2009, p. 39) a empatia é universal e: “ está arraigada na biologia do cérebro e depende de uma competência de base biológica, a de compreender a subjetividade de outras pessoas e ser capaz de imaginar que suas experiências interiores são semelhantes às nossas.” De fato, os professores mostraram-se preocupados com a doença, com as vidas e com os alunos e seus familiares, principalmente no contágio da doença. A partir da análise de sentido dessa situação, ficou evidente a necessidade deles em proteger seus alunos também. E em tentar oferecer aulas de forma mais segura possível, sem deixar de lado o aprendizado das crianças.

Nos termos de Lamin, Nascimento e Cordeiro (2020, p. 354): “embora as condições de trabalho sejam limitadas e as rotinas desgastantes, há um esforço conjunto dos professores para dar continuidade ao percurso educacional dos alunos, embora as soluções não sejam definitivas nesta realidade sem precedentes.” Os professores constaram as dificuldades em transmitirem as aulas, por serem a maioria das formações voltadas para linguagem e matemática, não lhe foram ensinados a usar os recursos tecnológicos propriamente dito. Outra elemento foi a dificuldade das crianças em relação a falta dos recursos financeiros, onde os professores mostraram sua empatia em relação aos alunos e suas famílias, como se vê na fala do professor luta:

**Eu cheguei a ir de carro, peguei meu carro pra ir nas casas de algumas crianças pra levar material.** Crianças que não interagem muito pelo wathsapp, eu ia na casa delas, preparava um material específico pra a criança que estava em processo de alfabetização, eu chegava lá com um kitzinho de material. Crianças que tem autismo eu ia no mercado de São José, comprava pecinhas de barro, tinta guache, pincel, fazia um kitzinho e levava na casa dessa família [...] Pelo que eu me lembre eu não eixei nenhuma criança pra trás não. (ENTREVISTADO LUTA, 2022, grifo nosso)

A visão romantizada da profissão do professor traz um grande prejuízo para o sujeito que exerce essa função, na medida que o sacralizam a despeito das vicissitudes do dia a dia. Essa demasiada utopia nos remete à retórica de opressão em que reside a identidade do

professor, pois os sacrifícios são aceitos e o professor mantém-se submisso às normas ditadas pela sociedade, conservando um comportamento que não observa a visão crítica do ensino.

Os direitos trabalhistas, as cargas horárias não foram feitas para esse profissional, uma vez que a sociedade reclama pela sua doação total aos alunos, como se pode observar nessa resposta:

Tinham dia que mandavam tarefa final de semana, aí aquela criança que você via que já não tava acompanhando mas conseguiu parar um final de semana e fazer uma atividade e mandar uma foto e você não dá um retorno.... aí tem hora que você dizia: poxa, sabe? Vou dá um retorno: olha, parabéns! Ficou ótimo....., mas tipo não era aquele meu horário de trabalho. Não era meu horário de trabalho, mas a gente vê o outro lado, a gente vê que a criança se esforçou, foi a hora que o pai conseguiu [...] Você ficava que nem louca, era mensagem, mensagem, mensagem, então você ficava descontrolada. (ENTREVISTADA SABEDORIA, 2022)

Essa romantização dos professores findam em uma vinculação do exercício profissional docente a motivos externos que definem para a sua própria identidade, de natureza social, política, econômica e ideológica. A visão romântica do professor, baseada nos sentimentos amor e carinho, contrastam com a sua submissão às normas, deixando aflorar, em suas manifestações, a inexistência de conhecimentos críticos sobre o contexto sócio-histórico da educação, motivo pelo qual essa profissão ainda é vista, ao longo de muitos anos, como uma profissão de mulheres, haja vista prevalecer a função de mãe, cuidadora e protetora.

Em resposta à pergunta: “qual foi a maior dificuldade que você enfrentou como professor durante a pandemia?”, “luta” respondeu:

Olha, é, eu falar eu acho mais de uma, a primeira era a formação que eu não tinha pra poder trabalhar com educação a distância, eu não tinha nenhuma formação nesse sentido. É.... e aí assim, de certo modo **eu fico me perguntando também até que ponto eu também não fui responsável por isso, né?** Por exemplo, antes da pandemia eu não ter me interessado por educação a distância, uso de tecnologias. (ENTREVISTADO LUTA, 2022, grifo nosso)

Com a manutenção da visão romântica acabam dedicando ao exercício da sua atividade apenas uma relação humana, sem criticidade. Conforme relato acima, do professor “luta”, vemos que ele se culpa por ser falho e não ter todo o conhecimento necessário em sua formação profissional e nem para o aprendizado do aluno, por conta da opressão e por não fazerem uma leitura crítica.

Outro ponto interessante de se observar é que ao lado dessa escola existe uma UTE (Unidade de Tecnologia), mas é voltada só para as crianças, desde antes da pandemia. Esse cenário permite constatar a falta um olhar para os educadores, quando ao lado da escola possui

uma unidade de tecnologia, mas os professores não possuem acesso, nem existe uma formação tecnológica voltada para eles. Os professores tiveram que aprender uns com os outros, conforme relatado pela professora “sabedoria”:

Em relação da gente descobrir, de tanto a gente buscar...ah eu vou mexer aqui, vou mexer ali, você descobrir algo que antes você pensava que não conseguia, né? Esse, esse, como é que eu posso dizer? Esse aplicativo aqui, olha como é que se grava...são coisas que a gente começou a mexer por conta própria, na luta diária, mas que a gente deu conta, mas deu conta de uma forma sobrecarregada, que é algo que ninguém queria, mas que teve que fazer. (ENTREVISTADA SABEDORIA, 2022)

Afora a questão da tecnologia, os professores tiveram enormes desafios e demandas. Como por exemplo, com o maior contato com a família, essa passou a intervir mais e cobrar dos educadores mais demandas e mais atenção para os filhos em momentos, muitas vezes, inoportunos. Também foi um desafio para os professores durante a jornada do ensino remoto, conseguirem gerenciar os grupos de *WhatsApp* com diversos membros das famílias, como mostra a professora “sabedoria”:

A gente tem uma listagem dos números das crianças, né? Dos responsáveis e quando a gente incluía, aí diziam: não coloca no meu não, coloca o da avó, que a avó é que toma conta. Não coloca o do padrasto....aí eu: ai meu Deus do céu, bota o de quem? Da mãe, do pai, do padrasto? De quem? Da tia? [...] Como se a gente tivesse que fazer a mágica, diante daquilo tudo que a gente tava passando e ainda ter que dar conta. (ENTREVISTADA SABEDORIA, 2022)

Outra adversidade mencionada pelos professores foi a questão da desvalorização profissional. O professor “luta” também corrobora o sentimento de sobrecarga e desvalorização quando responde à pergunta “você se sentiu valorizado como professor durante a pandemia?”:

Veja, é...se se sentir valorizado, se pra se sentir valorizado a gente precisar de uma atenção maior da Prefeitura, tá? Então não, de forma alguma. Eu não me senti, a gente ficou muito solto, teve que se virar pra trabalhar com as crianças(...) a gente se sentiu muito cobrado, pra registrar aula, fotografar, tirar print de tela, cobrança tinha muita. (ENTREVISTADO LUTA, 2022)

Em contrapartida, a amorosidade imbuída na perspectiva do ensino é um sentimento que deve ser pautado na relação entre professor e aluno, pois estando presente nessa convivência, gera em ambos o respeito e facilita em demasia o processo de ensino, através da cumplicidade. Sobre a amorosidade na educação e a influência cultural entre o professor e aluno, facilitando a existência de diálogos reflexivos e críticos, reforça a relação entre ambos, baseada no afeto:

É a convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca-os a se assumirem enquanto sujeitos sócio-histórico-culturais do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia do educando. Pressupõe romper com concepções e práticas que negam a compreensão da educação como uma situação gnoseológica. (FREIRE, 2019a, p. 12)

Esse sentimento de amor e cumplicidade esteve bem presente na fala do professor “luta”, que demonstrou um imenso carinho e preocupação com seus alunos, sempre os acolhendo e ouvindo, como se vê na reposta abaixo:

Eu tinha, às vezes né? Um ou dois estudantes, às vezes até três, que tava em processo de alfabetização, então eu não podia usar o livro e eu preparava atividades, às vezes deixava aqui na escola pra as famílias pegarem, pra essas crianças fazerem essas atividades comigo em casa [...] Eu dizia: pega a folhinha, vamos ver aí as letras do alfabeto. (ENTREVISTADO LUTA, 2022).

Em que pese existir todo o sentimento de amor, é necessária mais que isso, o professor precisa de apoio para trabalhar com condições decentes sob a perspectiva dos Direitos Humanos, especificamente no que diz respeito ao trabalho digno. Os Direitos Humanos são eternamente criados e recriados no processo de construção da realidade social vivenciada. Na pandemia do Coronavírus, sobretudo, foi percebida a extrema dedicação dos professores em sua profissão, prejudicando sua vida pessoal para exercer de forma plena seu labor.

Podemos perceber bem essa fragilidade na resposta da professora “sabedoria”:

Eu acho que houve muita cobrança pra um período que a gente tava muito mexido psicologicamente, né? Todo mundo tava, a gente sabe disso, mas em relação de valorização não. (ENTREVISTADA SABEDORIA, 2022)

Assim, os Direitos Humanos, como diz Herrera Flores (2009, p. 187-188 ): “devem ser vistos e postos em práticas como produtos de lutas culturais, sociais, econômicas e políticas por ajustar a realidade em função dos interesses mais gerais e difusos, de uma formação social. Ou seja, dos esforços para buscar o que faz com que a vida seja digna de ser vivida”. Essa vulnerabilidade é característica do mundo do trabalho de cunho neoliberal, que deixou a classe trabalhadora mais enfraquecida diante dos problemas sociais. Nessa ordem de ideias, Souza et al. (2020, p. 11) colocam: “a classe trabalhadora não possui uma participação sistemática e formalizada no processo social de produção de conhecimento, o que precisa ser conscientemente impulsionado e construído de forma partilhada e orgânica entre trabalhadores e pesquisadores.”

Os sindicatos mostram-se, nesse cenário, como organização de extrema importância, por articular junto às instituições políticas públicas que garantam o mínimo para o desenvolvimento da atividade dos educadores de forma decente. No entanto, no trabalho remoto exercido durante a situação de emergência pandêmica, os sindicatos restaram fragilizados, uma vez que os professores, ao exercerem suas funções em casa, de forma mais individualista, tiveram desestruturadas as suas relações coletivas, o que findou em um enfraquecimento em relação às resistências aos descasos trabalhistas.

Nessa mesma perspectiva, Bernardo, Maia e Bridi (2020, p. 35) afirmam que: “Nesse sentido, o desafio ao sindicalismo desta categoria está posto, principalmente para assegurar que as condições precárias de trabalho remoto não perdurem.” Como se vê, na prática, os professores não se sentiram valorizados e temeram até ter seus direitos subtraídos, como se vê na resposta à pergunta se a professora “sabedoria” se sentiu valorizada no período da pandemia:

Não, sabe, eu não me senti porque houve aquele desgaste....é, eu achei a questão da cobrança da prefeitura em si, de tá querendo que essa educação, que esse ensino chegasse às crianças, mas também não observava o nosso lado...é tanto que, é...**esse ano o sindicato foi bater na justiça, se eu não me engano, é....sobre esses anos de pandemia que a gente trabalhou e que como não tivessem sido...é... contabilizados pra a mudança de cargo, dos GNs, que cada ano a gente muda de faixa.... E que não seriam aceitos.** Então assim, como é que a prefeitura ela deu toda uma questão de cobrança: tem que ter aula, tem que ter, envia foto do que você tá fazendo e envia...tipo desconfiando, eu achei como se fosse uma desconfiança do nosso trabalho. (ENTREVISTADA SABEDORIA, 2022, grifo nosso)

Esse receio em não ter direito à progressão funcional no período pandêmico também foi demonstrado pelo professor “luta”, pois o atual Presidente editou a Lei Complementar 173 (BRASIL, 2020) “que condicionava os repasses federais apenas aos Estados e municípios que congelassem a carreira de seus servidores, cujo tempo de serviço só voltaria a ser computado em janeiro de 2022” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022, *online*).

Terminou no dia 31 de dezembro de 2021 a Lei Complementar nº 173/2020 (LC 173/20) criada pelo Governo Federal com o argumento de garantir o equilíbrio das contas públicas, por meio do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19). O SIMPERE agiu com diversas tratativas com o município de Recife de modo a derrotar a Lei 173, que proibiu os reajustes durante a pandemia ainda retirasse tempo de serviço e o direito à progressão salarial da categoria (SIMPERE, 2022).

A gestão escolar também realizou um papel importante, uma vez que possibilitou que todos os sujeitos se envolvessem com os novos direcionamentos pedagógicos, que unida aos

professores, alunos e suas famílias possibilitam a resistência do ensino no cenário pandêmico. O gestor escolar precisou desenvolver um trabalho eficaz para conseguir atingir as expectativas curriculares e avaliativas nesse período e ao mesmo tempo ter sensibilidade com todos, diante do problema de saúde pública enfrentado.

Diante do cenário de pressão demonstrado pelos professores “luta” e “sabedoria”, têm-se como de extrema importância o trabalho da gestora para administrar os sentimentos de comparação entre os professores. A Prefeitura exigiu um trabalho remoto, no entanto para esse trabalho se concretizar era necessário aparelho eletrônico e acesso à internet para os alunos, no entanto, referido acesso não fácil de se observar na prática vivida em nosso país.

Uns professores conseguiram mais êxitos que outro, além de eles mesmo terem se disponibilizado a irem na escola, a irem levar tarefas nas casas dos alunos. No entanto, outros não puderam fazer o mesmo, diante da sobrecarga psicológica e também pela preocupação com a transmissão da doença, como relatou a professora “sabedoria”, que morava com pessoa que faz parte de grupo de risco e por isso não podia ir na escola, como se percebe na afirmação abaixo:

A minha maior dificuldade eu acho que foi a questão psicológica, de você lidar com tudo isso, com a doença, o trabalho em casa e você pensando se alguém da sua família vai morrer ou não vai e pra quê eu tô nesse desgaste todo, sabe? Eu acho que pesou muito essa questão do psicológico, dessa cobrança da prefeitura em relação ao nosso trabalho diante do contexto e sabendo da dificuldade dessas questões sociais que existem por trás dessas famílias, desses estudantes que estudam aqui. Era como se: não isso pode, isso é possível e a gente sabe que tem coisas que sim, mas outras coisas a gente sabe que é fora do nosso alcance e era algo do tipo: **ah, você não fez, mas fulaninho pode ter feito.** (ENTREVISTADA SABEDORIA, 2022, grifo nosso)

Desde o início da pandemia do coronavírus, tornou-se visível a tragédia do atual cenário político e social no Brasil, ante as diversas decisões e omissões de políticas sociais. Os impactos sociais oriundos dessa pandemia nos fazem refletir sobre a atitude do ex-presidente Bolsonaro em difundir ideias de que a economia deveria continuar, em detrimento da saúde pública e da educação.

O atual governo brasileiro, desde o início do seu mandato, demonstrou seu descaso com as políticas e ações sociais ao instituir vários cortes financeiros, principalmente em áreas importantíssimas para o desenvolvimento do país. Como também com movimentos de proferir diversos pronunciamentos contra programas sociais, como exemplo o Bolsa Família, demonstrando claramente que o que importa para ele é o capital.

Na realidade pandêmica, esse referido governo lançou opinião pública contrária à documentos oficiais emitidos por alguns de seus ministérios e entendimento dos representantes mundiais e da própria Organização Mundial de Saúde – OMS – (2020), distanciando-se, assim,

do aporte científico necessário para o enfrentar a pandemia com a seriedade na construção de políticas públicas sociais (BRASIL DE FATO, 2021a).

As aulas foram suspensas e o isolamento social foi necessário, conforme decidido pela OMS, no entanto, o Presidente se pronunciou pelo não cumprimento dos decretos estaduais, no sentido de a população não ficar em casa e ir trabalhar normalmente, denotando, assim, a sua única preocupação com as demandas do mercado.

É perceptível, segundo olhar de Antunes (2002), a demonstração do Estado brasileiro estar representado por um governante aliado ao extremo neoliberalismo, bem distante dos aspectos sociais, preocupando-se mais com a economia, apesar da pandemia do COVID-19 tenha deixado muitas mortes. O corte de recursos financeiros no quadro de pesquisadores evidencia prejuízos inimagináveis. Assim, as políticas públicas na educação brasileira reforçam as intenções do então representante, Jair Bolsonaro, em relação à educação e pesquisa, e, de outro lado, elucidam fraqueza em seus propósitos para tratar com áreas essenciais ao desenvolvimento de uma Nação, como é o caso da educação.

Em relação à educação básica, podemos observar em todas as escolas visitadas que os professores entrevistados relataram não ter havido qualquer apoio quanto a recursos e equipamentos tecnológicos. Os educadores utilizaram seus próprios computadores, sua própria internet, entre outros recursos, porque apesar de ter sido fornecido pela Prefeitura, em momento anterior à pandemia, notebooks e modem de internet, esses não eram de boa qualidade. De modo que para alcançar os objetivos educacionais de aprendizagem, no ensino remoto, os professores fizeram usos de seus recursos pessoais.

Os cortes de gastos em áreas de pesquisa e educação, contribuíram demasiadamente para a falta de ingerência da pandemia no Brasil, uma vez que várias instituições públicas federais se encontram em situação de caos e com falta de insumos para os pesquisadores, equipamentos para o desenvolvimento de pesquisas que poderiam ajudar até a amenizar os problemas com o coronavírus. Desse modo, o modelo de governo de Jair Bolsonaro, revelou total desamparo à ciência, além de ser gerido sob um estilo burguês e autoritário, baseando-se na divulgação de inverdades para enganar a população mais desinformada (BRASIL DE FATO, 2021b).

Assim, diante desse cenário pandêmico, avivou-se ainda mais a importância do papel do professor de modificar o comportamento do aluno no sentido de emancipá-lo, torna-lo um ser autônomo, de modo que ele não dependa da educação reprodutora de ideologias das classes dominantes, mas também não induzirá-lo às suas percepções, e sim, na verdade, ser o intermediador do seu processo de instrução como cidadão.

Dessa forma, o educador desenvolve uma importante função política, na medida que contribui para a formação dos cidadãos, estimulando o discente na necessidade de dar sentido à sua cidadania, bem como a agir de forma crítica no seu dia a dia, diante de sua vivência. O que não significa que essa profissão não é permeada de desafios múltiplos, pelo contrário, se faz importante discorrermos sobre essas questões que se destacaram na Escola sociólogo Gilberto Freyre, a seguir.

#### 5.4 ESCOLA SOCIÓLOGO GILBERTO FREYRE

É importante frisar: os desafios à profissão docente já se imperavam antes da pandemia. Nosso olhar analítico se desenha pelo contexto pandêmico, compreendendo, obviamente esse cenário mais profundo de discussão. Isso posto, na Escola sociólogo Gilberto Freyre foi unânime a resposta de todos os entrevistados em dizer que a utilização e aprendizado de novas tecnologias agregou imensamente em seus conhecimentos.

No início foi difícil pela não familiarização com as ferramentas *online*, no entanto, após aprender, conseguiram evoluir bem no ensino. A maior dificuldade, conforme relatado por todos os professores, foi a precariedade do acesso dos alunos à internet. Contudo, especificamente nessa escola, os alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio tiveram acesso à celulares, o que facilitou no processo de ensino e aprendizagem e repercutiu em melhores condições de trabalho para os professores, fazendo com que as aulas fossem mais proveitosas e, conseqüentemente, mais estimulantes para os educadores.

Percebemos que o problema social que afeta o real déficit de acesso à tecnologia pela população mais carente foi o tema de maior peso para os professores. Como exemplo, vemos a resposta do professor “persistência” que ensina no Ensino Fundamental II dessa escola. Em resposta à pergunta se se sentiu valorizado como professor durante a pandemia, respondeu:

No contexto dos recebimentos dos vencimentos, recebemos nos dias normais, nunca atrasou.... com relação a ter acesso ao alunado, **tivemos grande dificuldade porque nem todos tinha condição de acessar a internet, só posteriormente, já chegando em agosto mais ou menos, julho ou agosto foi que a prefeitura começou a colocar celulares, chips e começou a doar a alunos do 9º ano, mas os outros tinham grande dificuldade.** (ENTREVISTADA PERSISTÊNCIA, 2022, grifo nosso)

Os alunos mais velhos, que normalmente estão cursando o Ensino Fundamental II e Ensino Médio, tiveram maior acesso à tecnologia e isso repercutiu positivamente no trabalho do professor no sentimento de estar sendo efetivo seu trabalho, que atrelado a isso vem a valorização profissional. Aqui inferimos que quando o professor percebe que o aluno está em

processo de aprendizagem, através do seu trabalho de professor, este se sente valorizado e sente que tem o “dever cumprido”.

O maior desafio foi pesquisar autonomamente novas tecnologias. No município de Recife demorou para ter a capacitação para realização das aulas remotas, além de os professores terem que acessar às aulas através de internet própria, pois a fornecida pela prefeitura era de má qualidade, como observamos no relato de “persistência”:

A internet da prefeitura, onde eu morava não pegava, que eu moro na periferia de Olinda, no caso eu tinha internet em casa e eu tive que utilizar a minha pra trabalhar. (ENTREVISTADA PERSISTÊNCIA, 2022)

Em resposta a qual foi a maior dificuldade que você enfrentou como professora nessas aulas remotas, a professora “viva”, respondeu:

Eu não tive dificuldade! Veja só... tudo que é novo causa uma dificuldade sim, imediata, mas assim, eu falo por mim, eu acredito que alguns professores sentiram a questão da estranheza porque é um letramento novo digital e nós não estávamos preparados para isso, então foi uma pressão nesse sentido para o professor. **Muita gente, provavelmente, teve fobia em relação a isso.** (ENTREVISTADA VIVA, 2022, grifo nosso)

Relacionamos os dados colhidos de nossas análises com o que se vê na pesquisa de Costa Neto e Silva Costa Ed (2020), quando apontam que nas aulas presenciais nas escolas do município de Araguaína – Tocantins, os professores já usavam a tecnologia. Esse movimento de já familiarização da tecnologia como também o manuseio da mesma encontrado em nossos dados e nos achados de Costa Neto e Silva Costa Ed (2020), facilitou no desenvolvimento das aulas, no entanto, o acesso precário à internet foi a maior dificuldade para a realização do ensino remoto. Ou seja, percebe-se que o cenário precário de acesso à internet é um elemento que nos chamam a atenção em um cenário nacional, inclusive. Assim, inferimos que hoje pensar em acesso à direitos, pela ótica ampliada dos Direitos Humanos, é pensar no acesso à informação que no cenário atual se faz pelo acesso à internet.

Além da carência de recursos para a população menos favorecida, outro desafio apontado foi a invasão da família e sociedade no trabalho dos professores. Em virtude do ensino está sendo *online*, este passou a ser monitorado pelos pais e responsáveis das crianças, e isso ocasionou, muitas vezes, em interferências e ingerências no desenvolvimento do ensino, interferindo no trabalho do professor e diminuindo a sua autonomia, conforme mostra a professora “viva”, respondeu:

**Saber que você tá dando aula e aquela aula não tá sendo assistida só pelos alunos como também pelos familiares.** (ENTREVISTADA VIVA, 2022, grifo nosso)

Desse modo, resta assente que a tecnologia carregou imensos desafios dentro do contexto da educação. Apesar de alguns professores entrevistados já usarem celular e computador, nunca tiveram que fazê-lo para o ensino. A forma emergencial em que a tecnologia teve que ser inserida dentro de um contexto social caótico vivenciado em nosso país, pelo abandono do governo principalmente em relação à população mais carente, potencializou um cenário de desafios impostos à profissão. No entanto, todos foram unânimes em responder que o aprendizado com novas tecnologias foi um dos melhores benefícios que tiveram nesse período, como denunciado pela professora “viva” em relação aos benefícios que o período da pandemia trouxe para o trabalho dela:

A gente aprendeu a trabalhar com outras ferramentas, com outras possibilidades, a buscar (e aí vai depender de professor para professor) novas informações, a **acessar outras plataformas, e isso pra gente isso foi muito, muito proveitoso.** Agora assim, proveitoso, mas tudo muito assim: tem que ser agora, tem que ser agora, tem que ser agora.... eu acho que por esse lado, assim, de certa forma a gente ficou meio esgotado nesse sentido, sabe? Mentalmente a gente tinha uma pandemia, e a gente não pode esquecer que é paralelo a isso... (ENTREVISTADA VIVA, 2022, grifo nosso)

O benefício do maior acesso e aprendizado tecnológico também foi expresso pela professora “persistência”:

Facilitou principalmente hoje, né? Hoje, por exemplo, **eu consigo ter acesso ao google sala de aula, os e-mails corporativos começaram a surgir...** (ENTREVISTADA PERSISTÊNCIA, 2022, grifo nosso)

A partir dos elementos observados na presente pesquisa, aponta-se que é uma urgência o investimento nas formações voltadas às tecnologias para os educadores. Pensar numa formação não restrita aos manuseios instrumentais, mas uma formação que discuta criticamente e reflexivamente a tecnologia na educação, de modo a estarem acompanhando os avanços nessa área, como confirma Carvalho (2021, p. 24): “entendemos que a formação tecnológica precisa ocorrer de forma permanente, não se restringindo apenas ao período de aulas remotas e on-line, pois sempre surgem novos recursos e plataformas digitais e os professores necessitam acompanhar essas atualizações”. Pontuamos que temos percebido pontos de encontros entre os achados em nossa pesquisa com os professores em Recife, com outros professores situados em outros contextos geográficos.

Apesar dos inúmeros desafios relatados, observamos que o papel da gestão também foi de grande importância para a superação dos educadores e maior consecução de suas finalidades acadêmicas, uma vez que o apoio da gestão carrega consigo o intuito de envolver toda comunidade escolar para estudantes e professores vivenciarem melhores condições do ensino e aprendizagem.

A professora “viva”, respondeu em relação a se sentir valorizada, que:

Como é que a gente aprendeu a trabalhar com aquela plataforma? **O gestor parando tal horário com a gente online, porque a gente não tem contato presencial pra isso não.** A gente aprendeu realmente na marra”... **“agora o pessoal daqui é nota mil, a gente não pode negar para dar o suporte, nesse sentido a gente se sentiu valorizado, eu acredito, porque a gestão da escola sempre esteve presente”**.... “para a prefeitura foi assim: faça-se e cumpra-se! (ENTREVISTADA VIVA, 2022, grifo nosso)

Até no que diz respeito às interferências dos familiares, o papel da gestão foi importante ao fixar triagens e impor aos pais uma forma de antes de ir para o professor, passar primeiro pela gestão para que essa tentasse diminuir as interferências familiares, e assim, diminuía as demandas dos professores. Como bem mostra a resposta da professora “viva” à pergunta “houve muita interferência das famílias dos alunos no seu trabalho?”:

**Não, porque a gestão era muito boa, né? Nessa triagem a gestão era sempre presente”**... “a gente é um grupo muito coeso. (ENTREVISTADA VIVA, 2022, grifo nosso)

Aqui, pontuamos o papel da gestão para além dos muros da escola. Pois em uma situação emergencial, como no referido contexto de aulas remotas, onde não existia um muro de fato da escola, pelo contrário, há uma situação de imprecisão da vida por completo, se faz necessário uma gestão escolar que dê direcionamentos para os acontecimentos que envolvem a comunidade escolar, assumindo uma postura de liderança eficaz. Essa ideia de gestão numa postura de liderança eficaz também vemos na pesquisa de Macêdo e Moreira (2020) na organização do trabalho de professores de geografia em Fortaleza – CE, especificamente na situação de aulas em época de pandemia.

Outro ponto que nos chama a atenção é a formação continuada. Ante o cenário apresentado, percebemos que a formação continuada dos professores é uma das maneiras pelas quais os educadores se apropriam de diversos saberes, como por exemplo, a lidar com novas tecnologias, e isso muito acrescenta em suas práticas laborais e, também, os aperfeiçoam em suas experiências cotidianas, uma vez que o saber abrange: “os conhecimentos, as

competências, as habilidades (ou aptidões) e as atitudes dos docentes, ou seja, aquilo que foi muitas vezes chamado de saber, de saber-fazer e de saber ser.” (TARDIF, 2011, p. 60).

Os professores relataram que no início da pandemia foram fornecidos cursos sobre tecnologia pela prefeitura e que foram bons, mas, depois os professores não tinham tempo para fazer esses cursos, conforme relatou “persistência”:

**Durante a pandemia, depois um ano não tinha mais tempo pra se dedicar a fazer esses cursos.** (ENTREVISTADA PERSISTÊNCIA, 2022, grifo nosso)

Depreendemos sobre a relevância da reflexão acerca do tempo laborativo do professor, que diante de suas altas demandas abrange além do ensino. O trabalho do professor envolve funções práticas/técnicas mais abrangentes, como elaborar provas, elaborar aulas, corrigir provas, participar de reuniões com pais e gestores, dentre outras..., e isso acaba sendo empecilho para os professores participarem de cursos de formação, em razão de não haver horário humanamente hábil para isso, como relatado por todos os professores dessa escola.

A professora “raiz” revela esse déficit de tempo em suas falas a seguir que se deram em mais de um momento da entrevista:

A Prefeitura tentou, mas como a gente tem muita coisa, horários, outros vínculos, **ninguém conseguiu terminar de fato** [...]

O horário era fora totalmente da carga horária [...]

Se você quer que o professor consiga realmente....**tinha muita coisa interessante para se fazer, mas eu não consegui nem acompanhar nada de palestra, e tinha muita coisa pra se vê, eu não consegui vê nada, nada, nada....** [...]

A turma entrava logo, abria os vídeos assim, **sendo sincera a você, ninguém conseguiu terminar** [...]

Eu me lembro que em novembro, não sei se foi do ano passado.... também faz tanto tempo que eu já to meio perdida.....que chegou um email deles: **olhe, você tem até 15 de novembro pra fechar seu curso....e eu realmente , não vou dizer, eu não consegui, na verdade eu nem consegui fazer, porque era muita palestra.** (ENTREVISTADA RAIZ, 2022, grifo nosso)

Essa fala nos alerta sobre a importância de pensar formação continuada que condiga com a realidade prática do trabalho dos professores. É sobremaneira importante propor formações continuadas para o fortalecimento do trabalho dos professores, mas se essa formação não é pensada em seu início em diálogo com a vida laboral de fato desse educador, vai se tornar alheia e em profundamente distante da experiência prática desses sujeitos.

Mais uma discussão nos parece interessante para a escola sociólogo Gilberto Freyre – mas não só. A maior sobrecarga acabou recaindo na professora “mulher”, que além de ser maioria em relação ao gênero nesse trabalho ainda carrega consigo a “incumbência” social de dar conta de casa, filhos, dentre outras demandas. A partir daí infere-se que a vulnerabilidade de algumas professoras, no contexto da pandemia do Coronavírus, pode ser resultado da pressão no âmbito administrativo das escolas, da mudança drástica de ensino, das imensas interferências dos próprios familiares e dos alunos, das rotinas das atividades do lar, que ocorrem devido à atribuição histórico-cultural à mulher de todos os papéis de cuidado e assistência.

O amálgama entre o trabalho e a família findou em um aumento na carga laboral, justificando eventual desequilíbrio emocional, o qual interfere na saúde mental e física.

Era online, era em vídeos, palestras. Teve algum momento que eram presenciais lá, mas a gente não conseguia acompanhar, **era muita coisa ao mesmo tempo....** [...]

**Como é que eu vou acompanhar? Trabalhando em lugar e vindo pra cá, com criança a noite e prova....** (ENTREVISTADA RAIZ, 2022, grifo nosso)

A nossa intenção em analisar as entrevistas com os referidos professores não se restringiu à fala pronunciada, apenas, mas a como essa fala era dita, exposta, ou seja, quais emoções eram percebidas no momento da entrevista. A professora “raiz” demonstrou em toda sua fala muita angústia em relação ao tempo, como se seu tempo sempre fosse com os segundos contados, demonstrando uma enorme sobrecarga decorrente de inúmeras demandas que exerce como professora e como mãe, inclusive denunciou ter sido acometida por doença em razão da situação de extrema sobrecarga vivenciada. Como podemos observar nas respostas abaixo:

Quando a gente começou logo, **a aula era muuuuuuuito extensa**, a aula começava de 13:30h e ia até 17:30/18:00h, direto, com intervalo bem pequenininho de uma aula pra outra. [...]

Mas enquanto sociedade a forma que a gente foi exposta, mal vista, eu fingia...eu, eu, tentava não vê as coisas, sabe? **Eu evitei porque assim, já tava numa sobrecarga tão grande já**, que eu disse: eu vou ficar vendo mais isso? vou nada....mas a gente escutou horrores, assim, né? [...]

Enquanto prefeitura é como eu disse a você, a gente teve muita cobrança, tipo esse curso. **Como é que você vai fazer um curso com tanta coisa? Tinha muita coisa boa, teve até um rapaz que trabalha lá que veio oferecer mil e uma coisas aqui, que eu até tinha vontade de fazer, mas como é que eu vou fazer, menino? Que horário? À noite?** [...]

A maioria eu vou lhe dizer: eu fiquei, assim, abrindo o jogo, porque a dificuldade ela não é pontual só pela profissão professor, escola não, é porque eu tive que me virar em mil pra dá conta daqui e do outro vínculo, né? Então, assim, pra mim, **foi difícil porque eu tive que ser dona de casa, eu tive que ficar sozinha com tudo, com**

**menino, administrar as aulinhas da criança, porque na época ele tava com três anos**, então eu tinha que acompanhar as aulinhas dele à noite, então foi complicado porque o horário que eu podia tá acompanhando as aulinhas dele à tarde, eu não tinha como, então assim, a professora meio que esquecia do meu filho e meu filho que fazia todas as atividades e eu ainda mandava e meio que assim ela nem mencionava o nome dele, porque eu já vinha ver as gravações já à noite....mas eu nunca deixei de fazer, deixei ele o ano todo...**eu tive que me ajustar com horário de afazer doméstico, alimentação, as coisinhas dele e eu tipo saía de reuniões remotas pela manhã, muuuuuuita coisa, muito programa de governo que eu tinha que acompanhar e quando dava meio dia eu já saía assim, sabe? Sabe aquela coisa no automático e o horário todo programado, tem que dar a comida dele agora, enquanto eu tava no telefone, reunião, e com fone de ouvido, reunião, menino, e a aula dele, então assim foi muita coisa que eu tive que administrar....pra mim foi difícil sim, ir de uma coisa pra outra, foi pesado!** (ENTREVISTADA RAIZ, 2022, grifo nosso)

Nessa narrativa percebe-se as inúmeras responsabilidades que são impostas às mulheres. Tais enredos traz um sentimento de obrigação, por parte dessas mulheres, para o exercício com maestria das funções de mãe e professora, como se pode ver quando a professora “raiz” retrata que teve como benefício dessa situação enfrentada na pandemia o sentimento maior de ter dado conta, conforme se extrai abaixo:

**Eu realmente enquanto pessoa e profissional e mãe e dona de casa, eu consegui e sei que hoje eu me viro com tudo! Eu consigo driblar mil e uma situações e resolver**, coisas que você fica assim: poxa, como é que eu consegui? E assim, **eu adoeci, eu fiz uma cirurgia...tudo aconteceu, com criança e aí eu disse: meu Deus, eu dei conta!** (ENTREVISTADA RAIZ, 2022, grifo nosso)

Diante das inúmeras dificuldades no exercício do seu labor, as educadoras ainda tiveram que interligar os trabalhos domésticos, que, na maioria das vezes, não são divididos com seus companheiros em razão da cultura machista embutida na sociedade. Aqui, é importante colocar que o elemento de gênero não era um olhar analítico que estava inserido em nossas hipóteses iniciais de pesquisa, mas, o campo de investigação, sobretudo nas Ciências Sociais e Humanas, é vivo, fala por si só. Logo, a questão de gênero emerge para nós e nos mostra que a discussão em Direitos Humanos em relação ao trabalho tem esse viés de gênero, de maneira muito significativa.

Assim, a divisão sexual do trabalho que responsabiliza a mulher educadora pelos papéis de cuidado e assistência gera uma sobrecarga de trabalho para as mesmas. Esses elementos trazem um cenário de vulnerabilidade para as mulheres em suas condições de trabalho, conforme ratifica Souza (2020, p. 07):

E além dos desafios até então observados nesse contexto excepcional de trabalho, dividi-lo em um espaço exclusivamente doméstico tornou ainda mais relevante a problematização das relações sociais de gênero, na medida que as mulheres têm enfrentado o cotidiano de jornadas opressivas e exaustivas. Em termos concretos trata-

se de uma natureza conflituosa no que diz respeito à conciliação de responsabilidades profissionais e familiares.

Percebemos que essa entrega, a doação por conta da afetividade imbuída na profissão acarretou doenças entre as professoras. Vale pontuar essa questão da afetividade que envolve: “a entrega incondicional ao trabalho, sob os laços de afetividade e carinho, pode gerar desgaste físico e psíquico nas trabalhadoras, sendo as relações de gênero em escolas um elemento que promove a distinção no trabalho e riscos de adoecimento entre homens e mulheres.” (SOUZA, 2021, p. 08).

Aspectos de doença e angústia, presentes na rotina árdua da maioria das professoras mulheres, se intensificaram na pandemia e foram explicitadas na narrativa da professora “raiz”:

[...] ....**eu adoeci, ne?** Porque tava muito tempo em frente de uma tela, sentada, horas a dentro e aí eu adoeci. **Eu só não, eu e uma boa parte** [...]

Eu me senti assim, que a gente tinha que fazer, era cobrado...eu não quero saber, professor não trabalha, a gente não trabalha. (ENTREVISTADA RAIZ, 2022, grifo nosso)

Como última reflexão que nos chama a atenção com os professores na referida escola colocamos a questão do sujeito de direito. O exercício da profissão dos educadores em tempos de pandemia acabou enveredando por caminhos ainda mais desafiadores, de modo que a resistência dos professores e suas consciências como seres sujeitos de direitos tornou-se imperativo para suas formações de identidades profissional, segundo a pesquisa de Rios (2021, p. 13): “hoje, os(as) professores(as) vivem em permanente mobilização, vigilância epistemológica e resistência, tendo em vista o reconhecimento, a validação e a própria sobrevivência que os atravessam em seus movimentos de vida-profissão”.

A pesquisa de Rios (2021) se dialoga com a presente pesquisa na medida em que alguns professores relacionaram o sentimento de sujeito de direito a se sentir valorizado por receber em dia suas remunerações, visão essa atrelada à ideia de escola no modelo neoliberal. Houve também quem aliasse a ideia de ser sujeito de direito àquele profissional que é ativo junto ao sindicato. Já algumas professoras já foram respondendo que não eram ativas, não tinham muito tempo para isso.

No momento do ensino remoto, na pandemia do COVID-19, cremos ser a oportunidade para a libertação dos professores, liberdade essa como forma de mudança para problematização e visão crítica de suas funções. Não apenas como ser que trabalha e recebe, bem como sujeito que precisa de tempo para participar ativamente de sindicatos, bem como de ressignificar sua

identidade profissional uma vez que sua liberdade no pensar crítico de suas funções é a maior prerrogativa que se pode ter, conforme percebemos também na pesquisa de Rios (2021, p. 13): “acreditamos que é nas fissuras da experiência singular e plural do ser professor que surgem outros modos de existências, outras políticas de ressignificação da identidade profissional docente e outras formas de resistência às políticas tecnocráticas e neoliberais da educação.” (2021, pg. 13)

A construção de um sujeito livre nas escolhas auxilia na compreensão de um ser humano possuidor de direitos. No que diz respeito aos sujeitos da nossa pesquisa, os professores, trazemos a questão da responsabilidade pela educação do querer bem ao educando, que segundo Freire (2019a, p. 139) significa que o educador: “permanecendo e amorosamente cumprindo o seu dever, não deixe de lutar, politicamente, por seus direitos e pelo respeito à dignidade de sua tarefa, assim como pelo devido espaço pedagógico em que atua com seus alunos.” Ou seja, exercer suas funções docentes com afetividade, dedicação e amor não é contrária a uma participação política da profissão em busca de seus direitos como sujeitos.

Desse modo, o professor sentir-se como ser possuidor de direitos lhe garante uma autonomia e liberdade maior para desenvolver em seus alunos uma maior reflexão crítica de sua vida como cidadão. A importância de sentir-se sujeito de direito beneficia não só o sujeito que educa como toda comunidade escolar, visto que há um reflexo direto na educação. Quando o professor se conscientiza do seu real papel na sociedade e se propõe a lutar pela sua autonomia no intuito de conquistar sua identidade profissional:

A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte. O combate em favor da dignidade da prática docente é tão parte dela mesma quanto dela faz parte o respeito que o professor deve ter à identidade do educando, à sua pessoa, a seu direito de ser. (FREIRE, 2019a, p. 65).

Além dos diversos problemas antigos que ainda perduram na sociedade contemporânea, surgiram novos desafios a serem enfrentados no mundo dos Direitos Humanos, especificamente no que diz respeito ao trabalho remoto exercido pelos professores em meio à crise pandêmica. As violações à dignidade humana, como a precariedade no oferecimento de condições de trabalho e a realidade social de imensa desigualdade, foram exemplos de que os Direitos Humanos necessitam cada dia mais de proteção e visibilidade, à medida que vão surgindo novas realidades e demandas.

Na presente pesquisa observamos que ser sujeito de direito nos refere ao entendimento de um ser dotado de autonomia, livre para construir suas metas e agir de acordo com elas. E, dessa maneira, ser titular de direitos inerentes a toda sociedade, sem qualquer distinção econômica, social, racial ou de gênero.

Nesse aspecto a educação para os Direitos Humanos mostra-se como um viés de educação interessante e necessário para que a partir dos diálogos entre os sujeitos haja a quebra dos paradigmas opressores e a consequente formação de cidadãos.

Esta confluência, no campo da EDH, tem cogitado a possibilidade de, na contemporaneidade, serem afirmados espaços de ruptura em relação a padrões sociais e políticos de opressão. Éticamente, tem suscitado que cada pessoas “experimente a liberdade e a solidariedade sem as limitações do poder e da dominação pela sociedade civil e pelo Estado”. Desse modo, a EDH prioriza “as mudanças de valores, de atitudes, de posições, de comportamentos e de crenças em favor da prática da tolerância, da paz e do respeito ao ser humano. (SILVA;TAVARES, 2011, p. 03).

A consciência faz do homem um sujeito reflexivo com a capacidade de se perceber no mundo como um sujeito livre e semelhante ao outro, porém, possuidor de uma individualidade que o torna, mesmo diferente de outros, titulares dos mesmos direitos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a compreender como os professores que atuam nas escolas públicas do Município do Recife- PE se percebem como sujeitos de direitos, no exercício de sua profissão no contexto da Pandemia do coronavírus.

As escolas que participaram da corrente pesquisa foram: Escola Municipal Sociólogo Gilberto Freyre, Escola Municipal General Emídio Dantas Barreto e Escola Municipal Vila Santa Luzia. E os professores entrevistados foram: flor, sol, luz, tocandira, sabedoria, luta, persistência, viva e raiz.

Para isso, um primeiro movimento foi discutir o trabalho de professores na perspectiva dos Direitos Humanos. Nessa etapa percebemos que a LDB, o PNE e as demais legislações que protegem o trabalho do professor e a educação, de uma forma geral, foram de maneira esdrúxula esquecidas pelo governo brasileiro atual. A forma como a pandemia foi guiada pelo governo do então presidente Bolsonaro repercutiu negativamente nos investimentos na área da educação e pesquisa, com os inúmeros cortes nessas áreas.

Além disso, o modelo neoliberal proposto nas escolas, aliado ao fato da imperativa necessidade de exercer o trabalho no formato online, com interferência de terceiros que estavam junto ao aluno, auxiliou para uma maior interferência no trabalho dos educadores, com inúmeros outros desafios de terem que lidar de modo repentino, para a maioria, com o ensino através do uso de tecnologias.

A presente pesquisa também tinha a intenção refletir sobre as possibilidades e dificuldades do trabalho dos professores durante a pandemia do COVID-19, e nos deparamos com um conjunto de desafios vividos por esses profissionais. Como por exemplo, a questão do desestímulo para oferecer aulas para poucos alunos, uma vez que a maioria não tinha acesso, ante a carência de recursos financeiros, a aparelhos eletrônicos e internet para todos os membros da família. A ausência de justiça social, por muito tempo vivenciada, mas somente escancarada na pandemia do COVID-19, é fruto do capitalismo, colonialismo e patriarcado, os quais precisam ser abolidos.

Para esse enfrentamento, vimos que as gestões se mostraram presentes e auxiliaram os professores no que puderam. Como o *lôcus* da nossa pesquisa era o município de Recife, nos propomos a identificar as ações do governo municipal do Recife voltadas ao trabalho dos professores. Os nossos achados demonstraram que, como política educacional, a prefeitura do Recife não forneceu equipamento de celulares para os professores, apesar de ter normatizado

as aulas para esse período via *online*. Foi fornecido apenas chip de celular, com internet precária, e computadores antigos, que foram fornecidos antes mesmo da pandemia.

Por outro lado, percebemos que na escola que leciona o Ensino Fundamental II e Ensino Médio o suporte foi maior, uma vez que a prefeitura disponibilizou chips e celulares aos alunos e, assim, as queixas pelos professores foram menores, pois o acesso ao ensino foi de maior adesão, mostrando-nos como é importante a troca aluno-professor e sem essa relação é difícil se estabelecer uma forma de trabalho satisfatória.

Dessa maneira, a pesquisa revelou que os professores de escolas públicas municipais avaliaram de forma negativa os suportes que lhes foram ofertados na pandemia do coronavírus. Segundo os dados demonstrados pelos professores, o município não forneceu apoio de forma estruturada para o desenvolvimento do ensino remoto, haja vista não ter sido viabilizado aparelho de celular para os professores. Além do fato da ausência de políticas sociais que visassem a diminuição da discrepância entre as classes sociais, onde em nossas reflexões percebemos essas políticas como importantes para o acesso da população ao ensino e à tecnologia, e entusiasmam os professores na efetivação do ensino.

Outro elemento dito negativo, pelos professores da pesquisa, foi a proposta pedagógica oferecida pelo município com aulas via *Whatsapp*, vídeos do *Youtube* e *Google Classroom*. Esses instrumentos pedagógicos não foram conciliados com o fornecimento de cursos de formação, alguns cursos foram oferecidos depois de muito tempo de pandemia, e, diante das altas demandas em vários horários do dia, os professores não tiveram condições práticas de assistir a todos os cursos. Por outro lado, muitos professores relataram não terem conhecimento acerca de cursos relacionados às novas tecnologias utilizadas na pandemia. O achado interessante na presente pesquisa se trata do aprendizado na prática desses professores no manuseio desses instrumentos durante o período pandêmico de aulas remotas, ajuda essa desenvolvida entre os mesmos.

Nesse cenário, percebemos que a deficiência na formação tecnológica, bem como a ausência de olhar para favorecimento e investimento nesses profissionais (problema existente antes mesmo do cenário pandêmico) mostraram que a proposta pedagógica ofertada pelo Município do Recife não foi satisfatória para os professores não familiarizados com as plataformas remotas de ensino.

Achamos importante, também, conhecer os aspectos sociais e econômicos que impactam o trabalho do educador no Município do Recife- PE durante a pandemia do COVID-19. Pelo que foi aqui exposto, é evidente que a atividade do educador é permeada de inúmeros desafios e, portanto, no cenário pandêmico, mostrou-se ainda mais necessária a formação

continuada de modo a atuar melhor com as suas ferramentas de trabalho, bem como para lidar com as diferenças sociais existentes no contexto de vida de cada aluno. Esses desafios enfrentados interferem diretamente na forma de apropriação da identidade do professor.

O apoio familiar junto à equipe escolar que deixou muito a desejar, porque além de não ter havido muita cooperação, havia, sim, uma cobrança excessiva em relação ao ensino, de modo que os pais ou responsáveis pelos alunos demandavam do professor por todo o período do dia, desprezando os horários dedicados ao ensino. No entanto, é preciso refletir que a vivência dessas famílias durante a pandemia não foi fácil, pois muitos pais ficaram desempregados, ou saíram para trabalhar e não tinham apoio para deixar os filhos, não tinham como oferecer celular para todos os membros da família e por isso só quando chegavam tarde em casa, em horários extra laborativos, era o momento que tinha para contactar o professor.

Os problemas sociais existentes desde antes da crise pandêmica são propulsores do agravamento no enfrentamento à pandemia. Constatou-se, que apesar de terem sido ofertadas aulas remotas, efetivamente poucos alunos tiveram acesso e muitos professores não conseguiram dá as aulas unicamente através dos recursos fornecidos pela Prefeitura do Recife, tendo em vista que necessitaram usar seus aparelhos de celular pessoal e, por muitas vezes, seus pacotes de internet.

Foi perceptível maiores dificuldades enfrentadas pelos professores que lecionam no Ensino Fundamental I, principalmente os que realizavam o trabalho de alfabetização, pois segundo relataram é bem provável que existam lacunas deixadas ao longo da escolaridade desses discentes, uma vez que o processo de alfabetização necessita de um processo mais interativo e menos conteudista.

A partir da análise dos desafios e dificuldades no cenário vivenciado, constatamos que a maior parte dos entrevistados se assemelharam em suas respostas, o que nos permite concluir que apesar dos diferentes tempos de carreira, as dificuldades coincidiram a partir das vivências de cada escola, de acordo com a realidade enfrentada nos locais que elas estão situadas, bem como com a atuação dos profissionais nos níveis escolares de suas turmas.

Nessa ordem de ideias, as maiores dificuldades relatadas pelos educadores, em síntese, foram: as intersecções entre a vida pessoal e profissional; as inúmeras demandas em diversos horários extra laborativos; a escassez de informações e conhecimentos tecnológicos; a falta de acesso à equipamentos eletrônicos pelos alunos e com isso a dificuldade no acesso ao ensino; as inúmeras cobranças por parte dos pais, do governo e da sociedade em relação aos professores para que fosse oferecida uma educação de qualidade.

No que diz respeito ao sentimento de serem profissionais sujeitos de direito, os entrevistados foram unânimes em responder que não se sentem valorizados, mas ao mesmo tempo, alguns aliam o sentimento de valorização ao recebimento do salário em dia, pensamento este que está diretamente associado à ideia de uma escola neoliberal em que o trabalho tem uma visão unicamente do salário, capital. No entanto, ao relatarem suas dificuldades e queixas sociais enfrentadas por eles, educadores, e pelos alunos, percebe-se que o valor humano do trabalho fora deixado de lado em certos momentos, principalmente no tocante ao respeito em relação a horas trabalhadas, porque isso comprometeu a saúde de muitos professores.

Em maior grau esteve a sobrecarga das professoras mulheres e com filhos, essas denunciaram que na pandemia a vida lhe apresentou diversos encargos, especialmente no tocante ao trabalho que passou a invadir sua casa e, assim, ficou sendo infundável. Através desses relatos podemos perceber como a sociedade ainda é arraigada na ideia de ser a professora mulher dotada de disponibilidade total para ajudar todos e sempre resolver as demandas, denunciando uma forma romântica da profissão, o que obsta num maior profissionalismo dessa mulher, inclusive como forma de sua emancipação e formação de sua identidade profissional. Uma das principais formas para enfrentar esses diversos desafios está na formação continuada, como um fruto na formação identidade dos educadores, a partir da troca de suas vivências. Outra forma importante também é o apoio da equipe pedagógica não só em relação à mediação junto aos pais dos alunos, como também com o preparo psicológico para lidar com as situações que dizem respeito ao mal-estar docente.

Todos os professores entrevistados relataram, felizmente, encontrar apoio com sua gestão pedagógica. Assim, entendemos que o apoio pela gestão democrática é de suma importância para oferecer suporte às demandas que foram feitas para os professores, bem como para fortalecer a atuação dos educadores, ainda mais nesse período de exceção.

As conclusões emitidas nos ensinamentos de Nóvoa, Tardif, Santos, Hunt, Herrera, Freire e Silva nos auxiliaram a entender os caminhos trilhados na presente pesquisa, por meio de uma interpretação dos sujeitos e de como suas realidades sociais, culturais e econômicas repercutem sobre eles. Dessa maneira, baseando-se tanto nos teóricos acima como nas pesquisas analisadas no estado da arte, entendemos que a profissão dos professores deve ser permeada de constantes formações, uma vez que, a partir de novas demandas, surgem necessidades de atuação em novos saberes para seu aprimoramento e fortalecimento na sua identidade profissional, como forma de apoderamento desse profissionalismo no intuito de reivindicar e lutar pelos seus direitos junto ao Estado, que deve assegurar o investimento, por meio de políticas públicas, no ensino.

As discussões acerca dos Direitos Humanos e do trabalho dos docentes no presente estudo se entrelaçam no intuito de apoiar o desenvolvimento desses profissionais, na medida que junto com os mesmos buscamos refletir sobre a ampla dimensão do seu trabalho, buscando avanços no desenvolvimento dos seus ofícios em razão das novas demandas. E, de outro lado, a presente pesquisa buscou pensar sobre o trabalho dignamente desses sujeitos, com amparo dos Direitos Humanos, uma vez que tais direitos se mostram como um conjunto de garantias universais centradas na dignidade humana, que se expandem também ao mundo do trabalho.

Assim, percebemos que novos desafios foram enfrentados no mundo dos Direitos Humanos, especificamente em relação ao trabalho remoto exercido pelos docentes na pandemia. Tal cenário aclarou diversas afrontas à dignidade humana, tais como: condições precárias de trabalho e a realidade social de imensa desigualdade, tanto por parte dos alunos como dos professores. E essa realidade nos mostra que os Direitos Humanos necessitam de permanente proteção e evidência, a partir do surgimento de novos contextos sociais.

Em suma, compreendemos que a pesquisa atendeu a todos os objetivos traçados, geral e específicos. Contudo, entendemos que nada impede que estudos posteriores aprofundem temas ligados a esse. Podemos entender que vida pessoal do professor sempre esteve e, no ensino remoto ainda mais, intimamente ligada à sua vida profissional, de modo que é preciso garantir a esses profissionais melhores condições de trabalho, com maiores investimentos na educação, tendo em vista que elementos pessoais, refletem no profissionalismo. Além disso, faz necessário que os investimentos nesses profissionais os auxiliem na sua autonomia para exercício livre de sua profissão com mais independências e sem amarras, de modo a assegurar-lhe o maior autoconhecimento e a segurança em defender e resguardar os seus direitos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, César Cavalcanti; COSTA, Érika Carla Alves Canuto. O ensino matemático em tempos de pandemia na ótica do professor. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) – Instituto Federal de Pernambuco, Pesqueira, 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Ed. Cortez. Campinas-SP, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. Mundo do trabalho e sindicatos na era da reestruturação produtiva: impasses e desafios do sindicalismo brasileiro. **Transinformação**, v. 8, n. 3, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. Neoliberalismo, reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Ano 11, N° 2 e Ano 111, N° 3, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. Boitempo Editorial, 2020.
- ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, p. 407-427, 2015.
- ARROYO, Miguel González. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BAYER, Julia Sotto-Maior. **A docência no ensino técnico integrado ao ensino médio durante o ensino remoto: as significações de professores de um campus do IFSP**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.
- BERNARDO, Kelen Aparecida Silva; MAIA, Fernanda Landolfi; BRIDI, Maria Aparecida. As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia Covid-19. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 8, n. 14, p. 8-39, 2020.
- BEZERRA, Narjara Peixoto Xavier; VELOSO, Antonia Pereira; RIBEIRO, Emerson. Ressignificando a prática docente: experiências em tempos de pandemia. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 3, n. 2, p. 323917-323917, 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 11.079, de 23 de Maio de 2022**. Institui a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.079-de-23-de-maio-de-2022-402040949>. Acesso em: 19 set. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 11.216, de 30 de Setembro de 2022**. Altera o Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/decreto/D11216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11216.htm). Acesso em: 11 out. 2022.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de Dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras

providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 03 set. 2022.

**BRASIL. Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.** Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp173.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp173.htm) . Acesso em: 31 de ago. 2020.

**BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de Julho de 2008.** Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de jul. 2008. p. 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11738.htm). Acesso em: 03 set. 2022.

**BRASIL ultrapassa 350 mil mortes por covid e OMS compara situação a "inferno furioso". Brasil de Fato, 2021a.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/10/brasil-ultrapassa-350-mil-mortes-por-covid-e-oms-compara-situacao-a-inferno-furioso>. Acesso em: 15 nov. 2022.

**CARVALHO, Anna Gabriely Paes Ferreira. Os impactos da pandemia do covid-19: um estudo sobre as práticas curriculares de professores do município de Caruaru..** 2021. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2021.

**CATEGORIA DECIDE PELA SUSPENSÃO DE GREVE, ARRANCA 23% E SEGUE EM LUTA PELA INCORPORAÇÃO DOS 12% NA CARREIRA. SIMPERE, 2022.** Disponível em: <http://simpere.org.br/2022/03/21/categoria-decide-pela-suspensao-de-greve-arranca-23-e-segue-em-luta-pela-incorporacao-dos-12-na-carreira/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

**COLLIER, Stephen J. Neoliberalismo como grande Leviatã, ou...? Uma resposta a Wacquant e Hilgers. Antropologia Social, v. 20, não. 2 P. 186-195, 2012.**

**COM menor verba em 11 anos, Bolsonaro cortou 34% do orçamento na educação básica. Partido dos Trabalhadores, 2022.** Disponível em: <https://pt.org.br/com-menor-verba-em-11-anos-bolsonaro-cortou-34-do-orcamento-na-educacao-basica/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

**CORTE DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA FAZ PARTE DAS 'MEDIDAS TERRÍVEIS' DE BOLSONARO, AFIRMAM ESPECIALISTAS. CNTE, 2020.** Disponível em: <https://cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75353-corte-de-recursos-na-educacao-basica-faz-parte-das-medidas-terriveis-de-bolsonaro-afirmam-especialistas>. Acesso em: 15 nov. 2022.

**COSTA NETO, Diogo Januario; SILVA COSTA, Edmilson Soares. DESAFIOS DO PROFESSOR PRESENCIAL PARA O TRABALHO EM AMBIENTES VIRTUAIS EM ÉPOCAS DE PANDEMIA: Experiências e Perspectivas no Município de Araguaína, TO. Revista Científica Educ@ção, v. 4, n. 8, p. 1061-1070, 2020.**

- COSTA, Míriam Fernanda. **Os conflitos vivenciados em torno do trabalho docente na perspectiva de professoras da educação básica em contexto de pandemia.** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.
- ESTEVE, J. M. Mudanças sociais e formação docente. *In*: NÓVOA, A. et al. (orgs.). **Profissão Professor.** Porto: Editora Porto, 1999.
- ESTEVE, J. M. Mudanças sociais e função docente. **Profissão professor**, v. 2, p. 93-124, 1995.
- FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e prática da libertação** São Paulo, SP: Moraes, 1980.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2019a.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 71. Ed. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 2019b.
- FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não.** Cartas a quem ousa ensinar, v. 10, 1999.
- FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo, expressão popular, 2018.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **ESCOLA “SEM” PARTIDO: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144 p.
- GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A.; ALMEIDA, P. C. A. de A. **Professores do Brasil: novos cenários de formação.** Brasília: UNESCO, 2019.
- GATTI, Bernadette; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Unesco Representação no Brasil, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo. Atlas, 2002.
- GOLDSTEIN, Donna M. Como a corrupção mata: crime farmacêutico, representações mediadas e ansiedade da classe média na Argentina neoliberal. **Cidade e Sociedade** , v. 24, n. 2, pág. 218-239, 2012.
- HARDING, S. A Instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 7-32, 1993.
- HERRERA FLORES, Joaquín. A (re) invenção dos direitos humanos. **Florianópolis: Fundação Boiteux**, 2009.
- HILGERS, Mathieu. A historicidade do estado neoliberal. **Antropologia Social** , v. 20, n. 1, pág. 80-94, 2012.
- HUNT, Lynn. **A invenção dos Direitos Humanos.** São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-separa a mudança e a incerteza**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. Ser professor: uma pesquisa sobre o que pensa o docente das principais capitais brasileiras. In.: **Estudos e Pesquisas Educacionais**, São Paulo, n. 1, 2010.

KONCHINSKI, Vinicius. Bolsonaro e o reajuste dos professores: jogada eleitoral ou só o cumprimento da lei? **Brasil de fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/12/bolsonaro-e-o-reajuste-dos-professores-jogada-eleitoral-ou-so-o-cumprimento-da-lei>. Acesso em: 1 nov. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAMIM, João Eduardo; NASCIMENTO, Sandro Everton; CORDEIRO, Edvando Santos. Condições do trabalho docente durante as aulas remotas: desafios educacionais pós-pandemia. **ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação**, v. 2, n. 2, p. 354-364, 2020.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Organização e gestão escolar**. Teoria e prática. 5 edição. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação, uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

MACÊDO, Rebeka Carvalho; MOREIRA, Kaline Silva Moreira. Ensino de Geografia em tempos de Pandemia: vivências na Escola Municipal Professor Américo Barreira, Fortaleza–CE. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 2, n. 02, p. 70-89, 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Planejamento e execução de pesquisas (4 edição). **Atlas SA Editora: São Paulo**, 1999.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, M.C.de S. Hermenêutica dialética como caminho do pensamento social próprio. In: MINAYO, M.C.de S.; DESLANDES, S. F. (Org.). **Caminhos do pensamento. Epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 83-107.

NEVES, Mateus Santos. **Narrativas dos/as professores/as de ciências da natureza de uma escola em tempo integral em tempos de pandemia**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

NOVA ação no STF poderá reverter o congelamento de 18 meses para quinquênio, sexta-parte e licença-prêmio. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, 2022. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=435404#:~:text=Em%20maio%20de%202020%2C%20o,computado%20em%20janeiro%20de%202022>. Acesso em: 15 nov. 2022.

NÓVOA, 1997; NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

NÓVOA, A. S. **Formação Continuada**-Aula Magna António Nóvoa. Canal Educação Bahia, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7kSPWa5Nioe>. Acesso em: 01 jan. 2022.

NÓVOA, António (Org.). **Vidas de Professores**. Porto: Porto Editora, 2000.

NÓVOA, António Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.25, n.1, p. 11- 20, jan./jun. 1999.

NÓVOA, António. “Concepções e práticas de formação contínua de professores”. *In.*: **Formação Contínua de Professores - Realidades e Perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991, pp. 15-38.

NÓVOA, Antonio. O regresso dos professores *In*: **Portugal 2007 - Conferência Desenvolvimento profissional de professores para a qualidade e para a equidade da Aprendizagem ao longo da vida** Lisboa, 2007.

NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e pesquisa**, v. 25, p. 11-20, 1999.

NÓVOA, António et al. Pesquisa em educação como processo dinâmico, aberto e imaginativo: uma entrevista com António Nóvoa. **Educação & realidade**, v. 36, n. 2, p. 533-543, 2011.

NÜSSLE, Flora Santos. **A vivência do trabalho em professoras de escolas privadas durante a pandemia do COVID-19**. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

OIT. **Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e seu anexo (Declaração de Filadélfia)**. Disponível em: [http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent\\_work/doc/constituicao\\_oit\\_538.pdf](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf). Acessado em 21 jan. 2022.

OIT. **Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

OIT. Trabalho Decente nas Américas: uma agenda hemisférica 2006-2015. OIT: **Informe do Diretor Geral, XVI Reunião Regional Americana**, Brasília, 2006. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/publication/wcms\\_226226.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/publication/wcms_226226.pdf). Acesso em 20 jan. 2022.

OIT/UNESCO. 1966. **A recomendação da OIT/UNESCO de 1966 relativa ao Estatuto dos Professores e Recomendação de 1997 da UNESCO relativa ao Estatuto do Pessoal do**

**Ensino Superior.** Paris, 5 de outubro de 1966. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001604/160495por.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. **Revista USP**, n. 127, p. 27-40, 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PEREIRA JUNIOR, Edmilson Antonio. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Retratos da escola**, v. 14, n. 30, p. 719-734, 2020.

ONU. Direitos Humanos. **Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Folheto Informativo nº 16 (Ver. 1). Campanha Mundial para Direitos Humanos. OACNUDH: Genebra, 1996.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Coronavirus disease (COVID-19) pandemic**. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 05 set. 2022.

ORÇAMENTO de 2021 é aprovado com cortes em áreas centrais para o combate à covid-19. **Brasil de Fato**, 2021b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/26/orcamento-2021-e-aprovado-com-cortes-em-areas-centrais-para-o-combate-a-covid-19>. Acesso em: 15 nov. 2022.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. Max Limonad. 2000.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Campanha Nacional pelo Direito à Educação**, s.d. Disponível em: <https://campanha.org.br/o-que-fazemos/plano-nacional-de-educacao>. Acesso em: 03 set. 2022.

RECIFE. **Lei Orgânica do Municipal**. Disponível em: <http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/lei/00000/?keyword=lei%20org%C3%A2nica%20do%20munic%C3%ADpio%20do%20recife>. Acesso em 20 de jun. 2020.

RECIFE. **Decreto nº 33.577 de 30 de Março de 2020**. Prorroga a suspensão das atividades das Escolas Públicas Municipais e das Escolas e Universidades Particulares situadas no Município do Recife e disciplina a entrega de cesta básica e material de higiene para as famílias dos estudantes das unidades educacionais públicas da Rede Municipal de Ensino do Recife no referido período. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/decreto/2020/3357/33577/decreto-n-33577-2020-prorroga-a-suspensao-das-atividades-das-escolas-publicas-municipais-e-das-escolas-e-universidades-particulares-situadas-no-municipio-do-recife-e-disciplina-a-entrega-de-cesta-basica-e-material-de-higiene-para-as-familias-dos-estudantes-das-unidades-educacionais-publicas-da-rede-municipal-de-ensino-do-recife-no-referido-periodo>. Acesso em: 16 de out. 2022.

RECIFE. **Instrução Normativa SEE nº 2 de 25/07/2020**. Dispõe sobre os procedimentos para realização das atividades pedagógicas não presenciais nas instituições educacionais públicas de educação infantil e ensino fundamental e nas instituições educacionais privadas de educação infantil integradas ao Sistema Municipal de Ensino do Recife (SMER), no período de suspensão emergencial das aulas presenciais em decorrência de calamidade pública causada pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=399047>. Acesso em: 16 de out. 2022.

RECIFE. **LEI Nº 16.520/99**. Dispõe sobre o plano de cargos, carreira e remuneração- PCCR, do quadro efetivo do pessoal do grupo ocupacional magistério da rede de ensino público da prefeitura da cidade do Recife e dá outras providências. <https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/1999/1652/16520/lei-ordinaria-n-16520-1999-dispoe-sobre-o-plano-de-cargos-carreira-e-remuneracao-pccr-do-quadro-efetivo-do-pessoal-do-grupo-ocupacional-magisterio-da-rede-de-ensino-publico-da-prefeitura-da-cidade-do-recife-e-da-outras-providencias>. Acesso em 20 de jun. 2020.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. Profissão docente no ensino fundamental em tempos de pandemia: narrativas em disputa. *In.*: RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco (org.) Profissão docente em questão! – Salvador: Edufba, 2021. p. 183-200.

ROSSO, Sadi. Fragmentação sindical. **Educar em Revista**, p. 39-52, 2013.

SALES, Josefa Braga Cavalcante. **Avaliação da implementação do ensino remoto emergencial e suas implicações no trabalho docente na educação superior, no contexto da pandemia de covid 19, em Fortaleza-CE**. 2021. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os conceitos que nos faltam. Outras palavras: Instituto **HumanistasUnisinos**, 2018. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/581624-boaventura-os-conceitos-que-nos-faltam>. Acesso em 01/11/2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. Boitempo Editorial, 2021.

SANTOS, Valdilene de Jesus Oliveira. **Tecnologia e Trabalho Docente: O desafio de engajar alunos no ensino remoto**. 2021. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

SENHORAS, ELÓI MARTINS. **Ensino remoto e a pandemia de COVID-19**. Iole. 2021.

SILVA COSTA, Evandro Alexandre; PEREIRA, Luiz Henrique Ferraz. O diário de um professor de matemática em tempos de pandemia. **Revista Espaço Crítico**, v. 2, n. 2, p. 200-218, 2021.

SILVA, Aida Maria Monteiro. **Educação Superior: Espaço de Formação em Direitos Humanos**. São Paulo. Cortez. 2013.

SILVA, Aida Maria Monteiro. Práticas de cidadania na escola e na sala de aula. **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. São Paulo: DP&A, p. 173-193, 2005.

SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma. A cidadania ativa e sua relação com a educação em direitos humanos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n.1, 2011, p. 13-24.

SILVA, Andressa de Brito. **A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO PROFESSOR EM TEMPOS DE PANDEMIA: Enfrentando Desafios**. 2021. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2021.

SILVA, Janekelle Cristina. **Entre o vírus e o currículo: prática docente na escola do campo no município de Caruaru-Pe**. 2021. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2021.

SILVA, Maria Rosa Maciel. **Prática docente no contexto pandêmico: um olhar para os desafios do ser professor**. 2021. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2021.

SOUZA, Marina Duarte. Família da primeira vítima do coronavírus denuncia abandono e falta de testes. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/18/familia-da-primeira-vitima-do-coronavirus-denuncia-abandono-e-falta-de-testes>. Acesso em: 10 de set. 2022.

SOUZA, Katia Reis de et al. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2020.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TARDIF, Maurice. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. **Educação & Sociedade**, v. 34, p. 551-571, 2013.

UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI**. Presidente: Jacques Delors. 5 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

UNICEF. **Class Attendance: One Year of Education Disruption**. Março de 2021. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/one-year-of-covid-19-and-school-closures/>. Acesso em: 01 de abr. 2022.

VALEU A LUTA! Derrotamos a 173 NO RECIFE! Prefeitura PUBLICA PORTARIAS DE PROGRESSÕES FUNCIONAIS DE GMS. **SIMPERE**, 2022. Disponível em: <http://simpere.org.br/2022/08/16/valeu-a-luta-derrotamos-a-173-no-recife-prefeitura-publica-portarias-de-progressoes-funcionais-de-gms/>. Acesso em: 15 de set. 2022.

VIEIRA, Douglas Alencar et al. A perspectiva do professor de educação física para as aulas no contexto da pandemia de Covid-19. **RENEF**, v. 11, n. 16, p. 45-66, 2020.

ZIRMMERMANN, T. R.; VICENTE, J. A. P.; MACHADO, A. A. Análise de gênero a partir da economia do cuidado em tempos de pandemia: estudo de caso de mulheres-cuidadoras de crianças em CEMEI. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 7, n. 3, p. 26092 - 6112, 2021.

## APÊNDICE A – QUADRO 1 – DISSERTAÇÕES

Quadro 1 – Dissertações

<b>Dissertação 1</b>	
<b>Título/ANO</b>	Os conflitos vivenciados em torno do trabalho docente na perspectiva de professoras da educação básica em contexto de pandemia. Ano 2021.
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site da BDTD
<b>Objetivos</b>	Objetivo geral é investigar quais tipos de conflitos vivenciados por três professoras da educação básica de uma escola pública no contexto de pandemia e distanciamento social e os específicos são: propor uma interação/diálogo com as professoras para que elas tenham a oportunidade de dizer sobre seus sentimentos e significações relacionados ao trabalho docente; discutir com três professoras da rede municipal, as experiências em torno da atividade docente nesse período d pandemia; e analisar os textos que foram produzidos por meio das entrevistas para que possamos mapear os tipos de conflitos vivenciados por elas neste momento de pandemia e distanciamento social.
<b>Metodologia</b>	Quadro teórico-metodológico do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), bem como a clínica da atividade e a ergonomia da atividade. Para alcançar os objetivos será feita uma revisão de literatura, questionário e entrevista não-estruturada para coleta de dados. Para analisar os diálogos produzidos nas entrevistas, serão utilizados os Seguintes de Orientação de Temática (SOT) e Segmentos de Tratamento Temático (STT)
<b>Campo de Pesquisa</b>	3 Professoras de uma escola da rede municipal de ensino de Juiz de Fora/MG, escola Esplendor, que atende da Educação Infantil ao ensino Fundamental I- 1º período ao 5º ano- no formato de tempo integral.
<b>Principais resultados</b>	Os resultados revelam diferentes tipos de conflitos, cujos principais elementos circundam a atividade docente, principalmente no contexto de pandemia, em que as professoras tiveram que fazer a transição do modo de agir vivido por elas até então, por um agir docente nunca vivenciados antes.
<b>Dissertação 2</b>	
<b>Título/ANO</b>	A docência no ensino técnico integrado ao ensino médio durante o ensino remoto: as significações de professores de um campus do IFSP. Ano 2021
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site da BDTD
<b>Objetivos</b>	Explicitar e analisar as significações sobre a docência no ensino técnico integrado ao ensino médio, desenvolvida durante o ensino remoto. E como objetivos específicos: analisar sob o prisma da categoria historicidade a constituição da educação profissional no país como uma mediação fundamental para a constituição das significações dos professores que desenvolvem sua atividade docente em um campus do IFSP, bem como analisar as mediações que constituem as significações sobre a docência no

	ensino médio integrado durante o ensino remoto e analisar como este campus do IFSP, dadas suas condições, lidou com a transposição emergencial do ensino presencial para o ensino remoto.
<b>Metodologia</b>	Referencial teórico-metodológico do materialismo histórico- dialético. Análise de conteúdo de Bardin. Entrevistas em pesquisas qualitativas e questionário
<b>Campo de Pesquisa</b>	Seis professores do ensino técnico integrado ao médio do IFSP.
<b>Principais resultados</b>	Evidenciam o enfoque no percurso individual do professor em todo o seu processo de formação. Evidencia a necessidade de formação para a docência historicamente negligenciada aos docentes da educação profissional.
<b>Dissertação 3</b>	
<b>Título/ANO</b>	A VIVÊNCIA DO TRABALHO EM PROFESSORAS DE ESCOLAS PRIVADAS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19. Ano 2021
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do repositório institucional da UFRN.
<b>Objetivos</b>	Objetivo geral: analisar as vivencias do trabalho em professoras de escolas privadas durante a pandemia do COVID-19. Objetivos específicos: levantar a história de vida no trabalho das participantes; identificar qual contexto de trabalho em que elas estão inseridas; investigar como se estabelece a situação dramática da pandemia e da nova modalidade de ensino vividas por elas; e identificar como elas enfrentam essas situações e como esse enfrentamento é elaborado.
<b>Metodologia</b>	Entrevista e Análise do núcleo de significação
<b>Campo de Pesquisa</b>	12 professoras do ensino fundamental, de escolas privadas da cidade de Natal-RN, do gênero feminino e que realizaram aulas por metodologia remota durante a pandemia.
<b>Principais resultados</b>	Concluimos que a pandemia foi um catalisador para as situações dramáticas já existentes na atuação docente, como o intenso processo de precarização característico desse grupo de trabalhadores no Brasil. Ou seja, os contextos de precariedade já se faziam presentes no trabalho das professoras, como a alta demanda de atividade extra sala de aula, o equilíbrio entre a vida privada e a vida laboral, bem como as pressões enfrentadas pelos pais, alunos, coordenadores e diretores. Todavia, com a instauração da pandemia do COVID-19, esses elementos se tornaram ainda mais intensificados e frequentes no cotidiano das docentes, ocasionando ainda mais doenças e dificuldades laborais.
<b>Dissertação 4</b>	

<b>Título/ANO</b>	NARRATIVAS DOS/AS PROFESSORES/AS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA DE UMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL EM TEMPOS DE PANDEMIA. Ano 2021
<b>Fonte:</b>	Oriundo da pesquisa do site do repositório institucional da UFS.
<b>Objetivos</b>	Analisar o ensino de Ciências da Natureza, proposto na escola, estabelecendo relações com as orientações oficiais e as produções científicas que fundamentam o ensino nessa área em escolas em tempo integral; Descrever como se deu a implementação do REAENP nessa escola de tempo integral; Investigar a opinião dos/as professores/as de Ciências da Natureza sobre o REAENP e como aconteceram os desdobramentos do ensino-aprendizagem nessa área.
<b>Metodologia</b>	Pesquisa qualitativa. Os dados foram coletados por meio de análise documental e entrevistas semiestruturadas de forma eletrônica, tendo como análise de dados a proposta das entrevistas narrativas.
<b>Campo de Pesquisa</b>	Uma escola em tempo integral localizada no sertão alagoano – local onde o pesquisador atua como docente –, no município de Piranhas, Alagoas. Os participantes desta pesquisa são três gestores/as e três professores/as de Ciências da Natureza.
<b>Principais resultados</b>	Como resultado da análise documental, foi possível identificar que a proposta da educação integral é contemporânea, estando alinhada às demandas do século XXI, possuindo como foco a formação de cidadãos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo, embora ainda no estado de Alagoas, devido à recente implantação – em 2015 – do Programa Alagoano de Ensino Integral (pALei), a comunidade escolar e principalmente a gestão e os/as professores/as estejam passando por diversas capacitações para atuação nessa nova concepção de educação. Além disso, ainda existem poucas pesquisas relacionadas à educação integral voltadas para o ensino de Ciências da Natureza. Em relação às entrevistas narrativas com a gestão escolar sobre o processo de implementação do REAENP, constatou-se que o processo de efetivação do regime tornou-se um desafio para toda a comunidade escolar, visto que foi uma novidade para todos/as, mas, por meio do diálogo com os alunos/as e a qualificação dos/as professores/as, as dificuldades foram superadas, tendo em vista esse caráter emergencial. Igualmente, através das falas dos/as professores/as de Ciências da Natureza, identificou-se que os obstáculos que já eram presentes na sala de aula se evidenciaram no ensino remoto emergencial; em contrapartida, os/as professores/as recriaram o modo de ensinar ciências através do uso de laboratórios de aprendizagem utilizando temáticas que aproximaram as discussões relacionadas à pandemia com sua área de conhecimento.
<b>Dissertação 5</b>	
<b>Título/ANO</b>	TECNOLOGIA E TRABALHO DOCENTE: O DESAFIO DE ENGAJAR ALUNOS NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL. Ano 2021.

<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do repositório institucional da UFMA.
<b>Objetivos</b>	Objetivo geral: identificar nas produções acadêmicas as mudanças ocorridas no trabalho docente durante o ensino remoto emergencial. Objetivos específicos: analisar as mudanças no trabalho docente; verificar como os professores contribuíram para engajar os a (?)
<b>Metodologia</b>	Metodologia exploratória de abordagem qualitativa.
<b>Campo de Pesquisa</b>	Professores da educação básica que desenvolveram atividade remota
<b>Principais resultados</b>	Um dos principais desafios dos professores foi o pouco conhecimento sobre as tecnologias digitais para a continuidade do ensino.
<b>Dissertação 6</b>	
<b>Título/ANO</b>	AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR, NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID 19, EM FORTALEZA-CE. Ano 2021
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do repositório institucional da UFC.
<b>Objetivos</b>	Compreender a percepção dos docentes que vivenciaram a experiência de trabalho com o ensino remoto emergencial (ERE) no período da pandemia de covid-19, e, de forma mais ampla, avaliar a política de implantação do ERE na educação superior e a sua imbricação no trabalho docente, desde o período atípico.
<b>Metodologia</b>	Trata-se de uma pesquisa avaliativa de natureza qualitativa, descritiva, com análise de documentos autorizativos expedidos durante o período pandêmico. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionário on- line autoaplicado, disponibilizado pela plataforma Google Formulários, e entrevistas abertas por meio virtual. As análises de conteúdo na perspectiva de Bardin (1977) seguiram nas etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A Avaliação em Profundidade (RODRIGUES, GUSSI, 2008) foi a proposta teórico-metodológica e política escolhida para nortear a pesquisa, tendo em vista proporcionar trabalhar o conteúdo da política, contexto, e como os sujeitos compreendem o momento vivido com base em suas experiências.
<b>Campo de Pesquisa</b>	Docentes das Instituições de Educação Superior (IES) privadas em Fortaleza, no Ceará.
<b>Principais resultados</b>	Os resultados apontaram que os docentes que estiveram em atividade no ano de 2020 não estavam preparados para o ensino remoto, nem tinham formação específica para atuarem em cursos mediados por tecnologia antes da pandemia, o que produziu uma autopercepção de despreparo e

	sentimentos como medo, insegurança e angústia - potencializados com as dificuldades enfrentadas pelos docentes em decorrência da falta de interação e de interesse dos alunos no ensino remoto.
--	---

## APÊNDICE B – QUADRO 2 – TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC’S)

Quadro 2 – Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC’s)

<b>TCC 1</b>	
<b>Título/ANO</b>	A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO PROFESSOR EM TEMPOS DE PANDEMIA: Enfrentando Desafios. Ano 2021
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do repositório institucional da UFMA.
<b>Objetivos</b>	Objetivo Geral: refletir a importância do papel do professor em tempos de pandemia. Objetivos específicos: compreender as atividades desenvolvidas a partir da inserção do ensino remoto, mediante as medidas de distanciamento social impostas pela COVID-19; identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto da sala de aula; entender o papel do professor no processo de ensino de aprendizagem em tempos de pandemia e analisar as vozes dos professores dos anos iniciais do centro de Ensino Fundamental Manoel Burgos sobre a importância do seu trabalho e os desafios enfrentados no contexto da pandemia.
<b>Metodologia</b>	Pesquisa bibliográfica e de campo do tipo qualitativa. Coleta de dados através de questionário.
<b>Campo de Pesquisa</b>	Docentes do Ensino fundamental da escola Centro de Ensino Fundamental Manoel Burgos em Timbiras-MA.
<b>Principais resultados</b>	A maioria dos professores não estava preparada para enfrentar a nova modalidade de ensino proposta pela pandemia, uma vez que não se sentiam aptos para utilização de tecnologias digitais, apesar de serem importantes para o processo de ensino de aprendizagem, de modo que cabe aos órgãos municipais, estaduais e federais intervirem na infraestrutura das escolas para disponibilizar recursos digitais e também capacitar os professores para utilizar as tecnologias em suas aulas.
<b>TCC 2</b>	
<b>Título/ANO</b>	ENTRE O VÍRUS E O CURRÍCULO: prática docente na escola do campo no município de Caruaru-PE. Ano: 2021
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do repositório institucional da UFPE.
<b>Objetivos</b>	Compreender a prática docente frente a organização curricular de uma escola do campo do município de Caruaru-PE, em tempos de pandemia. Objetivos específicos: identificar a organização dos professores camponeses para a consolidação do currículo escolar no contexto da pandemia e analisar a participação dos professores camponeses nas reestruturações/adaptações curriculares na pandemia.
<b>Metodologia</b>	Abordagem qualitativa e como procedimento metodológico para a obtenção de dados, a entrevista. Análise do discurso

<b>Campo de Pesquisa</b>	Escola do campo no Sítio Taquara de Cima da cidade de Caruaru-PE, identificada aqui como Escola Florescer, que atende as modalidades Educação Infantil e Ensino Fundamental I. E tem como participantes da presente pesquisa, 2 professoras do ensino fundamental I desta mesma escola,
<b>Principais resultados</b>	A prática docente na Educação do Campo no município de Caruaru no período de pandemia tem se orientado pelo currículo reestruturado pela SEDUC sem a participação dos professores, a qual priorizou os conteúdos das áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Evidenciou-se que a organização da prática docente parte de ações de resistência frente às investidas de projetos pedagógicos e avaliações externas que se acentuaram neste período.
<b>TCC 3</b>	
<b>Título/ANO</b>	OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19: um estudo sobre as práticas curriculares de professores do município de Caruaru. Ano 2021.
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do repositório institucional da UFPE.
<b>Objetivos</b>	Compreender como se dá o movimento das práticas curriculares de professores de escolas municipais de Caruaru, no contexto da pandemia do Covid-19 e das aulas remotas; identificar a organização curricular tomada pelos professores nas aulas remotas, no que se refere à organização curricular e ao tempo curricular e caracterizar como os professores elaboram e (re)definem as atividades curriculares no contexto das aulas remotas e no exercício da docência.
<b>Metodologia</b>	Abordagem qualitativa. Entrevistas semiestruturadas.
<b>Campo de Pesquisa</b>	3 professores que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental, e que atuam nesse período pandêmico dando aulas de forma remota e on-line, no município de Caruaru.
<b>Principais resultados</b>	Os resultados do estudo apontam as dificuldades vivenciadas por professores e alunos nesse período de aulas on-line, assim como o valor inestimável da educação e da escola, além da insubstituível presença dos professores que não podem ser trocados por plataformas digitais. Esses profissionais assumem um papel crucial ante as urgências vividas no mundo atual.
<b>TCC 4</b>	
<b>Título/ANO</b>	PRÁTICA DOCENTE NO CONTEXTO PANDÊMICO: UM OLHAR PARA OS DESAFIOS DO SER PROFESSOR. Ano 2021.
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do repositório institucional da UFPE.

<b>Objetivos</b>	Compreender como a prática docente foi afetada no contexto pandêmico em uma escola do município de Caruaru-PE; analisar a concepção de prática docente para os/as professores/as do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e identificar os desafios no processo de ensino causados pelas mudanças devido à pandemia.
<b>Metodologia</b>	Pesquisa qualitativa, exploratória. Para a coleta dos dados foram utilizadas conversas informais. Análise do Conteúdo para analisar e tratar os dados coletados.
<b>Campo de Pesquisa</b>	Professoras que lecionam do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, em uma escola localizada no bairro São Francisco, no município de Caruaru Pernambuco, que atende alunos advindos de comunidades e famílias com vulnerabilidades socioeconômicas.
<b>Principais resultados</b>	Embora imersos em um cenário adverso em decorrência do contexto pandêmico e do ensino remoto, as professoras conseguiram mobilizar saberes para garantir o ensino como maior expressão da sua prática, e superando medos e desafios como a tecnofobia digital.

## APÊNDICE C – QUADRO 3 – ARTIGOS

Quadro 3 – Artigos

<b>Artigo 1</b>	
<b>Título/ANO</b>	A PERSPECTIVA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA AS AULAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19. Ano 2021
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do Google Acadêmico.
<b>Objetivos</b>	Analisar a perspectiva do professor de Educação Física escolar para as aulas durante e após a pandemia da COVID-19. objetivos específicos: investigar a visão dos professores sobre a mudança da didática das aulas pós-pandemia; e discutir as possibilidades acerca das aulas remotas da Educação Física na Educação Básica.
<b>Metodologia</b>	A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, quanti- qualitativa e para a coleta das informações utilizou-se um questionário.
<b>Campo de Pesquisa</b>	Professor de Educação Física escolar da ativa ou que já atuou na área.
<b>Principais resultados</b>	De acordo com a amostra estudada, muitos professores estão duvidosos e inquietos acerca de aspectos metodológicos das aulas, mas principalmente quanto às medidas de higiene e segurança que deverão ser tomadas. Sobre a possibilidade das aulas remotas, ainda durante a pandemia, conclui-se que é uma medida viável, mas que deve ser discutida com as devidas cautelas. Além disso, como demonstrado na pesquisa, alguns professores têm dificuldade ou despreparo para lidar com tecnologia e ministrar aulas remotas.
<b>Artigo 2</b>	
<b>Título/ANO</b>	CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE DURANTE AS AULAS REMOTAS: DESAFIOS EDUCACIONAIS PÓS-PANDEMIA. Ano 2020.
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do Google Acadêmico.
<b>Objetivos</b>	Compreender os impactos causados na contextualização docente através dos usos das tecnologias digitais em tempos de Covid-19.
<b>Metodologia</b>	Pesquisa qualitativa com análise do conteúdo
<b>Campo de Pesquisa</b>	Foram entrevistados três professores de realidades variadas para questioná-los sobre os desafios encontrados, os recursos utilizados e suas condições emocionais durante a realização das aulas remotas. 3 docentes dos municípios do litoral do estado de Santa Catarina (Florianópolis) e da região nordeste do estado (Joinville e Schroeder), sendo 1 de cada rede de ensino: municipal, estadual e privada.

<b>Principais resultados</b>	Embora as condições de trabalho sejam limitadas e as rotinas desgastantes, há um esforço conjunto dos professores para dar continuidade ao percurso educacional dos alunos, embora as soluções não sejam definitivas nesta realidade sem precedentes.
<b>Artigo 3</b>	
<b>Título/ANO</b>	DESAFIOS DO PROFESSOR PRESENCIAL PARA O TRABALHO EM AMBIENTES VIRTUAIS EM ÉPOCAS DE PANDEMIA: EXPERIÊNCIAS e PERSPECTIVAS NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA, TO. Ano 2020.
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do Google Acadêmico.
<b>Objetivos</b>	Conhecer as experiências dos professores do ensino presencial com o uso de ferramentas virtuais e suas perspectivas para ensinar à distância
<b>Metodologia</b>	Entrevista
<b>Campo de Pesquisa</b>	30 professores da educação básica, atuantes nas redes pública e privada de ensino do município de Araguaína, Tocantins, sendo 8 professores (três escolas) da rede privada de ensino e 22 professores (13 escolas) da rede pública de ensino, bem como um relato de experiência sobre o ensino remoto na rede privada de ensino no mesmo município.
<b>Principais resultados</b>	Em escolas do município de Araguaína, Tocantins, grande parte dos professores entrevistados já utilizaram ferramentas virtuais de ensino em aulas presenciais. Apesar disso, a maioria não se sente preparada para o ensino remoto, e grande parte deles estavam realizando curso de formação para atuar no ensino virtual. Por outro lado, aqueles que já foram capacitados (professores de escolas privadas) e estão atuando nessa modalidade de ensino, se posicionaram confiantes nesse novo processo de ensino-aprendizagem. Atualmente o maior desafio para o ensino remoto, pelo menos na rede pública de ensino, é a grande quantidade de alunos sem acesso e/ou conexão com a internet.
<b>Artigo 4</b>	
<b>Título/ANO</b>	ENSINO DE GEOGRAFIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: VIVÊNCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR AMÉRICO BARREIRA, FORTALEZA – CE. Ano 2020.
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do Google Acadêmico.
<b>Objetivos</b>	Descrever de maneira exploratória as metodologias dos docentes de geografia e os principais desafios e mudanças em virtude da pandemia do Covid-19, apontando como resultados as reflexões das teorias versus a prática sobre o ensino de geografia no cenário pandêmico.
<b>Metodologia</b>	Apresenta-se um estudo qualitativo de cunho descritivo e exploratório durante o período de ensino não presencial de geografia no seguimento da

	rede pública de ensino. A metodologia aplicada é baseada em um levantamento bibliográfico sobre as temáticas: a educação em tempos de pandemia e o ensino de geografia com o uso de tecnologias. A pesquisa foi dividida em três etapas: I) Revisão Bibliográfica; II) Prática do ensino de Geografia no modelo Home Office e aplicação de atividades como uso das Tecnologias da Informação e Comunicação; III) Análises e reflexões sobre os resultados da experiência.
<b>Campo de Pesquisa</b>	Professores de geografia, no seguimento da rede pública de ensino na Escola Municipal Professor Américo Barreira, localizada no Bairro Genibaú na cidade de Fortaleza – CE.
<b>Principais resultados</b>	Sabemos que uma gama de profissionais no Brasil trabalha no modelo presencial e que possuem ainda dificuldades técnicas com o uso das ferramentas tecnológicas. Para além disso, o acesso à internet e aos conteúdos não chega de maneira igualitária para todos. Existe um fator que precisa ser considerado que é a dificuldade dos professores a se adaptar as tecnologias e para os educandos problemas de vulnerabilidade social, exclusão digital e evasão escolar.
<b>Artigo 5</b>	
<b>Título/ANO</b>	O DIÁRIO DE UM PROFESSOR DE MATEMÁTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA. Ano 2021
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do Google Acadêmico.
<b>Objetivos</b>	Apresentar reflexões geradas, por um dos professores, autor deste trabalho, a partir do desenvolvimento de sua ação docente.
<b>Metodologia</b>	Pesquisa de campo e bibliográfica. O texto foi construído com base na vivência de um dos autores e dessa forma apresenta experiências praticadas e analisadas em sala de aulas remotas, bem como as percepções e reflexões desse autor.
<b>Campo de Pesquisa</b>	Um professor de matemática.
<b>Principais resultados</b>	Maior interação entre as turmas que puderam ter um aprendizado mais afetivo aproximando-se da interação que é possibilitada em uma aula presencial. Foi possível então notar que existem maneiras diversas de se trabalhar aulas remotas de matemática (ou mesmo outras disciplinas) utilizando de ferramentas digitais.
<b>Artigo 6</b>	
<b>Título/ANO</b>	O ENSINO MATEMÁTICO EM TEMPOS DE PANDEMIA NA ÓTICA DO PROFESSOR. Ano 2021.
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do Google Acadêmico.

<b>Objetivos</b>	O principal objetivo dessa pesquisa se concretiza em identificar como o ensino remoto tem contribuído para o processo de ensino- aprendizagem no atual cenário pandêmico, onde é tratado sobre aspectos técnicos de como acontece o ensino remoto e qual a importância e diferenças dele em relação ao ensino presencial.
<b>Metodologia</b>	Revisão bibliográfica e descritivo de abordagem quantitativa e Análise de Conteúdo proposta por Bardin
<b>Campo de Pesquisa</b>	Professores de matemática que foram no total 47 professores, 87,2% eram professores que lecionavam no estado de Pernambuco e 10,6% da Paraíba.
<b>Principais resultados</b>	Foi possível identificar possíveis tendências de acordo com as respostas apresentadas, como por exemplo, quem já teve preparação para o ensino nessa nova modalidade, quem tem preparação para a utilização de tecnologias no meio acadêmico, dentre outros.
<b>Artigo 7</b>	
<b>Título/ANO</b>	PROFISSÃO DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: NARRATIVAS EM DISPUTA. Ano 2021.
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do Google Acadêmico.
<b>Objetivos</b>	Revelar “[...] como as pessoas dão forma às suas experiências, fazem significar as situações e acontecimentos de sua existência, representam e inscrevem a vida nas temporalidades e nos espaços de seu ambiente histórico e social”. (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 10) Narrar é construir modos de viver e de se posicionar diante do mundo.
<b>Metodologia</b>	Narrativas.
<b>Campo de Pesquisa</b>	Desenvolvida com professores(as) efetivos(as) que atuam no ensino fundamental dos municípios de Salvador e Jacobina.
<b>Principais resultados</b>	As narrativas revelaram outros modos de habitar a docência a partir das inscrições dos(as) professores(as) em seus pertencimentos pessoais e, sobretudo, coletivos. Com isso, evidenciaram a problemática do trabalho docente, intensificada no cenário do distanciamento social, sinalizando as invisibilidades e vulnerabilidades que o(a) professor(a) está submetido(a). Consequentemente, elas apontaram para a emergência do protagonismo docente na construção de diálogos e ações educativas em tempos de pandemia, sinalizando a necessidade de uma pedagogia do cuidado como gesto vital de (re)existência e (sobre)vivência.
<b>Artigo 8</b>	

<b>Título/ANO</b>	RESSIGNIFICANDO A PRÁTICA DOCENTE: EXPERIÊNCIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA.
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do Google Acadêmico.
<b>Objetivos</b>	Promover reflexões acerca de limites, desafios e possibilidades mediante experiências indicadas por estes.
<b>Metodologia</b>	Um estudo exploratório e descritivo, do tipo relato de experiência, com abordagem qualitativa.
<b>Campo de Pesquisa</b>	Professores que atuam no 4º ano do Ensino Fundamental, da rede pública municipal de ensino do Crato- Ceará.
<b>Principais resultados</b>	O despreparo e inabilidade em lidar com tecnologias digitais foi um dos maiores desafios apontados, apenas uma participante indicou possuir experiência anterior com aulas não presenciais. Outro grande desafio foi incluir os alunos visto que muitos não têm o recurso para acesso às aulas, limitando profundamente a ação docente e ocasionando em algumas realidades diminuição drástica da participação dos alunos. Algumas questões sobre a deficiência de orientações prévias por parte de gestores ou rede apareceram, o que nos leva a questionar o diálogo e informações trocadas entre estes e professores, entendendo que apesar da situação inédita, em se tratando de uma rede de ensino a comunicação é ainda mais imprescindível.
<b>Artigo 9</b>	
<b>Título/ANO</b>	Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. Ano 2020.
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do Google Acadêmico.
<b>Objetivos</b>	Conhecer os efeitos das medidas de distanciamento social impostas pela Covid-19 sobre o trabalho docente na educação básica, buscando elucidar quais atividades estavam sendo desenvolvidas pelos professores e em que condições.
<b>Metodologia</b>	A pesquisa iniciou o período de coleta de dados. E questionário para a coleta de dados.
<b>Campo de Pesquisa</b>	Professores de educação básica lotados nas redes públicas de ensino municipais, estaduais ou federais de todo o Brasil, com atuação nas diferentes etapas e subetapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental – anos iniciais, ensino fundamental – anos finais e ensino médio).
<b>Principais resultados</b>	Nenhum sistema educativo estava preparado para enfrentar essa excepcionalidade, principalmente em países que apresentam fragilidades gritantes na oferta educativa, como é o caso do Brasil. Do que se conhece até o momento, é possível afirmar que a pandemia não só colocou em evidência as já conhecidas desigualdades sociais, raciais, regionais e educacionais que

	<p>o País comporta, como também tem aprofundado as disparidades entre as classes sociais e aumentado o fosso entre ricos e pobres. A situação envolve: falta de acesso e suporte tecnológico dos profissionais e dos estudantes, a pouca experiência dos professores e a falta de capacitação prévia para o uso de tecnologias para a realização do trabalho remoto, até a situação vulnerável de muitas famílias de estudantes.</p> <p>O recurso à pesquisa pode ajudar a encontrar caminhos menos tortuosos para se chegar a um futuro mais promissor. Além do conhecimento científico, é imprescindível o envolvimento dos sujeitos implicados nesse contexto. O diálogo com as comunidades escolares, envolvendo os estudantes e suas famílias, os profissionais da educação e suas representações sindicais, é o único meio de o poder público encontrar caminhos para seguir adiante, respeitando os limites e as condições que a situação impõe.</p>
<b>Artigo 10</b>	
<b>Título/ANO</b>	Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. Ano 2021.
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do Google Acadêmico.
<b>Objetivos</b>	Problematizar mudanças ocorridas no trabalho de professoras e professores da rede particular de ensino no contexto de pandemia e sua relação com a saúde.
<b>Metodologia</b>	Este texto é resultado da parceria entre academia e sindicato de professores da rede particular de ensino (SINPRO-Macaé) para realização de pesquisa sobre saúde e trabalho remoto de professores durante período de pandemia e pós-pandemia. No estudo, adotam-se estratégias participativas (remotas) para conhecer e transformar a realidade docente da rede pública e particular de educação no que diz respeito à relação trabalho e saúde (SOUZA et al., 2018; 2020). Durante o processo de construção da pesquisa, foram realizados encontros periódicos entre o grupo de dirigentes sindicais e pesquisadores (as), por meio de plataformas digitais, com a finalidade de refletir sobre os principais problemas que afetam a saúde dos docentes em situação de trabalho remoto, bem como definir, participativamente, os caminhos do estudo. Destes diálogos, foram produzidos registros escritos compartilhados entre os participantes, posteriormente compilados.
<b>Campo de Pesquisa</b>	Professores da rede particular de ensino de Macaé-RJ.
<b>Principais resultados</b>	A classe trabalhadora não possui uma participação sistemática e formalizada no processo social de produção de conhecimento, o que precisa ser conscientemente impulsionado e construído de forma partilhada e orgânica entre trabalhadores e pesquisadores.
<b>Artigo 11</b>	

<b>Título/ANO</b>	Condições de Trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. Ano 2020.
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do Google Acadêmico.
<b>Objetivos</b>	Discutir, a partir de resultados de pesquisa recente, revisão de literatura e dados estatísticos disponíveis, as condições de trabalho docente nas escolas públicas brasileiras como critério indispensável para se avaliar a oferta educativa e a garantia de um direito social e o agravamento da situação do trabalho docente no Brasil atual e os desafios para o retorno às aulas presenciais.
<b>Metodologia</b>	Os dados utilizados para análise neste artigo foram extraídos da pesquisa “Trabalho docente em tempos de pandemia”, de desenvolvimento pelo Grupo de Estudos sobre Políticas Educacionais e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado/UFMG). O período de coleta de dados, realizada por meio da plataforma Google Forms, ocorreu de 8 a 30 de junho de 2020, tendo sido reunidas informações de 15.654 professores das redes públicas de ensino no Brasil.
<b>Campo de Pesquisa</b>	Professores de redes públicas municipais, estaduais e federal que atuam nas diferentes etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais, Ensino Fundamental – anos finais e Ensino Médio). Além da educação regular, a pesquisa contemplou docentes que atuam em diferentes modalidades de ensino: educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e tecnológica, educação do campo e educação escolar indígena e quilombola. A pesquisa contou com respondentes de todos os estados da federação.
<b>Principais resultados</b>	O desejo de retomar à normalidade é geral, contudo, o momento exige prudência, responsabilidade e muito cuidado. O que está em risco é a vida, as experiências de retorno apressado às aulas presenciais têm se revelado desastrosas no Brasil e em outras partes do mundo, em que estudantes, professores e seus familiares têm sido colocados em situação de risco, o que poderia e deve ser evitado. A defesa do direito à educação passa, antes de tudo, pela garantia do direito à vida.
<b>Artigo 12</b>	
<b>Título/ANO</b>	As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da Pandemia Covid-19. Ano 2020.
<b>Fonte</b>	Oriundo da pesquisa do site do Google Acadêmico.
<b>Objetivos</b>	Analisar as condições gerais de trabalho, o perfil, as características do trabalho e as dificuldades enfrentadas nessa modalidade de trabalho. Apresentar dados da pesquisa intitulada “O trabalho remoto/home office no contexto da COVID19” com foco nas condições objetivas de trabalho dos professores nesse contexto.

<b>Metodologia</b>	Pesquisa de natureza aplicada e exploratória, que foi realizada por meio de um questionário e a partir de metodologias que articulam abordagens qualitativas e quantitativas
<b>Campo de Pesquisa</b>	262 de respondentes. A partir da organização e categorização das informações, foram selecionados somente aqueles que declararam pertencerem ao setor educacional, assim nomeado, porque além de docentes, também responderam à pesquisa pedagogos e gestores da educação.
<b>Principais resultados</b>	Houve, contudo, nesse processo uma aprendizagem forçada e rápida quanto ao uso de ferramentas de tecnologias informacionais para uma parcela dos docentes. Isto pode representar alterações no período pós- pandemia. A experiência também pode ter levado a sociedade a uma nova visão sobre o trabalho docente, que esperamos, seja a da revalorização da escola, do ofício docente. Nesse sentido, o desafio ao sindicalismo desta categoria está posto, principalmente para assegurar que as condições precárias de trabalho remoto não perdurem.

## APÊNDICE D – QUADRO 4 – PRINCIPAIS ACHADOS DO ESTADO DA ARTE

Quadro 4 – Principais achados do Estado da Arte

ELEMENTOS ENCONTRADOS	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA
<b>Dignidade humana</b>	Dissertação 2
	Artigo 12
<b>Direitos sociais</b>	Artigo 4
	Artigo 8
	Artigo 11
<b>Educação</b>	Dissertação 1
	Dissertação 4
	Dissertação 5
	Dissertação 6
	TCC 1
	TCC 3
	TCC 4
	Artigo 3
	Artigo 5
Artigo 6	
<b>Saúde</b>	Dissertação 6
	TCC 4
	Artigo 1
	Artigo 8
	Artigo 11
<b>Questões políticas</b>	Dissertação 3
	Dissertação 4
	TCC 1
	TCC 2
	Artigo 2
	Artigo 3
	Artigo 4
	Artigo 7
	Artigo 8
	Artigo 9
	Artigo 10
	Artigo 11
Artigo 12	

**APÊNDICE E – QUADRO 5 – ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE RECIFE COM  
PROFESSORES SINDICALIZADOS**

**Quadro 5** – Escolas do Município de Recife com professores sindicalizados

<b>RPA</b>	<b>ESCOLA</b>	<b>Nº DE DOCENTES SINDICALIZADOS</b>
RPA 01	Escola Municipal General Emídio Dantas Barreto	19 sócios
	Escola Municipal Sede de Sabedoria	15 sócios
RPA 02	Escola Municipal Mário Melo	21 sócios
	Escola Municipal Jandira Botelho	20 sócios
RPA 03	Escola Municipal Sociólogo Gilberto Freyre	16 sócios
	Escola Municipal São Cristóvão	17 sócios
RPA 04	Escola Municipal Jader Figueiredo	22 sócios
	Escola Municipal Vila Santa Luzia	20 sócios
RPA 05	Escola Municipal Maria da Paz Brandão	20 sócios
	Escola Municipal Casa dos Ferroviários	23 sócios
RPA 06	Escola Municipal Educador Paulo Freire	20 sócios
	Escola Municipal Karla Patrícia	18 sócios.